



**O POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO
(AZAMBUJA) – HISTORIOGRAFIA DAS ESCAVAÇÕES REALIZADAS.
CONTRIBUTO PARA A SUA SALVAGUARDA**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património

Maria Ribeiro

Universidade Aberta
Lisboa, 2013

Dissertação apresentada à Universidade Aberta
para obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Património

Orientador:**Doutor João Luís Cardoso**

Professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta

Júri:**Doutora Ana Cristina Martins**

Investigadora auxiliar integrada no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Oliveira Ramos

Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta



**O POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO DE VILA NOVA DE SÃO
PEDRO (AZAMBUJA) – HISTORIOGRAFIA DAS ESCAVAÇÕES
REALIZADAS.
CONTRIBUTO PARA A SUA SALVAGUARDA**

Maria Ribeiro

Licenciada em Ciências Sociais – variante Antropologia

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património

Orientador: Professor Doutor João Luís Cardoso

Lisboa

Julho 2013

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Doutor João Luís Cardoso, pelo apoio incondicional e pela confiança.

Ao Dr. José Machado Pereira, do Museu Sebastião Mateus Arenque (Azambuja), pelo apoio e interesse manifestado, bem como o material gentilmente cedido que enriqueceram este trabalho.

À Sra. Graciete Moreira pela disponibilidade demonstrada e entrevista concedida.

Ao Sr. Lúcio Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro.

À Dr.^a Françoise Le Cunff, do Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Ao Dr. Paulo Tremoceiro e à Dr.^a Graça Barros do Arquivo da Torre do Tombo.

A António José Ferreira Marques e Elsa Graça meus companheiros nesta jornada, por tornar esta caminhada mais fácil, pela paciência, pelas palavras de coragem e de incentivo.

Aos meus amigos e aos meus familiares mais próximos.

Muito obrigada!

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Resumo

Com base na análise sistemática e exaustiva da documentação conservada em diversos arquivos, foi possível reconstituir a sequência das escavações realizadas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro entre 1937 e 1967, correspondendo às intervenções de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço e, depois apenas, deste último. Abordar-se-ão, sucessivamente, os diversos aspectos relativos à realização dos trabalhos de campo, através da caracterização: dos processos de autorização para a realização das escavações; dos apoios financeiros e dos seus requisitos; dos apoios logísticos e da metodologia utilizada para a sua obtenção; da relação com os arqueólogos portugueses; dos contactos científicos internacionais ocorridos no decurso das escavações.

Aspectos como a preservação, conservação, valorização e classificação deste sítio arqueológico serão contextualizados de acordo com o sistema legislativo vigente em Portugal e das directrizes internacionais.

Apresentar-se-á uma proposta de “musealização” como contributo para a revalorização deste importante sítio.

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro; história das escavações; preservação; valorização; classificação.

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Abstract

Based on the systematic and intensive analysis of the documentation stored in several files, it was possible to constitute the sequence of the excavations made in the fortified Chalcolithic settlement from Vila Nova de São Pedro in 1937-1967, matching the interventions by Eugénio Jalhay and Afonso do Paço, and later by the latest only.

It will be approached successively, the various aspects related to the field work, through characterization: of the allowance procedures for the excavations; of the financial support and its requirements; of the logistics support and methodology used to get it; of the relationship with Portuguese archaeologists: of the international scientific contacts made during the excavations.

Aspects as preservation, conservation, valorization and the classification of this archaeological site will be context according to the Portuguese law and the international directives.

It will be present a “musealization” propose as a contribute for the revalorization of this important site.

Key-words: Vila Nova de São Pedro; the history of excavations; preservation; valorization; classification.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
INDICE DE FIGURAS	xi
INDICE DE TABELAS	xiii
SILAS E ABREVIATURAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA DAS ESCAVAÇÕES	4
1.1 – Considerações Gerais	4
1.2 – Historiografia das campanhas de escavações	13
1.3 – Espólio arqueológico	46
1.4 – Projecção nacional e internacional da estação arqueológica	64
CAPÍTULO II – SALVAGUARDA DESTE TIPO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E SUA COMPLEXIDADE	71
2.1 – A questão das medidas de protecção deste tipo de estações em Portugal	71
2.2 – A classificação da estação arqueológica no âmbito da sua da salvaguarda e valorização	83
CAPÍTULO III – PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E DE MUSEALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA	91
CAPITULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
CAPITULO V – FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ANEXOS DOCUMENTAIS	
5.1 – Fontes Documentais	104
5.2 – Bibliografia	105
5.3 – Cartas e Convenções Internacionais	108
5.4 – Legislação	108
5.5 – Anexos	110
5.5.1 - Anexo I – Entrevista com a Sra. Graciete Moreira	123

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

ÍNDICE DE FIGURAS

. Fig. 1 – Grupo de trabalhadores que participaram nas escavações de 1952, na companhia de Afonso do Paço e Maria de Lourdes Costa Arthur	20
. Fig. 2 – Grupo de mulheres procedendo à crivagem das terras provenientes das escavações	21
. Fig. 3 – Uso de carroças para transporte do espólio retirado nas escavações	21
. Fig. 4 – Sistema de carris e vagonetas utilizadas na remoção de terras	26
. Fig. 5 – Maria de Lourdes Costa Arthur e Afonso do Paço (1952)	35
. Fig. 6 – Figura antropomórfica de osso	49
. Fig. 7 – Corte do forno realizado por Sangmeister (1955)	52
. Fig. 8 – Perfis segundo os cortes da figura anterior realizados por Sangmeister (1955)	53
. Fig. 9 – Planta e perfis do corte efectuado por Savory (1959)	54
. Fig. 10 – Plano da fortificação central de VNSP com a realização dos cortes das figuras anteriores. Savory (1959)	55
. Fig. 11 – Ídolos cilindro em calcário e mármore	57

. Fig. 12 – Vaso campaniforme (Calcolítico final)	58
. Fig. 13 – Levantamento topográfico realizado pela Assembleia Distrital de Lisboa (1984)	62
. Fig. 14 – Artigo do jornal “Noticias de Azambuja”	67
. Fig. 15 – Artigo do jornal “Correio do Cartaxo”	68
. Fig. 16 – Perspectiva panorâmica do povoado de VNSP (Noroeste)	80
. Fig. 17 – Bastiões da fortificação central do povoado	80
. Fig. 18 – Torreões (Sudoeste)	81
. Fig. 19 – Vista do interior da muralha central	81
. Fig. 20 – Silo situado junto ao forno	82
. Fig. 21 – Cisterna situada junto ao forno	82
. Fig. 22 – Vistas aéreas do povoado de VNSP	90

ÍNDICE DE TABELAS

. Tabela 1 – Folha de férias do ano de 1944, relativa à semana finda no dia 12 de Agosto de 1944	16
. Tabela 2 – Folha de férias do ano de 1946, relativa à semana finda no dia 10 de Agosto de 1946	17
. Tabela 3 – Folha de férias do ano de 1953, relativa à semana finda a 26 de Setembro de 1953	17
. Tabela 4 – Tabela das verbas concedidas pela DGEMN para a realização dos trabalhos de escavações em VNSP	28
. Tabela 5 – Gráfico das verbas concedidas para a realização dos trabalhos de escavações em VNSP.....	30
. Tabela 6 – Organismos oficiais responsáveis pelo património arqueológico, competências e legislação vigente (1951)	73

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGESBA – Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes

DGES – Direcção Geral do Ensino Superior

ICOMOS – Internacional Council of Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

JNE – Junta Nacional de Educação

MAC – Museu Arqueológico do Carmo

MEN – Ministério da Educação Nacional

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

MOP – Ministério das Obras Públicas

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VNSP – Vila Nova de São Pedro

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

INTRODUÇÃO

O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, também designado como “Castro” de Vila Nova de São Pedro, encontra-se no Nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km de Lisboa, numa localidade conhecida com o mesmo nome.

Estrategicamente localizado num outeiro de cerca de 100 metros de altitude, cuja toponímia local o designa por alto do “Castelo”, têm nas suas proximidades a ribeira de Almoester e alguns regatos que vindo de outras localidades próximas aqui vão confluír, e no meio da encosta o canal do Alviela.

Esta espécie de península é defensável em todos os sentidos. Possui uma tripla rede de muralhas defensivas, sendo que a muralha interior ou fortificação central têm um diâmetro com cerca de 40 metros e uma espessura que pode variar entre os 3,5 metros e os 7 metros e cuja altura, também variável, atinge 1,60 metros a 3,6 metros, consoante o local. De assinalar que a segunda linha de muralhas possui torreões de defesa.

Não são conhecidas até à data a realização de análises de radiocarbono para este sítio arqueológico, mas ao que parece, a ocupação deste local parece remontar ao final do Neolítico (entre *c.* 3500 e 3000 a. C) tendo-se prolongado durante todo o Calcolítico, ao longo do IIIº milénio, período em que foram construídas e reforçadas as estruturas defensivas. Também foram encontrados vestígios de ocupação que apontam para a Idade do Bronze final (*c.* 1000 a 700 a.C). (Arnauld, 2005: p. 151)

Numa pesquisa preliminar, incidindo sobretudo na análise de documentos existentes no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, na Torre do Tombo e no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, pertencentes à já extinta Junta Nacional de Educação e nos trabalhos apresentados anteriormente no âmbito do tema, permitem concluir que, ao longo de décadas, o trabalho desenvolvido pelos responsáveis por esta estação arqueológica, foi muito para além do que nos é apresentado através da documentação publicada.

A noção de toda a burocracia com que se depararam, as dificuldades e entraves, a morosidade dos processos administrativos, as carências económicas, a falta de condições de trabalho e de meios, entre outros, dão-nos a visão de um outro lado, aquele que para a maioria das pessoas é desconhecido. As publicações dos resultados das escavações e de vários estudos relativos a este tema decorreu do crescente interesse suscitado entre os investigadores nacionais, numa primeira fase, e posteriormente estrangeiros, pela diversidade do espólio encontrado e da riqueza informativa obtida a partir do seu estudo.

Os trabalhos desenvolvidos por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, são referência obrigatória para todos quantos queiram estudar este património arqueológico, resultante das sucessivas campanhas de escavações realizadas ao longo de sensivelmente três décadas. Existem também alguns trabalhos monográficos relativos a esse mesmo espólio arqueológico e numerosos artigos publicados em revistas especializadas, cuja consulta deverá ser sistemática.

O principal propósito deste trabalho é “fazer a história” dos diversos processos anteriormente referenciados.

Em concreto, procurar-se-á ter uma noção de todo o processo burocrático e administrativo necessários à realização das escavações, que na maioria das vezes é desconhecido ou pouco aprofundado, ficando relegado para segundo plano, quando na verdade todos estes processos são indispensáveis ainda antes mesmo da realização dos trabalhos de campo e que se prolongam até ao final dos mesmos. Estes processos permitem estabelecer a ligação com a produção desses mesmos trabalhos. Estudar essa ligação permite deslindar os quotidianos e vivências daqueles que a elas estiveram ligados; tentando apreender o significado que “hipoteticamente” tiveram para todos quantos fizeram parte delas.

Aquando da proposta para a realização este trabalho de investigação, tomou-se como “missão” tentar reunir toda essa documentação dispersa.

No entanto, esta revelou-se algumas vezes ingrata, por se tornar difícil a possível localização desses fundos documentais, resultado de todas as alterações e extinção de Organismos e Instituições que já aqui foram referidos anteriormente.

Ainda assim, creio que é possível traçar uma visão geral da complexidade em que os processos administrativos emergiam

mas que nos dão uma visão de toda a estrutura funcional que precedia os trabalhos de escavações.

Esta investigação procura contribuir, ainda, para o reconhecimento da importância da salvaguarda desses valores, da complexidade dos mesmos, abordando ainda questões como o abandono e o vandalismo.

Questões como a valorização, preservação e salvaguarda deste tipo de estação arqueológica são abordadas bem como a sua complexidade e a importância da divulgação dos conhecimentos científicos obtidos. É importante ter a percepção que, terminados os trabalhos arqueológicos, há que dar continuidade mas numa outra perspectiva com a qual se pretende alargar o conhecimento científico sobre o tema em estudo e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação daquele património arqueológico.

CAPITULO I

HISTORIOGRAFIA DAS ESCAVAÇÕES

1.1 Considerações Gerais

Antes de avançar para a “história” da historiografia das escavações do povoado de Vila Nova de São Pedro, considero importante, a contextualização histórica e jurídica, fazendo um breve apontamento sobre o sistema político vigente à data dos trabalhos efectuados para uma melhor compreensão dos temas que serão aprofundados nos pontos seguintes. Como referi na nota introdutória, este trabalho incide sobre a análise de processos de carácter administrativo e, conseqüentemente, vemo-nos confrontados com a “máquina burocrática” e tudo o que isso implica, pelo que, torna-se producente a explanação, ainda que simplificada, desse mesmo contexto.

Aprovada a Constituição de 1933 ¹, peça fundamental de regulação da vida nacional, marca o início do “Estado Novo” ², caracterizado entre outros, por pretender um Estado corporativo, com uma nação unida em torno do desígnio comum de elevar a dignidade de Portugal e onde os valores morais, históricos e patrióticos se afirmam como fundamentais. A par de todos estes processos de afirmação, desde o saneamento económico e financeiro entre outros, o Estado Novo dedicou-se a definir e a afirmar a identidade nacional. Neste âmbito importa abordar os aspectos que dizem respeito ao património, em geral, e aos monumentos nacionais, em particular.

Numa primeira abordagem e de forma sucinta vejamos os organismos ou instituições criadas para este fim e as suas competências, que tiveram uma participação directa nos trabalhos de escavações arqueológicas.

¹ Para um estudo mais aprofundado, saliento a consulta da seguinte bibliografia: “Nova História de Portugal”, Vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa, 1990; Rosas, Fernando, [et al] – História de Portugal, Vol. 7, *O Estado Novo (1926-1974)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994

² *Idem. Vide também:* Salazar, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, 2ª Ed., vol. II, 1946

Instituto de Alta Cultura (1952-1976)³ – organismo responsável pela condução da política cultural, durante o Estado Novo, sucedendo nessas funções à **Junta Nacional de Educação (1929-1936)** e ao **Instituto para a Alta Cultura (1936-1952)**.

Tinha como missão, *concorrer para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura artística, da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua e cultura portuguesas*.⁴

Funcionava na dependência directa do Ministério de Educação Nacional, cuja estrutura integrava. Sofreu algumas reestruturações e reformulações, nomeadamente no que diz respeito às suas competências. Em matéria de funções na área de investigação científica, foi sucedida pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, que está na base da actual Fundação para a Ciência e Tecnologia.⁵

Na sequência de ter sido reduzido ao papel de fomentação e difusão da língua e cultura portuguesas⁶, foi transformado no Instituto de Cultura Portuguesa, posteriormente designado por Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, que esteve na origem do actual Instituto Camões, sendo assim definitivamente extinta.

Junta Nacional de Educação (1936-1977)⁷ – organismo do Ministério da Educação Nacional, tinha como objectivo o *estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura*.⁸ Foi criada no âmbito da afirmação ideológica do regime do Estado Novo no que diz respeito à educação e cultura. Surge como sucessora do Conselho Superior de Instrução Pública e agrega todos os órgãos consultivos até então existentes nestas áreas. Nela estão também incluídas as organizações paramilitares de juventude (designada por **Mocidade Portuguesa**) e todas as estruturas então existentes visando a protecção do património arqueológico, a protecção e classificação de imóveis e monumentos e o património cultural.

³ Decreto-lei n.º 38680, de 17 de Março de 1952

⁴ Cf. Artigo 1º do Decreto-lei n.º 46038, de 16 de Novembro de 1964, que reestruturou o Instituto de Alta Cultura e clarificou a sua intervenção em matéria de investigação científica.

⁵ Decreto n.º 538/76, de 9 de Julho de 1976

⁶ Decreto-lei n.º 541/76, de 9 de Julho

⁷ Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, sendo a verdadeira Lei de Bases da Educação no Estado Novo

⁸ Cf. Artigo n.º 2 da Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936

Tinha um Conselho Permanente de Acção Educativa⁹ com funções executivas repartida por sete secções. Cada secção integrava funções bem definidas no que diz respeito à administração de fundos, subsídios para investigação científica, autorização de intervenções em imóveis classificados, classificação de imóveis, arqueologia, museologia, entre outras. A extinção desta Instituição¹⁰ deu lugar à dispersão das suas atribuições por diversos departamentos governamentais das áreas da cultura, investigação científica, ensino superior e educação.

Apesar de extinta, o seu Regimento nunca foi totalmente revogado, permanecendo as funções consultivas em matéria de política educativa e que foram continuadas pelo actual Conselho Nacional de Educação¹¹ e depois enquadrado pela actual Lei de Bases do Sistema Educativo.¹²

Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes (1930)¹³ – Estando na dependência do então Ministério da Instrução Pública, era da sua competência tratar de todos os assuntos relativos às Universidades e respectivo ensino, Sociedades Científicas e Literárias, Academias, Escolas de Belas Artes e Conservatórios e sua gestão. Tinha funções de superintender os Museus, Monumentos Nacionais e Teatros, bem como Bibliotecas e Arquivos.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929)¹⁴ – anteriormente designada por Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos. De 1929 até ao início dos anos 70 centralizou quase a totalidade das atribuições relativas a obras de monumentos nacionais do Estado e edifícios. Os imóveis classificados de monumento nacional ou de interesse público, estavam atribuídas a este organismo.

⁹ Decreto-lei n. 46348, de 22 de Maio de 1965, que fixa as bases gerais da organização, competência e funcionamento da Junta Nacional de Educação; complementado pelo Decreto-lei n.º 46349, de 22 de Maio de 1965, que promulga o Regimento da Junta Nacional da Educação, que passou a ser constituída pelo Conselho Permanente da Acção Educativa e pelas seguintes secções: 1 – Ensino Superior; 2 – Antiguidades e Belas Artes, com as seguintes subsecções: Arqueologia; Artes Plásticas; Museus e Coleções de Arte; Protecção e Conservação de Monumentos e Obras de Arte; Música e Teatro; 3 – Bibliotecas e Arquivos; 4 – Ensino Liceal; 5 – Ensino Técnico Profissional; 6 – Ensino Primário; Educação Física e Desportos; 8 – Educação Moral e Cívica.

¹⁰ Decreto-lei n.º 70/77 de 25 de Fevereiro de 1977

¹¹ Decreto-lei n.º 125/82, de 22 de Abril de 1982

¹² Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo

¹³ Decreto n.º 18082, de 12 de Março de 1930

¹⁴ Decreto n.º 16791, de 29 de Abril de 1929

Esta direcção foi integrada no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana ¹⁵, no que diz respeito à intervenção sobre o património habitacional não classificado e ao desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património (SIPA), com excepção das atribuições relativas ao património classificado, que estão na competência do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Ministério das Obras Públicas (1852) ¹⁶ - criado por decreto em 1852 designado por Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria, sofreu alterações e remodelações no que se refere às competências e organismos afectos até 1910.

Reportando à época dos trabalhos arqueológicos em Vila Nova de São Pedro (1937-1968), era em 1932 o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que em 1946 foi dividido em dois: Ministério das Obras Públicas e o Ministério das Comunicações, com atribuições e competências definidas.

Comissariado do Desemprego (1932-1974) ¹⁷ – em 1931 determinou-se através do decreto n.º 20222 de 15 de Agosto, a realização de um inquérito sobre a crise de desemprego, no intuito de resolver, tanto quanto possível, esse flagelo que em Portugal se revelava e alastrava. Sobre a dependência do Ministério da Obras Públicas e Comunicações, foi criado o Comissariado do Desemprego, que entre outras competências, tinha por base promover a colocação de desempregados, das mais diversas áreas, incluindo trabalhadores do meio rural, concedendo, em certos casos, o transporte para outras localidades onde houvesse ofertas de trabalho e falta de mão-de-obra. As entidades, públicas ou privadas, que colocassem trabalhadores inscritos, requisitando-os ao Comissariado, poderiam beneficiar de 50% das remunerações (em determinadas condições). *Os encargos eram suportados pelo Fundo de Desemprego, criado com receitas próprias resultantes da contribuição de 3% pagas aos trabalhadores (...).* ¹⁸ Este organismo foi extinto a 30 de Dezembro de 1974. ¹⁹

¹⁵ Decreto-lei n.º 223/2007, de 30 de Maio de 2007

¹⁶ Informação disponibilizada pelo Arquivo da Torre do Tombo, disponível no site: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4229940>

¹⁷ Decreto n. 21699 de 30 de Setembro de 1932

¹⁸ Informação disponibilizada pelo IEFP, disponível no site: <http://www.iefp/iefp/sobre/instituicao/Historia/Paginas/Anos1930.aspx>

¹⁹ Decreto-lei n. 759/74 de 30 de Dezembro de 1974

Admitindo que à data, Portugal entrara num novo ciclo da sua História, o Estado Novo herdou do processo político anterior (período de ditadura militar) algumas peças legislativas que enformavam a criação, definição e gestão de museus e monumentos nacionais, ainda que tivessem sofrido posteriormente, alterações, adaptações ou fossem simplesmente revogadas, moldando-as de acordo com as suas premissas.

Quero fazer uma referência breve à Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro de 1924, em concreto o Capítulo II, que diz respeito aos Conselhos de Arte e Arqueologia, Capítulo V, Arrolamento das obras de arte e peças arqueológicas e ao Capítulo VI, dos Monumentos e Palácios Nacionais, (que foi parcialmente alterado e revogado pelo Decreto n.º 20985 de 03 de Julho de 1932) mas que está totalmente integrado na política do Estado Novo.

Relativamente ao Capítulo II: *«Para efeito da defesa dos interesses artísticos e arqueológicos é dividido o país em três circunscrições [...] (artº8). Na sede de cada uma das circunscrições funcionará, com atribuições consultivas e deliberativas, um Conselho de Arte e Arqueologia, ao qual competirá: 1º Promover junto do Governo que lhe sejam facultados todos os elementos necessários ao cumprimento da missão, e ao estudo, conservação e enriquecimento das colecções dos museus (...).*

4º Promover conferências sobre estética, história de arte e arqueologia [...] Proceder ao arrolamento da riqueza artística e arqueológica da circunscrição e propor ao Governo as medidas necessárias à sua conservação [...]». (artº9).

Do Capítulo V: *«O Ministério de Instrução Pública, pela Direcção Geral das Belas Artes, e mediante a cooperação dos Conselhos de Arte e Arqueologia (...) e de quaisquer entidades oficiais com a necessária competência, organizará o arrolamento de móveis e imóveis que, em conformidade com as disposições da presente lei, possuam valor histórico, arqueológico, numismático ou artístico, digno de inventariação».* (artº38)

Por último, sobre o Capítulo VI: é da competência da 3ª Repartição da Direcção Geral das Belas Artes: *«1º Elaborar projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais e proceder à sua execução por administração ou empreitada, exercendo em qualquer dos casos rigorosa fiscalização;*

2º Visitar os monumentos e palácios nacionais e propor providências necessárias para a conservação desses imóveis [...] ». (artº46).

As alterações introduzidas em 1932, dão-nos conta da extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições, por razões de carácter económico, concentrando-se as funções técnicas e administrativas que estavam dispersas, no Conselho Superior de Belas Artes, ficando os trabalhos académicos sobre a alçada da Academia Nacional de Belas Artes, criada na mesma data. A Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes assume a coordenação da guarda e conservação do património artístico e arqueológico do país.²⁰ É também da competência desta Instituição dar pareceres sobre as propostas de classificação dos “monumentos nacionais” ou de “imóveis de interesse público” bem como propor ao Governo todas as medidas necessárias à conservação do património arqueológico nacional.²¹

Quando o Estado Novo entrou por assim dizer, em funções, no que concerne ao património artístico e arqueológico, bem como aos museus, a legislação já tinha sido alterada: estava previsto um sistema corporativo, uma dotação orçamental delineada e uma rede de instituições criadas. Encerro este ciclo sobre a legislação vigente antes e durante o projecto do Estado Novo. Ficam omissos uma série de outras leis e decretos, associados a outros já existentes às instituições do Estado.

É evidente a precoce preocupação com estas matérias, tendo em conta que as finanças e a economia estavam muito debilitadas, apesar de todas as medidas restritivas relativas ao gasto público, é de sublinhar o investimento que foi feito quer no património arqueológico nacional, nos monumentos e museus.

Após o 25 de Abril de 1974, que colocou termo a este regime político, iniciou-se uma nova fase, por assim dizer, no que diz respeito a estes temas, que serão abordados mais à frente.

²⁰ Decreto n. 20985 de 07 de Março de 1932 – Capítulo I, artigo 1º

²¹ *Idem* – Capítulo II, artigo 15º e Capítulo IV, artigos 24º e 25º

Associação dos Arqueólogos Portugueses, assumiu um papel importante enquanto organismo participante, directamente envolvido nos trabalhos de escavações em Vila Nova de São Pedro, e cuja responsabilidade foi assumida, através da sua secção de Pré-História. Umhas breves linhas sobre a história desta Instituição: fundada em 1863 com o nome de Associação dos Architectos Civis Portugueses, começou por ser uma associação de carácter profissional (de architectos) mas que admitiu no seu seio os arqueólogos e deste modo, passou a ser denominada de Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses.

Em 1902, os architectos fundaram a Sociedade de Architectos Portugueses, tendo-se desvinculado, sendo que após a implantação da República, mais concretamente no ano de 1911, esta associação adoptou a designação actual. Nos primeiros cinquenta anos de vida desta associação, nomes como: Carlos Ribeiro, Estácio da Veiga, Martins Sarmiento, Leite Vasconcelos, Alexandre Herculano, entre outros, marcaram este organismo, que gozou de um enorme prestígio entre o final da Monarquia Constitucional e o Estado Novo.

È a mais antiga associação de defesa do Património em Portugal e têm sobre a sua tutela o Museu Arqueológico do Carmo.

No art.º n.º 2 dos seus estatutos, são definidos os seus objectivos: «*os fins desta Associação (...) são promover em Portugal o desenvolvimento dos estudos científicos e artísticos no âmbito da Arqueologia e História, especialmente nacionais, agrupando pessoas que se interessam e desejem levar a cabo esses estudos, (...) mantendo um museu acessível ao público e cooperando com as entidades oficiais e particulares, que tenham a seu cargo a defesa, salvaguarda e valorização dos locais de interesse arqueológico (...)*». ²²

²² Informação disponibilizada no site da Associação dos Arqueólogos Portugueses: http://www.arqueologos.pt/p_aap.htm

Por último, ao nível do poder local, e como parte integrante deste processo, a **Câmara Municipal da Azambuja**.

Foi a articulação entre todas estas Instituições, que permitiu que os trabalhos de escavações se realizassem, claro está, no que ao nível formal diz respeito.

Feita a breve explanação de todos os organismos envolvidos neste processo, é momento de fazer referência às duas figuras que se destacam e que foram responsáveis pelos trabalhos de escavações (no campo) que se realizaram durante cerca de três décadas: Padre Eugénio Jalhay e Afonso do Paço.

Eugénio Augusto dos Santos Jalhay²³ - Nasceu a 13 de Julho de 1891. Estudou no antigo Colégio do Barro e formou-se nas Faculdades de Filosofia de Tortosa e Lovaina e na Faculdade de Teologia de Oña. Durante alguns anos exerceu o magistério no Colégio Português de La Guardia (Galiza) e no Colégio Nun' Álvares de Jette (Bélgica). Fez parte da Junta Nacional de Educação desde a sua fundação em 1936, sendo vogal da 2ª Subsecção da 6ª Secção da referida Instituição.

Dedicou-se à arqueologia pré-histórica e participou em escavações, não só em Portugal como na Espanha, França e Bélgica, cujos resultados constam de uma vasta bibliografia, dispersa por actas de congressos e numerosas revistas nacionais e estrangeiras.

Todo o trabalho desenvolvido valeu-lhe o ingresso nas seguintes agremiações científicas: Academia Portuguesa de História; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia; Sociedade Martins Sarmento; Instituto Internacional de Antropologia; Sociedade Pré – Histórica Francesa; Sociedade Ibérica de Ciências Sociais; Real Academia Galega; Sociedade Malaquenha de Ciências e Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-História. A 2ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação, emitiu em 1950 o voto de que fosse reconhecido oficialmente o serviço prestado à Nação, propondo, a título póstumo, com uma grau elevado de uma das Ordens honoríficas portuguesas. Foi condecorado com o grau de Comendador da Ordem de S. Tiago.²⁴ Faleceu a 30 de Novembro de 1950, com 59 anos.

²³ Proposta da 2ª Subsecção da 6ª Secção, Refª Lº A – 10 – n.º 58/1 de 27 de Dezembro de 1950, Arquivo histórico do Ministério de Educação, cota 222

²⁴ Acta da 2ª Subsecção da 6ª Secção de 21 de Janeiro de 1951, Arquivo da Torre do Tombo, cota 107

Manuel Afonso do Paço²⁵ - Nasceu em Outeiro, Viana do Castelo, a 30 de Novembro de 1895, e morreu a 29 de Outubro de 1968.

Formou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1919, e frequentou o curso do Serviço Administrativo Militar, na Escola do Exército em 1923, ascendendo ao posto de Tenente-Coronel.

Foi uma reconhecida figura do Exército Português, que desenvolveu actividade no âmbito da arqueologia e etnografia portuguesa na primeira metade do século XX.

Consagrando preferencialmente o seu percurso científico aos estudos arqueológicos, a sua produção etnográfica compreendeu trabalhos sobre a história e a vida militar versando a temática das tradições e expressões orais.

Por último, deixou um apontamento sobre o responsável pelas primeiras sondagens levadas a cabo e que permitiram a descoberta do “castro”, e que assistiu nos primeiros anos, o Padre Eugénio Jalhay nos trabalhos de escavações.

Hipólito de Almeida da Costa Cabaço²⁶ - Nasceu em 1885 no lugar do Paiol, freguesia de Aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer. e veio a falecer em 1970. Fixou-se em França, em 1901, com o objectivo de se especializar no tratamento e fabrico de vinhos. É nos museus franceses que desperta para a arqueologia e, sobretudo, para o material do período paleolítico. Sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, relacionou-se e/ou trabalhou em conjunto com arqueólogos portugueses do seu tempo como Rui de Serpa Pinto, Mendes Correia, Afonso do Paço, e estrangeiros como Henri Breuil e Georges Zbyszewski. Faleceu em 1970.

Feitas as apresentações dos organismos envolvidos no processo administrativo que intervieram nos trabalhos de escavações e das figuras envolvidas directamente no terreno, estamos em condições de avançar para a historiografia destes trabalhos arqueológicos e termos senão mais, pelo menos um vislumbre do que aconteceu e que não é do conhecimento público, em geral.

²⁵ Informação disponibilizada no site <http://www.matrizpci.imc-ip.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=429>

²⁶ Informação disponibilizada no site da Câmara Municipal de Alenquer em <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=d9e84a6b-0e11-4157-8603-19dc0c4cdbd1>

1.2 - Historiografia das campanhas de escavações

Em 1936, Hipólito Cabaço, levado pelo topónimo local, procedeu a umas sondagens arqueológicas, patrocinadas por fundos próprios, que culminaram na determinação da existência de um importante sítio arqueológico da Pré-história em Vila Nova de São Pedro ficando assim formalmente identificado nesta altura. No entanto, já tinha sido alvo de referência anteriormente, por Leite Vasconcelos em 1929.²⁷

Dado conhecimento deste facto à Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi logo solicitada a autorização necessária para dar início aos trabalhos de escavações, facto que aconteceu, depois do local ter sido visitado pelo Prof. Mendes Corrêa, e ter sido disponibilizado um subsídio pelo Instituto para a Alta Cultura.

Licenças e verbas concedidas, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, através da secção de Pré-história, avança com os trabalhos logo em 1937, ano que marca o início de um período de trinta anos de escavações sistemáticas, sob a direcção do Padre Eugénio Jalhay e de Afonso do Paço inicialmente, e apenas por Afonso do Paço, aquando da morte do primeiro, em 1950.

Do período anterior a 1940, as informações possíveis de reunir são poucas, contudo uma acta da JNE,²⁸ datada de 1937 apresenta-nos os aspectos processuais mais importantes e que serviram de base para o início dos trabalhos arqueológicos:

- a) Que a AAP seja autorizada a explorar a estação arqueológica de VNSP;
- b) As escavações e o estudo dos resultados sejam dirigidos pelo Padre Eugénio Jalhay, assistido no local pelo Sr. Hipólito Cabaço;
- c) A obrigatoriedade da AAP apresentar anualmente à JNE um relatório dos trabalhos;
- d) O espólio recolhido é considerado propriedade do Estado e confiado à guarda da AAP;

²⁷ O proprietário dos terrenos, Sr. António Ferreira, encontrou ocasionalmente enquanto lavrava a terra, um machado de cobre, um percutor e um fragmento de cerâmica que entregou ao general Victoriano José César. Este por sua vez ofereceu-o a Leite Vasconcelos para o Museu Etnológico.

²⁸ In Acta da 49ª Secção do Conselho Permanente da Acção Educativa da JNE, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 06 de Abril de 1937, cota 2967

- e) Que o Ministério Nacional da Educação ordene a suspensão dos trabalhos e a entrada do material em estabelecimentos do Estado, caso não sigam o rigor científico exigido ou os materiais não estiverem devidamente acautelados;

Neste mesmo documento há ainda a referência a «*uma proposta de dotação por parte do Instituto para a Alta Cultura de no valor de 4.000\$00 anuais, enquanto for necessário, para a prossecução dos trabalhos de escavações*». ²⁹ Pelas verbas atribuídas e mencionadas em documentos posteriores, verifica-se que isso não aconteceu, pelo menos não existe nenhuma referência que suporte a efectividade desta dotação nem a durabilidade que possa ter tido.

À AAP cabe a solicitação de todas as autorizações e licenças para a realização dos trabalhos de escavações, bem como comunicar o início e término dos mesmos. As verbas são entregues à Associação, que apresenta os relatórios e a relação das despesas efectuadas referentes a cada ano corrente.

Através da análise dos documentos constantes do processo da IHRU, o que se apresenta, por assim dizer, mais rico em fontes documentais, a informação anterior ao ano de 1940 refere ainda, através duma exposição feita à DGMN: “«*foi concedida autorização, pela Junta Nacional de Educação para a sua exploração à Associação dos Arqueólogos Portugueses, subsidiada por aquele organismo do Estado*».

Mais adiante: «*Já se fizeram três campanhas com pequenas verbas fornecidas pela Junta e, ao presente, está-se fazendo nova campanha com o subsídio concedido de Esc. 1.500\$00. Não é possível o estudo e exploração daquele monumento com verbas assim diminutas (...)*». ³⁰

²⁹ Cf. Acta da 49ª Secção do Conselho Permanente da Acção Educativa da JNE, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 06 de Abril de 1937, cota 2967

³⁰ Cf. Relatório que acompanha o folheto com os resultados das campanhas de escavações de 1937/38, datado de 30 de Agosto de 1940, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935364/63/62

Na sequência desta exposição, foi comunicado, através de um despacho enviado pelo Arquitecto Chefe da 1ª Secção da DGEMN, ao Arquitecto Director do mesmo organismo, o seguinte: «*esta secção não possui competência para julgar assuntos de arqueologia pré-histórica, pelo que se não pode pronunciar sobre o assunto em referência (...) considerando a reputação das pessoas que se têm dedicado à exploração (...) e que solicitam (...) o auxílio do Estado para prosseguirem aqueles trabalhos, esta Secção entende ser de atender tal solicitação*». A resposta chega, tendo um parecer positivo relativamente ao exposto e é remetido desta vez à consideração do então Ministro, Eng.º Duarte Pacheco.³¹

Em 1941, o MOPC, concede, através do Comissariado do Desemprego, uma participação de Esc. 2.500\$00.

Os fundos concedidos eram destinados a fins diferenciados: o que provinha do Comissariado do Desemprego destinava-se ao pagamento dos salários dos trabalhadores enquanto que o da DGEMN para as despesas correntes. Estas despesas eram apresentadas anualmente, de forma a “justificar” o seu uso. Destas despesas, constam diversos serviços.

De entre as possíveis de identificar, estão despesas de comunicações (telefones, cartas e telegramas); transporte (bilhetes de autocarro e comboio e ainda do transporte do espólio para o Museu do Carmo), alojamento (para os responsáveis), lavandaria (tratamento da roupa dos responsáveis); aquisição de materiais diversos (pás, picaretas, pregos, caixotes, crivos, petróleo, etc.); serviços de levantamento topográfico, rolos de fotografia e revelação das mesmas, serviço de tipografia (execução das separatas) e ainda as inscrições em Congressos.

A partir daqui, “mergulhamos” numa complexa rede burocrática, lenta, muitas vezes difícil de descortinar, por um lado pela ausência de documentos que sirvam de suporte e por outro as lacunas de informação.

³¹ Cf. Ordem de Serviço n.º 06517 de 23 de Outubro de 1940, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00374996

No primeiro ofício emitido pelo MOPC, através do Comissariado do Desemprego faz referência que «*o pessoal necessário à execução desta obra deverá ser recrutado, sempre que possível, entre os inscritos neste Comissariado. É dispensada a guia de apresentação mas deve ser enviada a este Organismo, após o início dos trabalhos, uma relação do pessoal admitido, e posteriormente as alterações ocorridas*», sendo conveniente que o responsável pelos trabalhos de escavações se «*digne determinar a observância destas formalidades, para, assim poder ser feita a liquidação da participação em conta corrente (...)*». ³²

Os dados existentes apresentados nas folhas de férias ³³ constantes neste processo (apenas para os anos de 1944, 1946 e 1953), identifica os trabalhadores que foram recrutados para as campanhas efectuadas bem como as remunerações pagas de acordo com os dias trabalhados, como se pode verificar nas tabelas seguintes.

Nomes	Nº Dias	Valor/Dia	Valor Total
José Moreira (capataz)	6	17\$00	102\$00
Manuel Latas	6	16\$00	96\$00
Manuel Raimundo	6	16\$00	96\$00
Rafael Costa	6	16\$00	96\$00
José Galinha	6	16\$00	96\$00
Maria da Glória	6	8\$00	48\$00
Glória de	6	8\$00	48\$00
Francelina Silva	6	8\$00	48\$00
Maria Amanda	6	8\$00	48\$00
Adelaide Rosa	6	8\$00	48\$00
Gertrudes Luísa	6	8\$00	48\$00
Helena Maria	6	8\$00	48\$00
Helena Silvino	6	8\$00	48\$00
Madalena Bolos	6	8\$00	48\$00
Georgina Latas	6	8\$00	48\$00

Tabela 1 - Folha de Férias do ano de 1944, relativa à semana finda no dia 12 de Agosto 1944

³² Cf. Proc.º 14/6/3, Registo n.º 3840 de 12 de Fevereiro de 1941, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935369

³³ Tabelas elaboradas a partir das folhas de férias do Processo da IHRU, documentos disponíveis no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT. 00375226 (ano 1944); SIPA TXT 00375276 (ano 1946) e SIPA TXT 00375472 (ano 1953)

Povoado calcólítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Nomes	Nº Dias	Valor/Dia	Valor Total
José Moreira (capataz)	6	19\$00	114\$00
Manuel Latas	6	18\$00	108\$00
Rafael da Costa	6	18\$00	108\$00
Manuel Raimundo	6	18\$00	108\$00
Manuel de Sousa	6	18\$00	108\$00
José da Silva	6	18\$00	108\$00
José Correia	6	18\$00	108\$00
Ernesto Bolas	6	18\$00	108\$00
Augusto Costa	6	18\$00	108\$00
António Maria	6	18\$00	108\$00
José Teófilo	6	18\$00	108\$00
Maria da Glória	6	9\$00	54\$00
Glória de Sousa	6	9\$00	54\$00
Gertrudes Luísa	6	9\$00	54\$00
Adelaide Rosa	6	9\$00	54\$00
Maria Amanda	6	9\$00	54\$00
Helena Silvino	6	9\$00	54\$00
Brígida Rosa	6	9\$00	54\$00
Madalena Teófilo	6	9\$00	54\$00
Maria Luíza	6	9\$00	54\$00
Maria da Glória Gomes	6	9\$00	54\$00
Maria Augusta	6	9\$00	54\$00
Balbina Teófilo	6	9\$00	54\$00
Irene Cravo	6	9\$00	54\$00
Helena Maria	6	9\$00	54\$00

Tabela 2 - Folha de Férias do ano de 1946, relativa à semana finda no dia 10 de Agosto 1946

Nomes	Nº Dias	Valor/Dia	Valor Total
José Moreira (capataz)	6	23\$00	138\$00
Manuel Moreira	6	22\$00	132\$00
José Galinha	6	22\$00	132\$00
Teófilo Augusto	6	22\$00	132\$00
Lino Augusto	6	22\$00	132\$00
Joaquina Afonso	6	12\$00	72\$00
Glória de Sousa	6	12\$00	72\$00
Gertrudes Luísa	6	12\$00	72\$00
Brígida Almeida	6	12\$00	72\$00
Regina Colaço	6	12\$00	72\$00
M ^a Augusta Costa	6	12\$00	72\$00
M ^a Lurdes da Silva	6	12\$00	72\$00
Gracinda Maria	6	12\$00	72\$00

Tabela 3 - Folha de Férias do ano de 1953, relativa à semana finda no dia 26 de Setembro 1953

Sem prejuízo de algumas alterações que possam ter ocorrido ao longo dos anos, nomeadamente à alternância dos efectivos, posso afirmar que estes eram recrutados de entre os habitantes de Vila Nova de São Pedro. Os habitantes, eram na sua maioria camponeses que viviam da agricultura, pessoal indiferenciado, regra geral, sem um ofício definido. Não tendo outros rendimentos, teriam reunido as condições exigidas, contempladas pela legislação em vigor.

Sobre o valor das remunerações auferidas, eram descontados 2% para o Fundo de Desemprego.³⁴

Neste aspecto, o Comissariado do Desemprego assumiu as competências do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, na regulamentação, fiscalização e contabilidade do Fundo de Desemprego.³⁵

Comparando os nomes apresentados apontados nestes documentos, é possível verificar a permanência de alguns trabalhadores, apontando a existência de um capataz, o Sr. João Moreira, e alguns nomes que se vão repetindo nos referidos mapas.

Estas informações foram corroboradas pela Sra. Graciete Moreira³⁶, uma das poucas pessoas, ainda vivas, com quem tive o prazer de conversar e que participou das campanhas de escavações de 1961/62, que afirma que os trabalhadores eram recrutados directamente na povoação conforme as necessidades definidas para os trabalhos nesse ano e que auferiam uma remuneração.

Quando questionada sobre as condições de trabalho, referiu que os trabalhadores não recebiam qualquer tipo de formação e que o trabalho era diferenciado, cabendo aos homens o trabalho mais árduo, o de escavar e às mulheres a crivagem das terras provenientes do local e a separação dos materiais encontrados, agrupando-os segundo indicações (ex: fragmentos cerâmicos, fragmentos ósseos, pontas de seta, etc.), para posterior análise e estudo.

³⁴ Fundo de Desemprego, Guia n.º 22 de 31 de Julho de 1944, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375241

³⁵ Decreto-lei n. 35200 de 24 de Novembro 1945

³⁶ Graciete Moreira, actualmente com 70 anos de idade, participou dos trabalhos de escavações em 1961/62.

Outro facto, passível de ser observado nas folhas de férias, são as remunerações recebidas, sendo que as mulheres auferiam cerca de 50% menos do valor atribuído aos homens.

Analisando a relação das despesas apresentadas por Afonso do Paço, e apenas disponíveis nos anos de 1944, 1946, 1952, 1953, 1954, é possível determinar que outras pessoas da localidade, embora não estivessem directamente envolvidas nos trabalhos de escavações, prestavam serviços ou actividades inerentes às mesmas e eram remuneradas para tal. A título de exemplo:

- Pagamento de 30\$00 a João Clara pelo transporte do espólio para Lisboa ³⁷
- Pagamento de 120\$00 pelo transporte em carroça ao serviço das escavações ³⁸
- Pagamento de 260\$00 a José Correia júnior pelo fornecimento de uma carroça durante uma semana de escavações incluindo transporte de espólio ³⁹

É fácil depreender que as escavações trouxeram uma nova dinâmica à população local, criando outras fontes de receita.

A este propósito, o próprio Afonso do Paço refere numa das suas publicações: «*Muita gente veio pedir-nos trabalho, atenta à grave crise que atravessam os campos, mas não foi possível admitir mais ninguém. Já havia ao todo na escavação 13 homens e 16 mulheres*». ⁴⁰

Como a D. Graciete Moreira referiu na entrevista, ⁴¹ a oportunidade de fazer parte destes trabalhos, era considerada uma mais-valia para os seus habitantes.

³⁷ Recibo de Despesa datado de 24 de Agosto de 1944 Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375194

³⁸ Recibo de Despesa datado de 22 de Agosto de 1944 Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375197

³⁹ Recibo de Despesa datado de 23 de Agosto de 1944 Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375204

⁴⁰ Refere-se à campanha de escavações de 1947. In Paço, Afonso do, Castro de Vila Nova de São Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950 (nº 7 a nº 14), Arqueologia e História, volume 3, Lisboa, 1954, p. 58

⁴¹ Vide entrevista em Anexos (Anexo I)



Figura 1 – Grupo de Trabalhadores que participaram das escavações de 1952 na companhia de Afonso do Paço e de Maria Lourdes Costa Arthur
Fotografia cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja)



Figura 2 – Grupo de mulheres procedendo à crivagem das terras. Fotografia cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja)



Figura 3 – Uso de carroças para transporte do espólio. Fotografia cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja)

Em 1942, nos termos do ofício emitido pelo MOPC, chama a atenção para os seguintes pontos: «*para as disposições da Portaria n.º 9741 de 18/2/941, sobre o recrutamento do pessoal, caderno de encargos, comunicação do início das obras com 15 dias de antecedência, facilidades a conceder aos fiscais deste Comissariado (...), etc. Quando a obra termine, ou por qualquer motivo seja suspensa, há toda a conveniência (...) em ser feita imediata comunicação a este Comissariado (...)*». ⁴²

Analisando a referida portaria, que define as condições para a colocação de trabalhadores desempregados, recrutados através do Comissariado, faz referência a uma *empreitada*, como se neste caso concreto, disso se tratasse. Assim sendo, pressupõe-se a existência de um *empreiteiro* e naturalmente a existência de uma *obra*. E de facto, em todos os documentos administrativos, os trabalhos de escavações são mencionados como tal. Poderia tratar-se apenas de uma questão linguística, não fosse a constatação que efectivamente os procedimentos levados a cabo durante todo este processo, denotassem esse comportamento. Partindo da lógica que o papel de *empreiteiro* caberia a Afonso do Paço, inicialmente o valor da *empreitada* era definido através de uma proposta apresentada, neste caso, ao MOPC, por forma a obter as verbas necessárias para a execução da *obra*. Afonso do Paço apresenta-se nestas propostas como sendo *tarefeiro de obras públicas*, e entre os anos de 1941 a 1948 a empreitada é adjudicada por ajuste directo. ⁴³ A partir de 1949 e até 1961, aparecem outros possíveis *empreiteiros* a concorrerem à mesma *empreitada*. ⁴⁴

⁴² Cf. Proc.º 14/6/3, Registo n.º 11629 de 22 de Abril de 1942, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935380

⁴³ Cf. Documento n.º 2048 de 28 de Julho de 1941, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935380. Para os anos seguintes ver: Doc. 1654 de 02 de Julho de 1942 – SIPA TXT. 0935384; Doc. 1486 de 12 de Junho de 1943 - SIPA TXT. 0935384; Doc. 2464 de 26 de Julho de 1944 – SIPA TXT. 0935407; Doc. 2021 de 19 de Julho de 1945 – SIPA TXT. 0935416; Doc. 1866 de 19 de Junho de 1946 – SIPA TXT. 0935422; Doc. 2115 de 13 de Junho de 1947 – SIPA TXT. 0935438; Doc. 2240 de 21 de Junho de 1948 – SIPA TXT. 0935471

⁴⁴ Cf. Documento n.º 1740 de 19 de Maio de 1949, Processo da IHRU, documento disponível no site: www.monumentos.pt, com a identificação SIPA TXT.00935484. Para os anos seguintes ver: Doc. 2374 de 06 de Junho de 1950 – SIPA TXT. 0935495; Doc. 2799 de 02 de Julho de 1951 - SIPA TXT. 0935515; Doc. 3439 de 01 de Julho de 1952 – SIPA TXT. 0935532; Doc. 2938 de 09 de Junho de 1953 – SIPA TXT. 0935565; Doc. 3232 de 09 de Junho de 1954 – SIPA TXT. 0935578; Doc. 3845 de 01 de Julho de 1955 – SIPA TXT. 0935781; Doc. 3596 de 01 de Junho de 1956 – SIPA TXT. 0935608; Doc. 3838 de 26 de Junho de 1957 – SIPA TXT. 0935641; Doc. 3695 de 09 de Junho de 1958 - SIPA TXT. 0935649; Doc. 5142 de 17 de Julho de 1959 – SIPA TXT. 0935655; Doc. 3475 de 16 de Maio de 1960 – SIPA TXT. 0935666; Doc. 4053 de 05 de Maio de 1961 – SIPA TXT. 0935669

Todos eles se apresentam como sendo peritos em escavações arqueológicas, desta feita, inclusive Afonso do Paço. Quanto aos primeiros não existe a possibilidade de confirmar as suas competências ou aptidões para o exercício das suas funções.

Considero importante referir que estas alterações se devem ao enquadramento jurídico aplicável para estas *empreitadas*, sendo que um e outro caso (ajuste directo ou concurso) são contemplados na legislação vigente aos anos correspondentes. A variação é definida pelo montante das verbas envolvidas, prazos de entrega da *obra* e outros critérios pré estabelecidos.⁴⁵ É provável que o aparecimento destes supostos *empreiteiros* não passasse apenas de uma mera tática de “bastidores” para contornar as formalidades exigidas para estas situações, dado que a DGEMN estava apenas vocacionada para contratualizar empreitadas de obras públicas no âmbito das inúmeras recuperações do património edificado do País, cuja gestão estava a seu cargo.

A este e propósito, encontramos um despacho interno da DGEMN, dirigido ao Director – geral pela 1ª Secção da Repartição Técnica, em 1951, nos seguintes termos: *«Tratando-se de uma obra que envolve trabalhos especiais de cuidadosa escavação e recolha de elementos arqueológicos, que naturalmente só pode ser realizado por pessoal especializado neste género de pesquisa, rogo V. Exa. (...) a obra seja realizada em regime de administração directa, com dispensa de concurso público e contrato escrito pelas razões atrás expostas»*.⁴⁶

Apesar de se saber que desde o início o Padre E. Jalhay assumiu a responsabilidade dos trabalhos de escavações partilhando-a com Afonso do Paço, verifica-se que as autorizações são sempre atribuídas ao último. O mesmo acontece no que se refere à atribuição do papel de *empreiteiro*, o que é uma situação aparentemente natural sob este ponto de vista dado não ser uma “ocupação” compatível com as funções de sacerdote que o Padre E. Jalhay exercia.

⁴⁵ Decreto n.º 18381 de 09 de Maio de 1930 e Decreto – lei n.º 41375 de 19 de Novembro de 1957

⁴⁶ Cf. Comunicação N.º 518 da Direcção-geral da DGEMN de 8 de Junho de 1951, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375388

Contudo, em 1959, ainda relativamente a esta questão, numa carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas, proveniente da Repartição dos Serviços Administrativos do mesmo organismo, datada de 04 de Junho de 1956, dá-nos conta que: «*Tendo passado à reserva, o Tenente-coronel Afonso do Paço, que tem dedicado grande parte da sua actividade a estudos arqueológicos, dirigiu o mesmo a esta Direcção-geral, a carta que tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência. (...) tenho a honra de propor (...) que o mesmo seja contratado em regime de simples prestação de serviços com a remuneração no corrente ano de 6.000\$00, paga em 6 prestações (...)*». ⁴⁷

Sobre este assunto, o próprio Afonso do Paço manifesta a sua disponibilidade, numa carta enviada ao Director-geral do MOP: «*Com a minha passagem à reserva, bem gostaria ocupar toda a minha actividade no MOP, ao serviço de escavações tão do meu agrado. Os quinze anos de trabalho gratuito que já prestei à DGEMN animam-me a confiar em V. Exa.*». ⁴⁸

Entre 1962 e 1967, é possível confirmar que este pedido foi efectivamente aceite e as empreitadas voltam a ser feitas por ajuste directo.

Em 1962, é novamente referida a condição de reserva de Afonso do Paço e é autorizado pelo MOP, a sua colaboração em regime de simples prestação de serviços, mediante a remuneração de 12.000\$00 a ser paga de uma só vez ou em prestações, conforme o desenvolvimento dos trabalhos de escavações. ⁴⁹

⁴⁷ Cf. Ofício [s.n] da Repartição dos Serviços Administrativos do MOP datado de 04 de Junho de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935627

⁴⁸ Carta de Afonso do Paço dirigida ao Director-geral do MOP datada de 06 de Maio de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935620/21/22/23/24/2526

⁴⁹ Documento n.º 2862 de 27 de Abril de 1962, da DGEMN, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935670

Em 1964, um outro documento semelhante ao que acabei de referir diz que: «*o referido arqueólogo não auferirá quaisquer lucros pela orientação do citado trabalho, cuja dotação será totalmente absorvido pelas despesas da campanha de prospecção e conservação, incluindo transportes, salários e seguros de pessoal operário, materiais e ferramentas indispensáveis*». ⁵⁰ Até ao final dos trabalhos de escavações, em 1967, as *empreitadas* foram sempre adjudicadas a Afonso do Paço sendo sempre a opção que prevaleceu até ao fim. Outra questão que considero relevante e que é possível verificar prende-se com o facto de que no decorrer dos trabalhos de escavação, nos anos de 1943 ⁵¹, 1944 ⁵², 1946 ⁵³, 1947 ⁵⁴, 1951 ⁵⁵, estes pararam ou foram suspensos por terem sido esgotadas todas as verbas disponibilizadas para o efeito. Existe um documento de 1950 ⁵⁶, que refere que Afonso do Paço algumas vezes adiantou por assim dizer, o dinheiro necessário para que os trabalhos prosseguissem, devido à morosidade que os respectivos organismos padeciam, para que as verbas fossem entregues em tempo útil e com a antecedência desejável.

Em 1957, foi solicitado que o subsídio concedido fosse mais avultado e que fossem colocadas à disposição dos trabalhos vagonetas (movidas sobre carris) para auxiliar remoção de grandes quantidades de terra, pedras e entulho, para poder ser escavado o “reduto central”.

⁵⁰ Documento n.º 3860 de 24 de Junho de 1964, da DGEMN, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935683

⁵¹ Of. N.º 3239 da DGEMN datado de 8 de Novembro de 1943, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935396

⁵² Of. N.º 2829 da DGEMN datado de 22 de Agosto de 1944, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935410

⁵³ Of. N.º 3112 da DGEMN datado de 23 de Setembro de 1946, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935428

⁵⁴ Of. N.º 2867 da DGEMN datado de 22 de Julho de 1947, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935446

⁵⁵ Of. N.º 4135 da DGEMN datado de 2 de Outubro de 1951, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935522

⁵⁶ Carta do Chefe de Secção dos Serviços dos Monumentos Nacionais ao Director-geral da DGEMN, datado de 20 de Julho de 1950, no seguimento de uma carta enviada por Eugénio Jalhay àqueles serviços, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375015

Pelos dados disponíveis, a verba concedida para esse ano foi bastante mais avultada comparativamente ao ano anterior e efectivamente foi colocado à disposição as vagonetas e carris para auxiliar na remoção de terras. Contudo, este sistema já estava instalado na estação arqueológica desde pelo menos 1940, conforme comprova uma foto tirada às escavações nesse ano, publicada em 1942 (Paço, 1942, Fig. 10). Assim, o que se pretendia seria possivelmente a ampliação desse dispositivo, ou então a sua substituição, dada a sua permanente utilização nas campanhas anteriores. Independentemente de qual fosse a razão, a chegada desse dispositivo era aguardada com expectativa. No dia 1 de Agosto de 1946, *«quando, pelas 16 horas, por ocasião do descanso do pessoal, nos dispúnhamos a repousar um pouco na nossa barraca, chegou a almejada camioneta de Lisboa com duas vagonetas e os respectivos carris para cerca de 50 metros de via (...). O novo material foi logo montado e entrou em serviço, modificando totalmente o ritmo das escavações»*. (Paço, 1954, p. 52). Este dispositivo era montado e desmontado todos os anos. (Paço, 1954, p. 54).

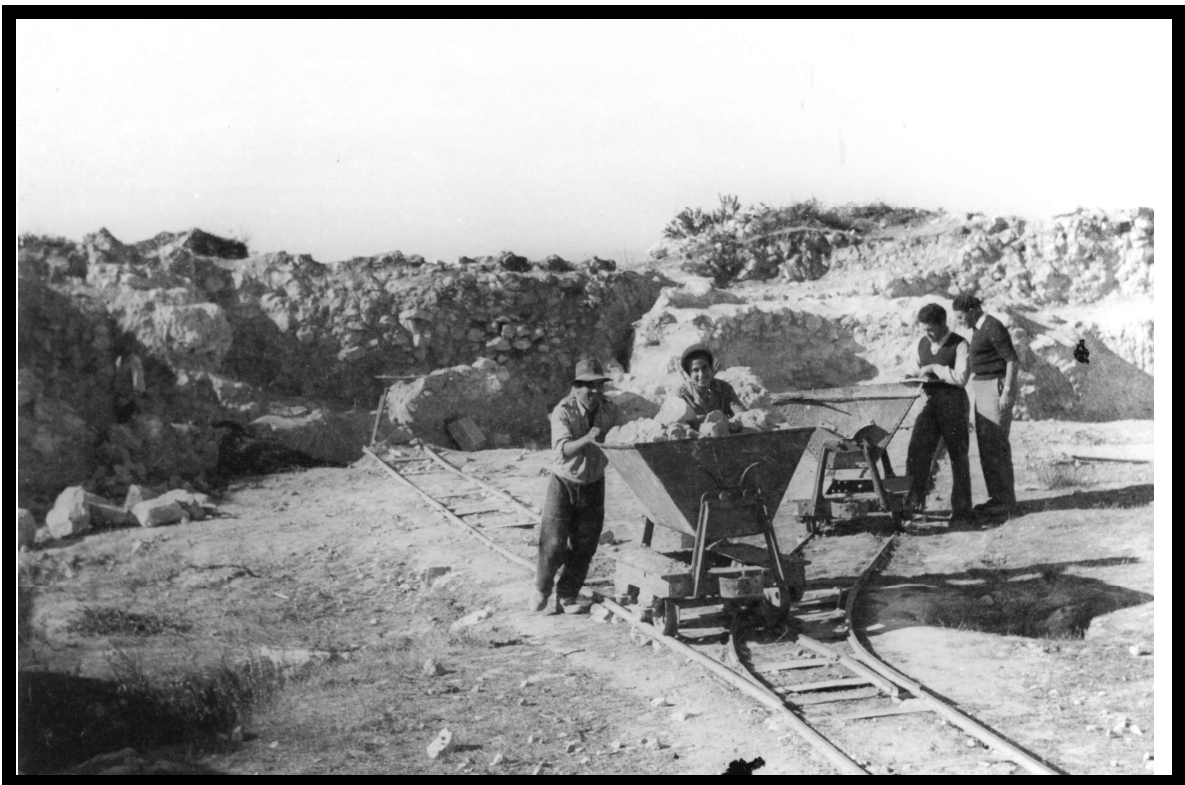


Figura 4 – Sistema de carris e vagonetas. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja)

Sobre as verbas disponibilizadas ao longo dos trinta anos de escavações, estas sofreram grandes variações. Ainda assim, os dados disponibilizados, permitem tecer um perfil e obter algumas conclusões.

Não tendo sido possível obter os valores para todos os anos económicos, os verbas incluíam as dotações feitas pela DGMN, as participações do Comissariado do Desemprego e as verbas administrativas e de fiscalização. As verbas administrativas, compreendem a aquisição do seguinte material: resmas de papel, papel químico, papel vegetal, pastas de arquivo, lápis, borrachas, folhas de medição, folhas de orçamentos, entre outros.⁵⁷

As que dizem respeito à fiscalização, remete para a deslocação de um fiscal dos serviços, durante o período das escavações, para assegurar o cumprimento de todas as formalidades, nomeadamente no que diz respeito aos contratos de trabalho, ao pagamento das deduções fiscais que teriam que ser feitas para o Fundo de Desemprego, dado que, como já foi referido anteriormente, as remunerações eram pagas com as verbas cedidas pelo Comissariado.⁵⁸

Os valores apresentados na tabela seguinte, são suportados pelos documentos oficiais disponibilizados no Processo da IHRU, devidamente identificados para o ano em questão, sendo que só foram considerados aqueles que se encontram com o carimbo de autorização à excepção do ano de 1937.⁵⁹ Sabemos que outras verbas foram concedidas, nomeadamente pelo Instituto de Alta Cultura. No entanto, de acordo com a legislação e com os fins do Instituto, estas não se encontram contempladas nos valores apresentados. Segundo o Decreto-lei n.º 46038 de 16 de Novembro de 1964, Secção I, os subsídios atribuídos visavam subsidiar missões, visitas e viagens de estudo em território nacional ou estrangeiro, auxiliar a publicação de artigos de carácter científico, bem como a realização de exposições, cursos ou conferências (art.º 2 e 3).

⁵⁷ Doc. N.º 4464 de 28 de Agosto de 1953, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935775. Para outros anos ver: Doc. n.º 3712 de 12 de Julho de 1954 - SIPA TXT.00935779; Doc. n.º 4302 de 19 de Julho de 1955 - SIPA TXT.00935783; Doc. n.º 3953 de 18 de Junho de 1956 - SIPA TXT.00935786; Doc. n.º 4560 de 16 de Julho de 1957 - SIPA TXT.00935789;

⁵⁸ Documento [s.n.] datado de 9 de Abril de 1946, Processo da IHRU, disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375249

⁵⁹ Cf. Acta da 60ª Sessão do Conselho Permanente de Acção Educativa, de 29 de Julho de 1937, documento disponível no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 2967

Ano	Ref ^a	Valor Atribuído (Escudos)
1937	001	2.000\$00
1938		*
1939		*
1940	002	1.500\$00
1941	003	5.000\$00
1942	004	5.000\$00
1943	005	5.000\$00
1944	006	6.000\$00
1945	007	7.000\$00
1946	008	10.000\$00
1947	009	19.500\$00
1948	010	15.000\$00
1949	011	20.000\$00
1950	012	9.500\$00
1951	013	9.500\$00
1952	014	9.500\$00
1953	015	9.500\$00
1954	016	9.500\$00
1955	017	9.700\$00
1956	018	9.700\$00
1957	019	19.200\$00
1958	020	10.000\$00
1959	021	10.000\$00
1960	022	10.000\$00
1961	023	10.000\$00
1962	024	9.200\$00
1963	025	13.000\$00
1964	026	13.000\$00
1965	027	10.000\$00
1966	028	10.000\$00
1967	029	4.500\$00

(*) Valores não encontrados

Valor Total Apurado	281.800\$00
----------------------------	--------------------

Tabela 4 - Verbas concedidas pela DGEMN para a realização dos trabalhos de escavações em Vila Nova de São Pedro

Para a identificação dos documentos oficiais, introduzi uma referência na tabela, cuja correspondência é apresentada a seguir:

Ref^a	Identificação Oficial
001	Acta da 49ª Secção do Conselho Permanente da Acção Educativa da JNE, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 06 de Abril de 1937, cota 2967
002	Folheto/Exposição sobre VNSP entregue à DGEMN, datado de 26 de Agosto de 1940 - Identificação SIPA TXT.00935364
003	Doc. N.º 2048 da DGEMN, datado de 28 de Julho de 1941 - Identificação SIPA TXT.00935375
004	Doc. N.º 1654 da DGEMN, datado de 02 de Julho de 1942 - Identificação SIPA TXT.00935384
005	Doc. N.º 1486 da DGEMN, datado de 19 de Junho de 1943 - Identificação SIPA TXT.00935391
006	Doc. N.º 2464 da DGEMN, datado de 27 de Julho de 1944 - Identificação SIPA TXT.00935407
007	Doc. N.º 2021 da DGEMN, datado de 19 de Julho de 1945 - Identificação SIPA TXT.00935407
008	Doc. N.º 1866 da DGEMN, datado de 19 de Junho de 1946 - Identificação SIPA TXT.00935422
009	Doc. N.º 2115 da DGEMN, datado de 13 de Junho de 1947 - Identificação SIPA TXT.00935438
010	Doc. N.º 211 da DGEMN, datado de 18 de Fevereiro de 1948 - Identificação SIPA TXT.00935461
011	Doc. N.º 2747 da DGEMN, datado de 15 de Março de 1949 - Identificação SIPA TXT.00935476
012	Doc. N.º 2374 da DGEMN, datado de 06 de Junho de 1950 - Identificação SIPA TXT.00935495
013	Doc. N.º 2790 da DGEMN, datado de 02 de Julho de 1951 - Identificação SIPA TXT.00935515
014	Doc. N.º 3439 da DGEMN, datado de 01 de Julho de 1952 - Identificação SIPA TXT.00935534
015	Doc. N.º 2938 da DGEMN, datado de 09 de Junho de 1953 - Identificação SIPA TXT.00935567
016	Doc. N.º 3232 da DGEMN, datado de 09 de Junho de 1954 - Identificação SIPA TXT.00935579
017	Doc. N.º 3845 da DGEMN, datado de 01 de Julho de 1955 - Identificação SIPA TXT.00935600
018	Doc. N.º 3596 da DGEMN, datado de 01 de Junho de 1956 - Identificação SIPA TXT.00935608
019	Doc. N.º 3838 da DGEMN, datado de 26 de Junho de 1957 - Identificação SIPA TXT.00935641
020	Doc. N.º 3695 da DGEMN, datado de 09 de Junho de 1958 - Identificação SIPA TXT.00935648
021	Doc. N.º 5142 da DGEMN, datado de 16 de Julho de 1959 - Identificação SIPA TXT.00935655
022	Doc. N.º 3475 da DGEMN, datado de 16 de Maio de 1960 - Identificação SIPA TXT.00935666
023	Doc. N.º 4053 da DGEMN, datado de 05 de Maio de 1961 - Identificação SIPA TXT.00935669
024	Doc. N.º 3354 da DGEMN, datado de 23 de Maio de 1962 - Identificação SIPA TXT.00935672
025	Doc. N.º 3155 da DGEMN, datado de 23 de Maio de 1963 - Identificação SIPA TXT.00935675
026	Doc. N.º 3860 da DGEMN, datado de 24 de Junho de 1964 - Identificação SIPA TXT.00935685
027	Doc. N.º 3863 da DGEMN, datado de 28 de Junho de 1965 - Identificação SIPA TXT.00935705
028	Doc. N.º 3953 da DGEMN, datado de 25 de Julho de 1966 - Identificação SIPA TXT.00935707
029	Doc. N.º 5841 da DGEMN, datado de 20 de Novembro de 1967 - Identificação SIPA TXT.00935709

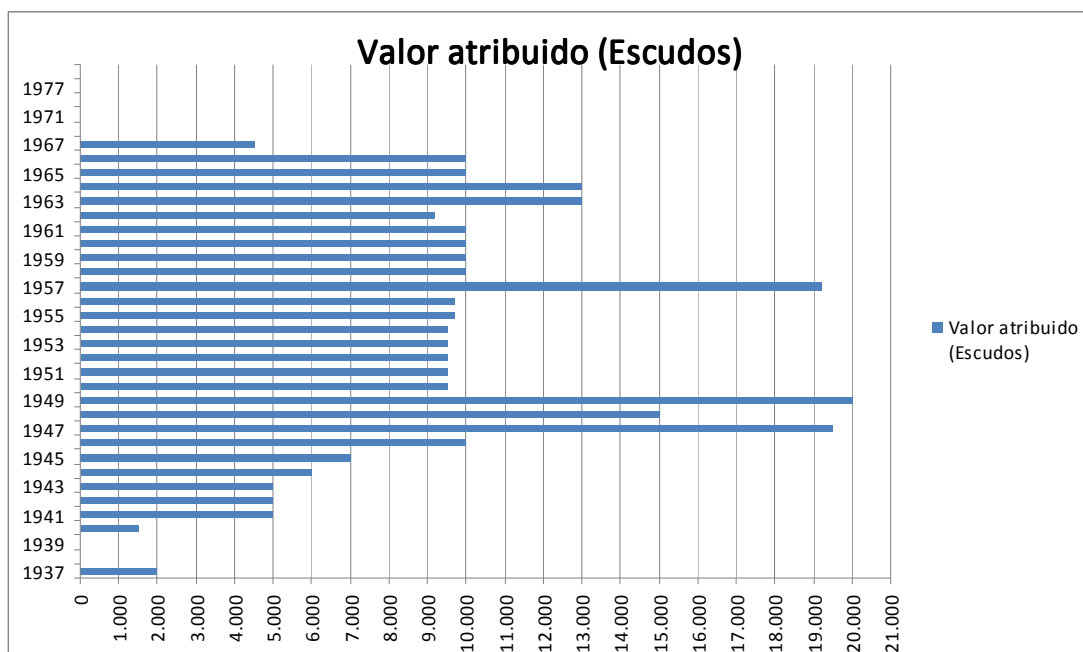


Tabela 5 - Gráfico das verbas concedidas para a realização dos trabalhos de escavações em Vila Nova de São Pedro

Através do gráfico apresentado, conclui-se que as verbas mais avultadas foram atribuídas entre os anos de 1947-1949, posteriormente em 1957 e por fim os anos de 1963-1964. As explicações possíveis para este facto estarão certamente relacionados com a dimensão dos trabalhos de escavações a executar, exigindo um maior número de trabalhadores a recrutar e ao alargamento dos dias definidos para esses mesmos trabalhos (e os custos inerentes).

As campanhas de escavações terminaram efectivamente em 1967, apesar de haver uma lacuna informativa no que diz respeito aos resultados obtidos nas campanhas e a ausência de publicações a partir de 1963.

Como se pode confirmar pelas tabelas anteriores, os procedimentos administrativos comprovam a conclusão dos mesmos em 1967 e as respectivas verbas foram atribuídas.

No processo da IHRU, constam os relatórios enviados por Afonso do Paço à DGEMN, relativos à 28ª campanha de escavações – 1964 ⁶⁰ e à 29ª campanha de escavações – 1965 ⁶¹, ficando por se conhecer os resultados respeitantes aos anos de 1966 e 1967.

No relatório de 1964, e de forma sucinta refere as áreas onde os trabalhos de escavações decorreram que resultam nas seguintes observações, de acordo com o próprio:

- Num cubelo de grandes dimensões situado na segunda muralha, onde já tinham feito sondagens em 1962-63 revelaram materiais curiosos (no entanto não faz qualquer referência ou descrição de que tipo de materiais foram encontrados);
- Nuns restos do cubelo (n.º 8) da primeira muralha, que apresentavam algumas pedras e um forte estrato acinzentado. Este reconhecimento não nos deu materiais apreciáveis mas tão somente umas pontas de seta e faixas de sílex, machados de pedra polida e cerâmicas sem desenhos. Tratava-se de um nível de estrato Vila Nova I. Contudo, ao haver-se notado na parte superior vislumbres de parede, abandonaram-se os trabalhos para que os restos de muros não sofressem qualquer destruição;
- Procedeu-se a um reconhecimento no interior da fortificação, à esquerda do forno, em local onde se divisou uma pequena abertura na parede. Pesquisada com todo o cuidado, nada revelou de importante.

Afonso do Paço chama ainda a atenção para a urgência de encarar algumas situações importantes nomeadamente a efectiva classificação do castro como monumento nacional; a compra dos terrenos onde este está inserido; apelar à Câmara Municipal da Azambuja para a construção de uma pequena estrada de acesso ao castro; à construção de uma maquete do mesmo; e que sejam concedidos meios para se fazerem desenhos dos principais materiais recolhidos, fotografias e reconstituições de peças de cerâmica que valorizariam o espólio existente no Museu do Carmo.

⁶⁰ Relatório da 28ª campanha de escavações (1964), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935696/97/98/99

⁶¹ Relatório da 29ª campanha de escavações (1965), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.0037100/101/102

Na posse de todos esses elementos, estariam reunidas as condições necessárias para a elaboração de uma memória definitiva sobre o povoado.⁶²

No relatório de 1965, reitera a urgência da aquisição dos terrenos, apelando para que «*atendendo ao preço exagerado que o proprietário pretende, terá de escolher-se o caminho da expropriação*». ⁶³ Insiste ainda na elaboração da maquete do castro que seria exposta no Museu do Carmo, em resultado do levantamento topográfico realizado recentemente.⁶⁴ Relativamente aos trabalhos levados a cabo, faz apenas o seguinte relato:

«Em local situado a N. da muralha interior, onde se divisaram certas pedras e depois deparamos com um pequeno troço da segunda muralha, já bastante destruída. Junto desta muralha devem ter vivido populações de metalúrgicos, pois encostado a ela estava um belo serrote de cobre. Quanto a materiais nada mais há a assinalar, a não ser uma placa de barro tendo representados dois animais, provavelmente dois bovídeos». Mais à frente adianta: «*Continuamos, mas sem qualquer resultado, as buscas da necrópole deste povoado, que deve existir algures nas imediações do castelo*». ⁶⁵

Afonso do Paço faleceu em 1968, ficando por se conhecer, os resultados das duas campanhas anteriores (1966 e 1967) e sem que tenham sido publicados, de forma mais completa, os de 1964 e 1965, que foram anteriormente apontados.

Durante os trinta anos em que decorreram as escavações, Afonso do Paço, contou com a visita e colaboração de inúmeros arqueólogos, nacionais e estrangeiros, bem como da participação de especialistas de outras áreas científicas, que auxiliaram sobretudo no estudo do espólio obtido ao longo das escavações.

Estas presenças permitiram a partilha de experiências e saberes num intercâmbio de ideias e metodologias que constituíram uma mais-valia para o aprofundamento do conhecimento deste povoado tão importante conforme vemos a seguir.

⁶² Cf. Relatório da 28ª campanha de escavações (1964), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935696/97

⁶³ Cf. Relatório da 29ª campanha de escavações (1965), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.0037100

⁶⁴ *Idem*

⁶⁵ *Idem*

Em 1942, o Prof. Abbé Breuil, através da análise de numerosos ossos e dentes fragmentados, identifica doze animais: o boi, a cabra, o cavalo, o burro, o cão, o veado, o javali, o lobo, o urso, o porco-espinho, o lince e o texugo. (Paço, 1970: p. 323)

Neste mesmo ano, através da Estação Agronómica Nacional, o Eng.º agrónomo António R. Pinto da Silva, determina as espécies das sementes incarbonizadas recolhidas em VNSP. (Paço 1970: p. 322-323)

Em 1943, recebeu a visita do Eng.º Agrónomo A. R. Pinto da Silva, que colaborou no estudo das sementes. (Paço, 1954: p. 36)

Em 1944, é a vez de Maxime Vaultier e do Dr. George Zbyszewski visitarem o castro tendo regressado logo em 1946 juntando-se a estes o Prof. Carlos Teixeira, desta vez para procederem a um reconhecimento geológico do castro e imediações. (Paço, 1954: p. 41 e 53)

Em 1945, o castro de VNSP recebeu a visita do casal Georg e Vera Leisner, arqueólogos alemães de renome, que participaram de alguns trabalhos de escavações em território nacional. Voltaram em 1949 e em 1950 para realizarem algumas sondagens próximo do castro na tentativa de encontrarem o cemitério, mas que se mostraram infrutíferas. (Paço, 1954: p. 47, 75 e 79)

Em 1951, o Eng.º Carlos Martins de Oliveira, do Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, confirma que as análises efectuadas às amostras enviadas, confirma a existência de objectos de bronze em VNSP. ⁶⁶ A participação do Eng.º Químico José Mendes Aparício e da Eng.ª Antera Valeriana de Seabra, estendeu-se às observações metalográficas das ligas metálicas em questão, que pela primeira vez foram efectuadas em Portugal. (Paço, 1955: p. 32)

Em 1952, o Eng.º Agrónomo J. Vieira Natividade, reconheceu através do estudo de amostras, a presença do pinheiro e da cortiça. (Paço, 1952: p. 19)

Ainda em 1952, Afonso do Paço contou com a colaboração da Dra. Maria de Lourdes Costa Artur que após o falecimento do Padre E. Jalhay partilhou a coordenação dos trabalhos realizados.

⁶⁶ Of. N.º 1499, relatório do Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, datado de 29 de Dezembro de 1951, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935749/50 Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Em 1953, foi enviado para o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, ao cuidado do Prof. A. Xavier Cunha, um conjunto de fragmentos de ossos e dentes de animais recolhidos durante esta campanha. Com algumas pequenas diferenças, os resultados corroboram os descritos em 1942 pelo Prof. Abbé Breuil (Paço, 1956: p.75-76). Por outro lado, amostras de carvões vegetais foram enviadas através da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, para a Universidade de Harvard, ao cuidado do Dr. Bruce Howe, afim de com a colaboração do Prof. Movius, proceder a análises de Carbono 14.⁶⁷

Em 1954, Afonso do Paço conta novamente com os serviços do Eng.º António R. Pinto da Silva, para o estudo de novas sementes incarbonizadas. (Paço, 1956: p.89-90)

Em 1955, com a colaboração do Dr. Edward Sangmeister, Prof. da Universidade de Friburg e do Instituto de Arqueologia Alemão em Madrid, foi então elaborada a primeira planta rigorosa da fortificação.

Fruto da utilização de metodologias de escavação e registo, em virtude, decerto, do contacto, no campo de trabalho, com representantes de escolas mais avançadas nesse domínio. A participação de estrangeiros nas escavações de VNSP tornam-se frequentes. A esse propósito Afonso do Paço manifesta-se através de uma carta enviada ao Director-geral do MOP considerando que a vinda de estrangeiros às escavações é do maior interesse para o país, alegando que a autorização concedida anteriormente ao Instituto de Arqueologia Alemão em Madrid, para a vinda de um arqueólogo à estação abriu um precedente, havendo outros tantos que manifestaram esse desejo, sobretudo pela semelhança entre VNSP e Los Millares. Informa ainda, da vinda da licenciada Beatrice Blance, da Universidade de Edimburg, que vêm preparar a sua tese de doutoramento.

⁶⁷ Carta enviada à Embaixada dos EUA em Lisboa, datada de 26 de Fevereiro de 1953, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935558

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda



Figura 5 – M^a de Loudes Costa Arthur e Afonso do Paço (1952)
Fotografia cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja)

No entanto ressalva que sendo estes estrangeiros considerados convidados do director das escavações, caberia a este dar-lhes a assistência necessária no local, nomeadamente assumir os custos relativos ao alojamento e alimentação, facto para o qual chama a atenção, pedindo que sejam facultados verbas extras: «*o pagamento da sua alimentação*

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

*e alojamento no local de trabalho (...) vai para além dos 50\$00 por dia e por pessoa, uns 1000\$00 para 20 dias».*⁶⁸

Pressupõe-se então que estas despesas não estavam contempladas nas verbas atribuídas aquela estação arqueológica, no início de cada ano económico, sendo que os valores assinalados na tabela anterior, não incluem quaisquer dotações extra que possam ter sido dadas, nem consta de nenhum documento consultado, a referência às mesmas nem quantias concedidas. Também não estavam contemplados os pedidos feitos por Afonso do Paço para se deslocar a outras escavações para assistir aos trabalhos (ex: Los Millares).

Nos final de 1955, Afonso do Paço envia uma carta à DGEMN, onde comunica ter recebido por parte da Mocidade Portuguesa um pedido de colaboração nos trabalhos de campo para estudantes nacionais e estrangeiros, a organizar o verão de 1956.

Solicita então a autorização para a organização desses trabalhos, deixando a organização, montagem e escolha dos estudantes ao cargo da Mocidade Portuguesa, sendo a parte arqueológica confiada a Afonso do Paço, pedindo, no entanto indicações sobre o assunto.

Este pedido obriga a determinadas reflexões por parte dos envolvidos, e que considero pertinentes serem abordados, nomeadamente um parecer elaborado por Bairrão Oleiro.

⁶⁹ Segundo o próprio, por falta de experiência de organizações deste género, em Portugal, à época, seria prudente começar por o fazer com estudantes nacionais.

Serviria como um “trabalho de campo experimental”, apenas com um reduzido número de estudantes, que se ocupariam de tarefas mais delicadas, como levantamentos, desenhos de perfis e secções, lavagem e selecção de materiais, inventariação, colagens e restauros, preparação e execução de cortes estratigráficos, redacção de diários de escavações, etc., evitando desta forma alguns conflitos que pudessem surgir com os demais trabalhadores recrutados, cujas tarefas já tinham sido definidas.

⁶⁸ Cf. Carta de Afonso do Paço ao Director-geral da DGEMN, datada de 06 de Maio de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935625

⁶⁹ Dr. João Manuel Bairrão de Oliveira e Silva Oleiro – vogal da 2ª Subsecção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação. Para saber um pouco mais das atribuições desta figura importante consultar informação disponível em: *João Bairrão Oleiro*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-04-17]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$joao-bairrao-oleiro](http://www.infopedia.pt/$joao-bairrao-oleiro)>

Caso esta experiência obtivesse resultados positivos, então seria de avançar para a participação de estudantes estrangeiros e organizar outros trabalhos de campo no futuro.

Além destas razões, existem outras mais delicadas subjacentes:

«a Arqueologia, quer no seu aspecto teórico, quer – e principalmente – no seu lado prático, tem evoluído extraordinariamente nos últimos anos, e Portugal está um pouco à margem dessa “revolução” (...). Falta-nos uma legislação adequada, clara e iniludível; as verbas orçamentadas (...) são escassas e estão distribuídas por várias entidades (...) pode dizer-se que não é fácil assegurarmo-nos da colaboração de certos organismos e centros de investigação (...) falta-nos pessoal especializado e equipamento conveniente (...) não temos oficinas de restauro nem laboratórios nos nossos museus (...) não possuímos qualquer biblioteca especializada em Arqueologia».

70

Esta falta de meios financeiros e carências reconhecidamente assumidas, seriam de “camuflar” dentro dos possíveis, pois, caso a organização deste campos de trabalhos corresse mal na presença de estudantes ou investigadores estrangeiros, mais bem preparados, traduziam-se num certo embaraço e até vergonha, colocando não só em cheque os organismos estatais, como a imagem do próprio País.

A organização destes campos de trabalhos tiveram uma grande aceitação, sendo considerados de grande interesse e proveito, nomeadamente, e por sugestão da própria JNE, para os estudantes de Arqueologia, que teriam assim a oportunidade de desenvolvimento de aptidões, funcionando, como que uma componente prática dos conhecimentos adquiridos nas Faculdades. Constituiriam uma mais valia, pois eram poucas as possibilidades que se ofereciam de participarem activamente em trabalhos de campo.

Os conhecimentos empíricos que estes jovens teriam, seriam úteis, porquanto evitariam riscos desnecessários relativamente aos procedimentos de natureza técnica.

Meios de investigação e técnicas como fotografia aérea, prospecção electro-magnética, análise química dos solos, análise de Carbono 14, testes de flúor, espectrografia, entre outros, largamente divulgados em quase todos os países, não existiam em Portugal.

⁷⁰ Cf. Carta de Bairrão Oleiro, Ref^a 2º A-12, nº 58/74, datada de 18 de Fevereiro de 1956, Documento disponível no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 245

Povoado calcítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Sobre este aspecto foi ainda dito no mesmo parecer: «*Imaginemos que ao projectado campo de trabalho, vinha um razoável número de estudantes estrangeiros que provinham de países como Alemanha, Holanda, Suécia, França ou Inglaterra onde a utilização destes processos de trabalho é geralmente frequente. Que pensariam eles do panorama que lhes oferecíamos, da nossa pobreza de recursos técnicos, da nossa organização incipiente?*»⁷¹

Deste parecer resulta a homologação em despacho nacional, do reconhecimento da importância e interesse da participação de estudantes estrangeiros, desde que acompanhados de professores ou assistentes da especialidade, sendo conveniente que os mesmos cooperem nos trabalhos dos estudantes portugueses, que seriam recrutados de entre alunos das Faculdades de Letras, habilitados com a cadeira de Arqueologia.

Em 1957, por indicação do Prof. Gordon Childe, que visitou o castro de VNSP em 1949, tomou parte das escavações a arqueóloga Célia Topp, que fora aluna do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, para o estudo dos alfinetes em forma de “cabeça de papoula”. (Paço, 1960: p. 110)

Foram entretanto elaboradas análises espectrográficas de amostras retiradas, da primeira vez por E. Sangmeister e posteriormente por Beatrice Blance, por incumbência do primeiro, nos Laboratórios de Landesmuseum de Stuttgart, sob a direcção do Dr. Junghans. (Paço, 1960: p. 160)

Em 1959, é a vez de se fazer presente o Dr. Harturig N. Savory, pela Universidade de Oxford e Director do Departamento de Arqueologia do National Museum of Wales (Cardiff) juntamente com Miss Brenda Capstick, da mesma Universidade e que presta serviço no Council for British Archaeology em Londres e que é especializada em fortificações pré e proto-históricas.

Somente, com a colaboração de Savory, é que se procede a um verdadeiro registo estratigráfico, denunciador da grande complexidade que caracteriza este povoado, cujo resultado foi publicado em inglês com o título: “*A Section through the innermost rampart at the Chalcolithic Castro of Vila Nova de São Pedro*”, cuja tradução foi publicada em 1985.

⁷¹ Cf. Carta de Bairrão Oleiro, Ref^a 2º A-12, nº 58/74, datada de 18 de Fevereiro de 1956, Documento disponível no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 245

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

No entanto estes resultados sofreram um percalço, pelo facto do caderno de campo, no qual se baseou o relatório enviado por Savory a Afonso do Paço, no início de 1960, ter sido furtado, em Londres e nunca ter sido recuperado. (Savory, 1985: p. 20). Consequentemente, tornou-se impossível relacionar muitos dos artefactos que estão conservados no Museu do Carmo com a estratigrafia mais completa e esboçada nos cortes publicados no relatório.

Deste trabalho resulta a definição de três períodos de ocupação.

Segundo V. Gonçalves, estas três fases teóricas de ocupação ficaram conhecidas por: VNSP I – cujo primeiro núcleo de habitantes teriam sido fabricantes de artefactos que inclui os “copos” e taças caneladas, os ídolos de calcário e as figuras antropomorfas mas cuja actividade metalúrgica é desconhecida; uma fase posterior que está associada ao apogeu da metalurgia do cobre, VNSP II, onde escasseia a presença de cerâmicas de fabrico indígena e a generalização de cerâmicas utilitárias lisas; e por fim a uma terceira fase, VNSP III que corresponde aos utilizadores das cerâmicas campaniformes. (Gonçalves, V. 1994: p. 49-50)

Os investigadores nacionais nesta época não possuíam a preparação necessária para proceder a um levantamento e registos criteriosos, ficando assim bastante debilitadas a possibilidade de se confrontarem os dados deste povoado fortificado com os seus congéneres estremenhos: Leceia e Zambujal, os quais ostentam um registo estratigráfico mais completo.

Em 1964, o Professor Edward Sangmeister, o seu assistente Hermanfrid Schubart e um grupo de alunos da Universidade de Friburg, que estavam a participar nas escavações do Zambujal (Torres Novas), visitarem o castro de VNSP.

Afonso do Paço faz uma visita ao Zambujal, por se tratar de um povoado fortificado contemporâneo a VNSP, e do resultado relata o seguinte à DGEMN:

«Esta visita (Zambujal) deu-nos também a noção da penúria de uma escavação entre nós, com inúmeras dificuldades, não dispondo de material científico nem de pessoal que o maneje (...) Na equipa de trabalhos de Sangmeister nada faltava para levantamentos topográficos, desenhos, fotografias, havendo para cada sector pessoal especializado (...) não tinha mesmo dificuldades financeiras ou de transportes». ⁷²

Efectivamente, Afonso do Paço, algumas vezes, em cartas que dirigia à DGEMN, pedia insistentemente a presença de pessoal afecto aquela Instituição para elaboração de fotografias, plantas e desenhos ⁷³, entre outros, que se tornavam necessárias e urgentes para prosseguir com o rigor científico exigível. E as dificuldades não se faziam sentir apenas *in situ*.

Em 1963, numa das cartas referidas anteriormente dizia: «Talvez fosse ocasião, durante a minha permanência em VNSP, encarar o levantamento topográfico há alguns anos prometido». ⁷⁴

A propósito do levantamento topográfico este é realizado em 1964. Sobre este assunto pode ler-se num ofício interno do Arquitecto chefe da DGEMN para o Arquitecto chefe da Repartição Técnica da mesma Instituição: «Quanto ao levantamento topográfico (...) já foi feito por um técnico desta secção, apenas se aguarda a conclusão do seu desenho para o enviarmos à Repartição Técnica». ⁷⁵

Na campanha de 1964, outra presença referida foi a arqueóloga brasileira Dr^a. Margarida Davina Andreatta, Professora na Faculdade de Filosofia da Universidade de Curitiba, Estado do Paraná. ⁷⁶

A partir de 1965 as informações disponíveis, não vão além das que foram referidas anteriormente neste trabalho pelas razões expostas.

⁷² Cf. Relatório da 28ª campanha de escavações (1964), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935698

⁷³ Carta de Afonso do Paço datada de 30 de Julho de 1951, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375022, posteriormente numa outra carta datada de 03 de Setembro de 1963, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935677/78

⁷⁴ Carta de Afonso do Paço, datada de 03 de Setembro de 1963, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935677/78

⁷⁵ Doc. 1393 da DGEMN, de 25 de Novembro 1964, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935691/92

⁷⁶ Cf. Relatório da 28ª campanha de escavações (1964), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935696

Povoado calcólico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

Ao longo dos anos, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay foram sendo cada vez mais solicitados para estarem presentes em conferências e congressos em Portugal e no estrangeiro. Uma vez mais são manifestas as carências financeiras e técnicas assumidas e apontadas já neste trabalho através do Dr. Bairrão Oleiro.

A confirmar uma vez mais através de uma carta Afonso do Paço dá conta que a falta de verbas concedidas pelo Instituto Alta Cultura eram insuficientes para participar em todos os eventos, e a negação por parte desse organismo para a disponibilização de verbas, o levaria mesmo ao ponto de ponderar recusar a participação em alguns desses eventos: *«negando-me...o IAC um subsídio que prometera para a viagem a Espanha. (a propósito de 2 conferencias a realizar em Salamanca). Há outro pedido de conferências nas Universidades de Madrid, Barcelona e Saragoça, que ainda não realizei, por não chegar para isso, o subsídio concedido de 1.235\$00 (...) Tenho feito palestras em Portugal e Espanha com simples fotografias coladas em cartões. Quando falam em dispositivos, calo-me, pois não tenho possibilidades financeiras para o fazer. Todas estas actividades são dispendiosas e dado o volume, não é possível suportar da minha bolsa particular».*⁷⁷

Findas as campanhas de escavações por morte de Afonso do Paço, dá-se um interregno de cerca de 20 anos até à próxima campanha de escavações.

Entretanto em 1970, um parecer emitido pela DGESBA à DGEMN, chama a atenção para a conveniência de realizar os trabalhos arqueológicos que faltam executar, bem como a elaboração de uma planta destinada a determinar oficialmente o respectivo perímetro de protecção e que estes deveriam ser confiados à AAP, se a mesma se predispusesse a assumir tal encargo. Referia ainda, que as entidades competentes deveriam estudar a maneira mais adequada de tornar o local visitável pelo público em geral e para os estudiosos nacionais e estrangeiros, valorizando cultural e turisticamente.

78

⁷⁷ Cf. Carta de Afonso do Paço ao Director-geral da DGEMN, de 06 de Maio de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935620/21/22/23/24/25/26

⁷⁸ Documento [s.n] da Direcção-geral do Ensino Superior e das Belas Artes à DGEMN, datado de 28 de Janeiro de 1970, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935710/11

Em 1971, o povoado eneolítico de VNSP, foi classificado como monumento nacional,⁷⁹ processo este que já vinha sendo organizado desde 1951.

Este processo de classificação teve início cerca de vinte anos antes de ser definitivamente publicado em Diário da República, aquando a Direcção-geral da Fazenda Pública, deu conhecimento à JNE da publicação de um artigo no Diário de Notícias, com o título: “ Um povoado arqueológico que chama a atenção do mundo científico”, que referia a várias descobertas feitas no “castro” de VNSP, afirmando tratar-se de uma das mais notáveis povoações pré-históricas do País e que seria de considerar a classificação do mesmo.⁸⁰

O próprio Afonso do Paço na correspondência que trocava com as diversas Instituições, fazia referência a este desejo, considerando que dada a importância do povoado, e para a própria salvaguarda e protecção, deveria ser reconhecido como tal.

Ainda em 1971, a AAP dá conhecimento à DGEMN que as muralhas de VNSP correm perigo de ruína, considerando ser urgente que a referida Instituição promova com a colaboração de um arqueólogo a consolidação das muralhas, chamando novamente a necessidade de que seja estabelecida uma faixa de protecção à volta da área da fortificação.⁸¹

Em resposta, é pedido que seja indicado que sejam apontados nomes de arqueólogos, pela JNE. Assim que fosse definido o arqueólogo, que se encarregaria de definir os trabalhos a executar nas muralhas, estimar-se-ia o custo inerente com vista à sua execução, desde que tivessem cabimento dentro do plano económico da DGEMN.

Fica determinado que a prossecução dos trabalhos a realizar e a elaboração da planta, ficariam a cargo do Vice-presidente da AAP, Dr. Octávio da Veiga Ferreira, com a colaboração do licenciado António Cavaleiro Paixão.⁸²

⁷⁹ Pelo Decreto-lei n.º 516/71 de 22 de Novembro de 1971

⁸⁰ Cf. Acta da 2ª Subsecção da 6ª Secção de 20 de Outubro de 1951, Processo da Torre do Tombo, 2ª Subsecção (SSC) – Arqueologia – Actas (1949-1965), cota 107

⁸¹ Carta da Associação dos Arqueólogos Portugueses dirigida ao Director-geral da DGEMN, datada de 26 de Fevereiro de 1970, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935712

⁸² Documento [s.n] da Direcção-geral do Ensino Superior e das Belas Artes à DGEMN, datado de 06 de Novembro de 1970, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935722

Em 1972, o Dr. Schubart, do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, envia uma carta ao Dr. Veiga Ferreira, onde se refere à programação de uma intervenção do referido Instituto no castro de VNSP, durante os anos de 1973 ou 1974.⁸³

Esta carta foi remetida posteriormente à DGEMN para seu conhecimento, da qual resultou num parecer positivo, não só pela qualificação dos especialistas como pelo facto de tal se apresentar como uma via de valorização do sítio.

E refere: «*Sem embargo, considera-se que deveriam cumprir-se os preceitos legais estabelecidos (...) sugerindo que o arqueólogo português que deverá acompanhar os trabalhos seja, precisamente o Dr. Veiga Ferreira (...) para beneficiar do apoio desta Direcção dos Serviços, estabelecendo-se o elo de ligação com os investigadores que se considera fundamental (...) deveria ser esclarecido (...) que seria obrigatória a entrega a esta Direcção, de uma colecção de todos os desenhos, fotografias e relatórios relativos às campanhas (...) que o espólio recuperado deverá ser aplicado na íntegra no local, ou entregue às autoridades competentes (...)*».⁸⁴

Este mesmo documento refere a intenção de que seja atribuída uma dotação, sem no entanto ser possível saber o seu montante. Da mesma forma não existe nenhum relatório, ou quaisquer informações, em nenhum dos processos consultados, relativamente a este assunto.

Em 1977 a Junta de Freguesia de VNSP contactou a AAP no sentido de que esta a informasse sobre se o castro era propriedade de um particular ou do Estado, manifestando a pretensão que o mesmo fosse explorado por uma comissão local.⁸⁵

A resposta obtida foi a de que o castro é Património Nacional e que a propriedade científica estava sobre a alçada da AAP.⁸⁶

⁸³ Carta do Instituto Arqueológico Alemão datada de 20 de Outubro de 1972, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935730

⁸⁴ Of. Ref^a 195 da DGEMN datado de 23 de Janeiro de 1973, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935732

⁸⁵ Carta da AAP à DGEMN, datada de 31 de Março de 1977, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00936179

⁸⁶ Cópia da carta da AAP à Junta de Freguesia de VNSP, datada de 31 de Março de 1977, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00936178

A resposta é irrefutável mas o que não é referido é que os terrenos eram e são ainda hoje efectivamente propriedade de um particular, mais concretamente, e de acordo com informações obtidas no local, dos herdeiros (filhos) do Sr. António Ferreira.

Na tentativa de entender esta situação, consultei o actual Presidente da Junta de Freguesia de VNSP, Sr. Lúcio Costa que disse tratar-se de um assunto muito delicado e complexo e para o qual não tinha uma resposta objectiva. Salientou que esse assunto já se arrastava desde o tempo em que decorriam as escavações.

Lembrou ainda que à época, era do conhecimento, que o proprietário cobrava uma espécie de renda mensal como contrapartida para escavarem os seus terrenos e que posteriormente houve uma tentativa de aquisição dos terrenos que não chegou a ser concretizada.

Existe a possibilidade de recorrer à expropriação dos terrenos mas não se entende porque é que até hoje isso não foi determinado.

A própria Junta de Freguesia solicitou há uns anos atrás que os actuais proprietários apresentassem a escritura dos referidos terrenos, numa tentativa de abordagem esta matéria, facto que nunca veio a acontecer. Nem tão pouco se percebe se existe boa vontade ou não da parte deles para chegarem a um acordo.

Em 1983, o Dr. Veiga Ferreira e o Dr. Humberto Nuno Oliveira, com o apoio da Câmara Municipal da Azambuja, da Assembleia Distrital de Lisboa e do Fundo de apoio aos Organismos Juvenis, procederam a uma acção de consolidação e restauro das muralhas e da fortificação central.

Não se tratou de uma campanha de escavações mas exclusivamente de trabalhos de limpeza, consolidação e restauro como referi anteriormente.

Segundo os próprios não houve qualquer atribuição de verbas. Findo estes trabalhos, o IPPC impediu a continuidade dos mesmos, decidindo entregar os futuros trabalhos e pesquisas a outro arqueólogo.

Os resultados destes trabalhos foram publicados (Oliveira e Ferreira, 1990), bem como uma planta actualizada do castro.

Após uma longa interrupção de cerca de 20 anos, em 1985-1986, iniciam-se novos trabalhos de escavações, dirigidos agora por Victor S. Gonçalves.

Durante estes trabalhos foi revelado aquilo que parece constituir duas novas torres e pelo menos três reconstruções na segunda linha de muralhas, e a verificação da robustez da terceira muralha. Entre estas, um outro muro diagonal vem confirmar a tática defensiva do povoado mediante a compartimentação de espaços.

Para estas campanhas, o IPPC disponibilizou apenas um terço das verbas previstas (sem que sejam referidos os respectivos valores), o que limitou em muito os trabalhos, não contando também com a colaboração da Câmara Municipal da Azambuja. Os resultados obtidos nestas campanhas foram sumariamente publicados. (Gonçalves, V., 1987)

Da exposição feita e em consequência do corte de verbas o autor refere: «*Vila Nova de São Pedro é uma extensa e imponente estrutura em que pareceria urgente avançar em força. Se se mantiver o critério de redução sistemática dos já baixos orçamentos estabelecidos pelo IPPC, vê-se como muito difícil, a possibilidade de concluir em tempo adequado esta intervenção*». (Gonçalves, V. 1987; p. 41)

Mais adiante, no mesmo artigo: «*Espera-se possível conclusão da 1ª fase desta intervenção em 1987, de forma a dar-se total prioridade à recuperação patrimonial na área escavada*». (Gonçalves, V. 1987; p. 42)

Tanto quanto se sabe, não há registo de mais nenhuma campanha de escavações posterior a 1986, pelo que se supõe que a conclusão da intervenção prevista para 1987 não aconteceu.

Desde então, até à data, passaram mais cerca de 27 sem se vislumbrar se mais campanhas de escavações ainda serão realizadas num futuro próximo neste importante povoado fortificado, que se encontra em condições deploráveis, totalmente votado ao abandono.

1.3 - Espólio arqueológico

Não fazendo parte do objecto deste trabalho aprofundar os aspectos técnicos e científicos inerentes ao estudo do espólio, julgo que não faria sentido falar da “história” das campanhas de escavações realizadas em VNSP, sem fazer uma referência, ainda que muito breve, ao vastíssimo espólio obtido nas intervenções programadas que Eugénio Jalhay e Afonso do Paço ali efectuaram. As estratégias para essas intervenções e os resultados do estudo desse espólio foram publicadas, a seu tempo.

Como foi referido no subcapítulo anterior, foi assumido um compromisso de obrigatoriedade de apresentar anualmente à JNE um relatório com o resultado de todos os trabalhos realizados durante as escavações. Por outro lado, a publicação desses mesmos resultados, serviam como um meio de divulgação, sobretudo para a comunidade científica (nacional e internacional), contribuindo assim para um maior conhecimento sobre este tipo de povoados.

Sublinho que, os processos administrativos e burocráticos que foram sendo enunciados no decorrer deste trabalho e lhes condicionaram os trabalhos de campo, se estende também às questões relacionadas com o espólio.

O intercâmbio com arqueólogos estrangeiros e o interesse manifestado por este sítio arqueológico, e por tudo o que suscitou de relevante para uma maior compreensão do período da pré-história em que está inserido, inclui, obviamente, o espólio encontrado.

Em 1945, o Prof. Júlio Martinez Santa Ollala, da Universidade de Madrid, solicita que sejam exportados alguns exemplares de objectos encontrados em VNSP.

A DGEMN remete um ofício à JNE, enviando o requerimento apresentado por Afonso do Paço ao Conselho Técnico Corporativo do Comércio dizendo que pretende exportar para Espanha objectos como: fragmentos cerâmicos, escórias de metal, machados, entre outros.⁸⁷

⁸⁷ Documento com a Ref. L.º 26, n.º 222 – 3ª Secção, de 14 de Fevereiro de 1945, Processo da Torre do Tombo

Foi emitido o seguinte parecer: «*A Subsecção não vê inconveniente mas é de parecer que normalmente estas exportações se devem autorizar quando seja possível a permuta de objectos, que no caso presente dispensável, dadas as ofertas frequentes do Prof. a quem se destinam os objectos*». ⁸⁸

Seria interessante perceber de que ofertas se tratavam. Tratar-se-ia de objectos provenientes de outras estações arqueológicas semelhantes a VNSP?

A 17 de Maio de 1945, Afonso do Paço remete uma carta ao Presidente da 2ª Subsecção da 6ª Secção da JNE nestes termos: «*Para os devidos efeitos comunico V. Exa. que se encontram retidos na Delegação Aduaneira da Beira, os caixotes com espólio arqueológico destinados ao Prof. Santa Ollala, de Madrid, tornando-se necessário, para poderem seguir viagem, um documento do Ministério Nacional de Educação, declarando que os objectos em questão não têm valor arqueológico e que podem ser exportados*». ⁸⁹

De notar que o Estado Novo exercia um forte controle sobre todos os aspectos relacionados com a vida pública, social e cultural, controle esse apoiado numa base jurídica bastante proteccionista, sobre tudo o que era nacional. Impondo a adopção de medidas de protecção imediata que evitassem a saída do País deste património, em 1931, o decreto com força de Lei, n.º 20586 de 04 de Dezembro, vem revogar toda a legislação que diz respeito às operações de arrolamento de bens, ampliando o universo dos bens alienáveis que passava a integrar também bibliografias e documentos manuscritos, livros raros, entre muitos outros.

A propósito da exportação de objectos o Decreto n.º 20985 de 07 de Março de 1932, Capítulo I, art.º 7, define que: *os particulares, indivíduos ou colectividades que possuam por qualquer título, objectos (...) não poderão aliená-los ou fazê-los sair do País sem prévia autorização do Ministério de Instrução Pública para que ele possa efectivar, querendo, o direito de preferência na compra (...) Pela exportação desses objectos serão cobrados direitos de 50 por cento ad valorem.*

⁸⁸ Documento com a Ref. L.º 26, n.º 222 – 3ª Secção, de 14 de Fevereiro de 1945, Processo da Torre do Tombo

⁸⁹ Documento com a Ref. L.º A-7, n.º 58/439 de 17 de Maio de 1945, Processo do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 222

De acordo com o este decreto, competia à DGEBSA, (organismo dependente do Ministério de Instrução Pública), em colaboração com a ANBA, a Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos e o Conselho Superior de Belas Artes, a organização do inventário de bens móveis e imóveis, sendo ainda da responsabilidade deste último organismo a promoção da publicação do património artístico e arqueológico nacional num boletim ilustrado.

Actualmente continua a haver restrições quanto à exportação de objectos arqueológicos que depende de uma autorização prévia.⁹⁰

Com base na documentação, complementada com as publicações feitas por Afonso do Paço, é possível esquematizar os passos mais relevantes das campanhas de escavações protagonizadas e do espólio encontrado.

Em 1939, os trabalhos incidem sobre duas áreas distintas: na face exterior do recinto amuralhado central, trabalho este que se estende até 1941. Descobrem à entrada do povoado o fundo de uma fossa onde foram depositados animais (bovídeos), e sobre um dos quais foi colocada uma grande vasilha de cerâmica com restos de alimentos (Jalhay e Paço, 1942). Atribui-se a possibilidade de se tratar de um ritual de fundação do povoado.

Um aspecto curioso, é que operário que procedia a este trabalho, de nome Ernesto, vendo o tamanho do recipiente e a sua configuração, largou tudo e fugiu do local. (Paço, 1943b: p. 7-8). Este episódio caricato deve-se ao facto de existir uma lenda local que dava conta que estariam enterradas duas grandes panelas iguais: uma cheia de riqueza e outra de peste, sendo que quem encontrasse a da peste, os seus malefícios matariam toda a gente. (Paço, 1970: p.232)

Este vaso, que se encontra hoje exposto no Museu do Carmo, foi totalmente reconstruído por Hipólito Cabaço e sua filha D. Piedade. (Paço, 1943b: p.10)

Em 1941 foi encontrado uma estatueta peculiar, de osso, esculpida numa peça única, que representa uma figura antropomórfica.

⁹⁰ Lei n.º107/2001, Capitulo IV, art.º 64º a 69º

Em paralelo também uma outra, de barro, com as mesmas características, muito embora mais incompleta por só ter sido encontrada a parte superior da figura. (Paço, 1970: p. 301-302)



Figura 6 – Figura antropomórfica de osso encontrada nas escavações de 1941. Fotos de José Pessoa. Coleções Museu Arqueológico do Carmo.

Em 1942, deu-se continuidade às intervenções anteriores, no sentido do reconhecimento da muralha central. Foram encontrados inúmeros materiais de sílex, cobre e osso (cadinhos, ídolos cilíndricos, fragmentos de placas de xisto, placas de barro, etc.) (Jalhay e Paço, 1943).

Em 1943, foi escavada a área interior do recinto principal. Através da abertura de uma trincheira, a meio daquele espaço, foi possível obter o primeiro corte estratigráfico (Paço, 1954, p. 33-36)

Entre 1944 e 1950, as escavações prosseguem no interior da muralha, sendo que em 1947, foi levada a cabo a maior campanha alguma vez ali efectuada.

Com o falecimento de Eugénio Jalhay em 1950, os trabalhos prosseguem com a colaboração de M^a Lourdes Costa Arthur, notando-se uma melhoria nas observações estratigráficas, nos relatórios de escavação (Arnaud e Gonçalves, 1990, p. 28).

Paralelamente, foram publicados uma série de estudos temáticos (para além dos habituais resultados das campanhas de escavações), que incidiram sobre os mais importantes conjuntos de artefactos até então encontrados.

O ano de 1951 decorre do seguimento das descobertas dos anos anteriores, centrou-se na identificação da possível sequência estratigráfica, continuando os trabalhos no recinto central (Paço e Arthur, 1952).

Em 1952, encontra-se uma estrutura que se verifica corresponder a um “forno”, como nos dá conta Afonso do Paço numa carta ao Director-geral da DGEMN: *«começou a aparecer um arremesso de abóbada, verificando tratar-se de um forno, em parte desmoronado, mas ainda assim muito curioso como construção, pois é único no seu género. Se possível fosse, desejaria umas boas fotos bem como um corte, dimensões e a sua situação na muralha»*.⁹¹

Preocupado com a conservação da referida estrutura, no mesmo documento, refere que mandou *«construir dentro do forno uma muralha de suporte, para evitar o desmoronamento da abobada durante o inverno»*.⁹²

⁹¹ Carta de Afonso do Paço à DGEMN, de 24 de Setembro de 1952, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00935548/49

⁹² *Idem*

Em frente ao forno encontrava-se uma cavidade que estava cheia de barros que se destinariam ao fabrico de loiças, constituindo o que hoje, em indústrias idênticas se define por *barreiro*. Ao lado ficava a cisterna que fora descoberta na campanha de 1944. Assim sendo, forno, Barreiro e cisterna, são os três elementos indispensáveis a uma indústria de cerâmica mesmo sendo pré-histórica. (Paço, 1957: p. 10)

Nos anos de 1953/54, procura-se não só delimitar as estruturas defensivas como o reconhecimento do “forno”.

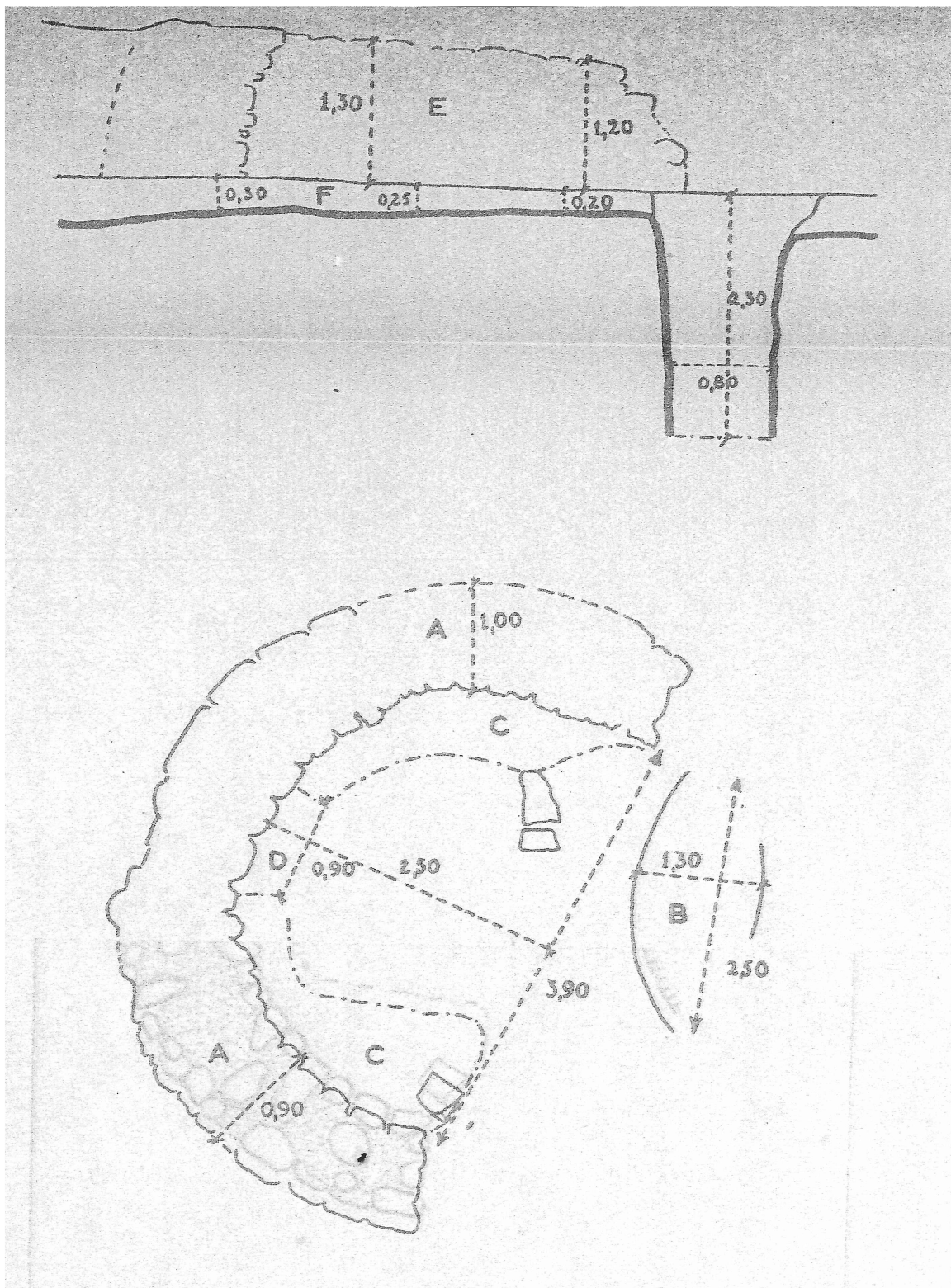


Figura 7 - Corte do forno realizado por Sangmeister (1955)

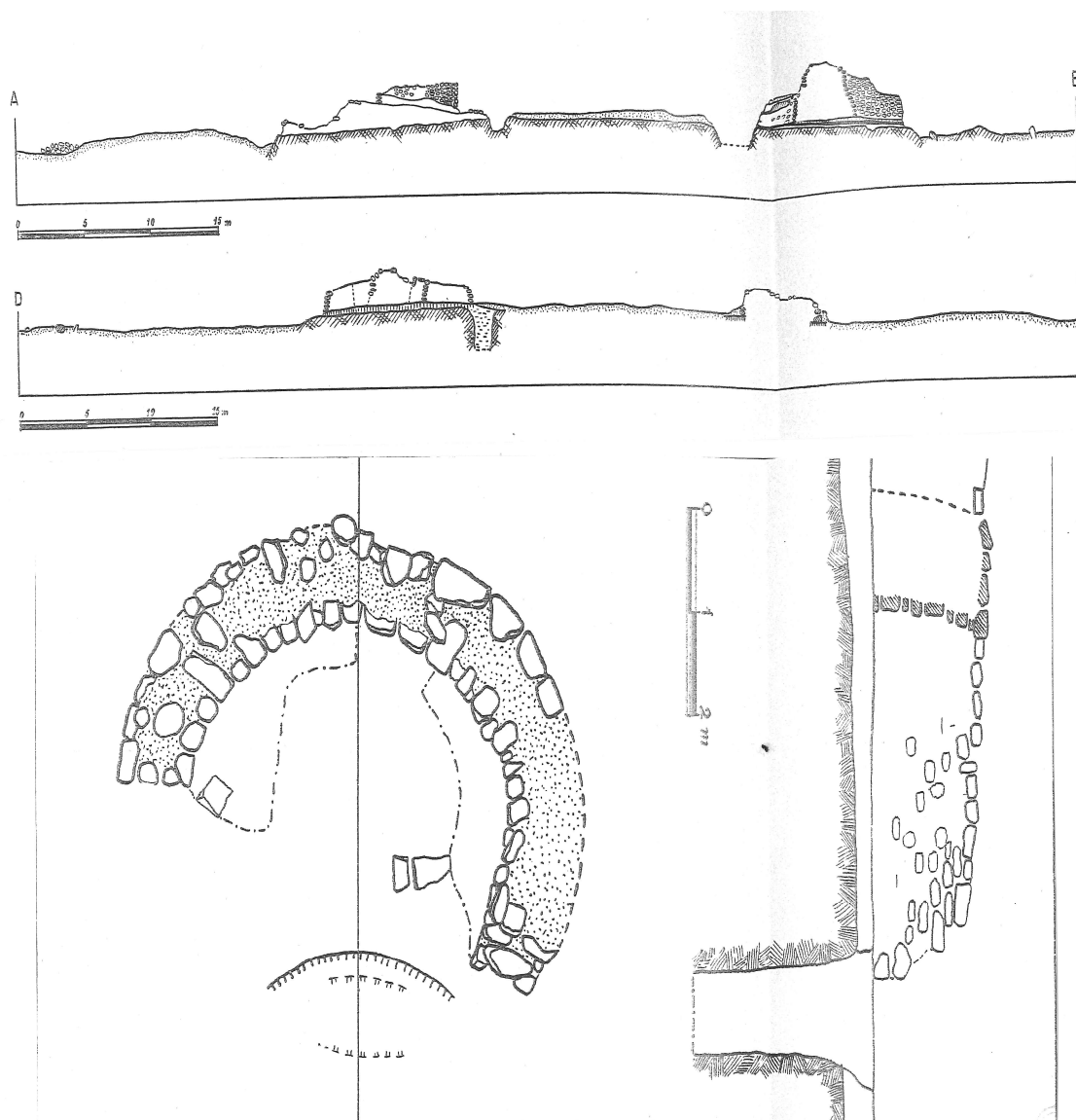


Figura 8 - Perfis segundo os cortes da figura anterior realizados por Sangmeister (1955)

Em 1955, com a colaboração de Sangmeister realiza-se a planta mais rigorosa da fortificação e respectivos perfis que denuncia a complexidade arquitectónica deste povoado (Paço e Sangmeister, 1956).

Em 1956, a intervenção numa nova área exterior à muralha central que levou a diversos reforços e tentativas de reconstrução da mesma.

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

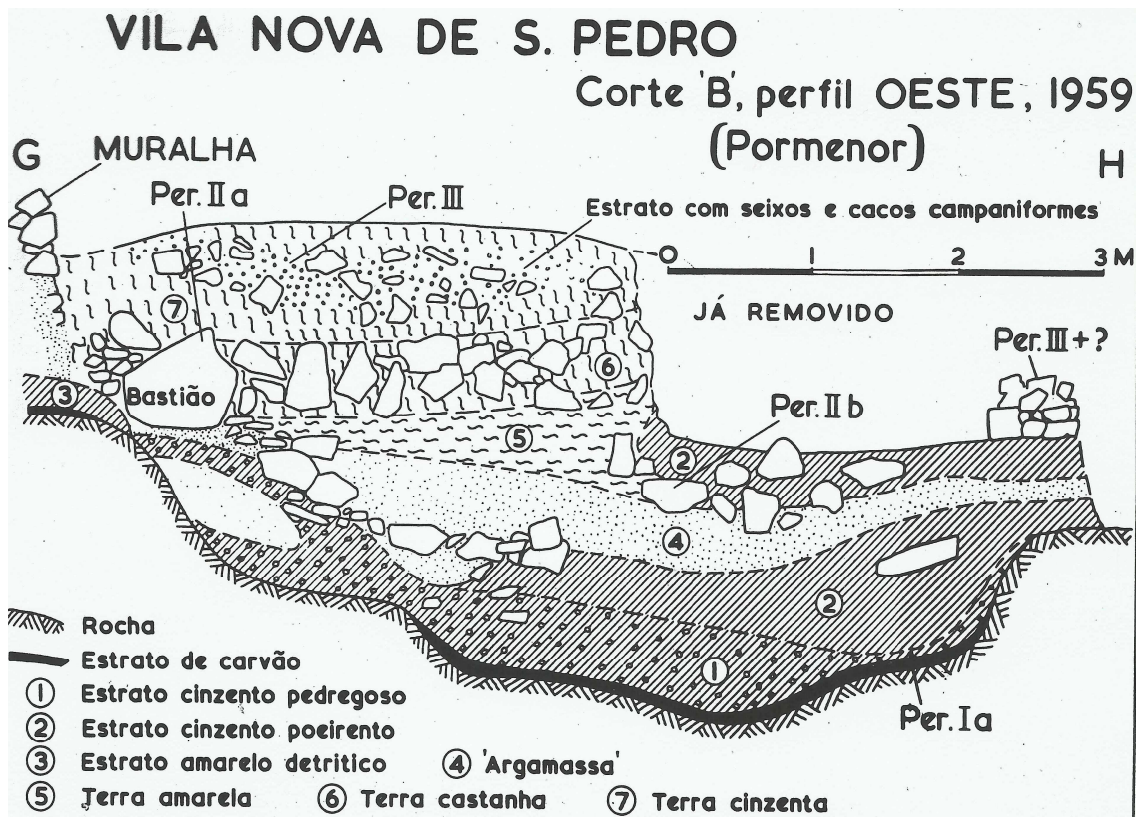
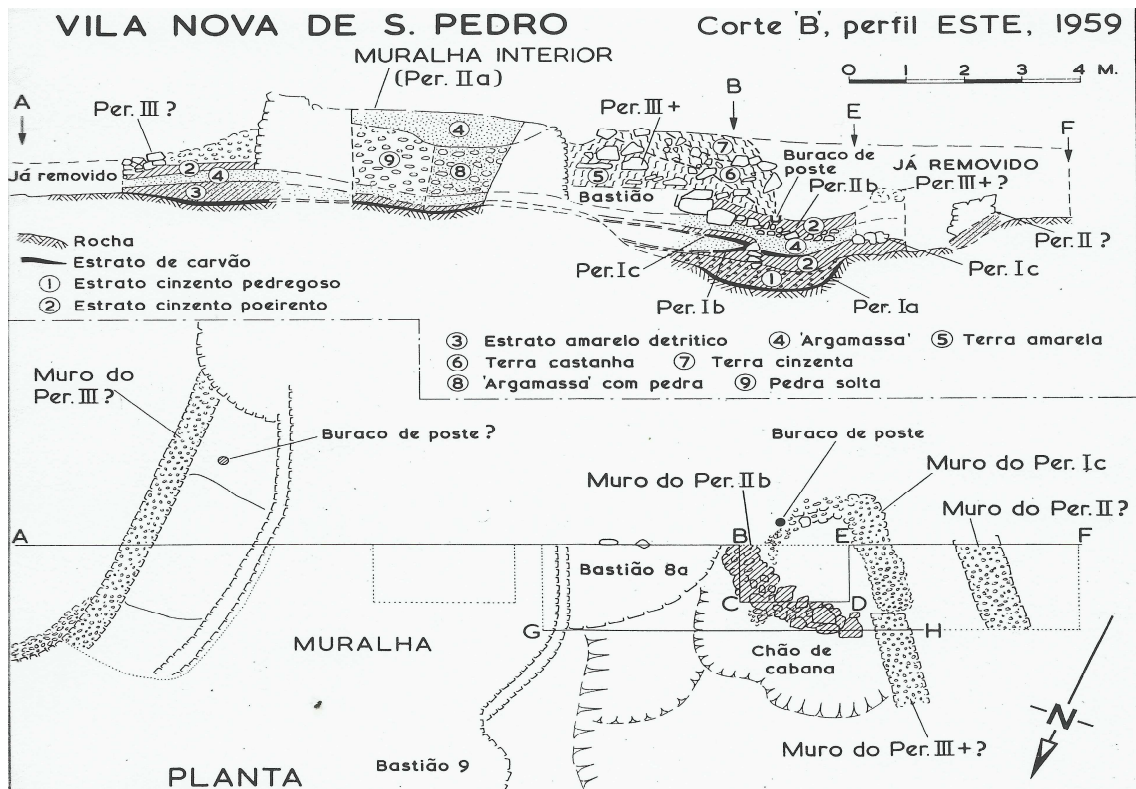


Figura 9 - Planta e perfis do corte efectuado por Savory (1959)

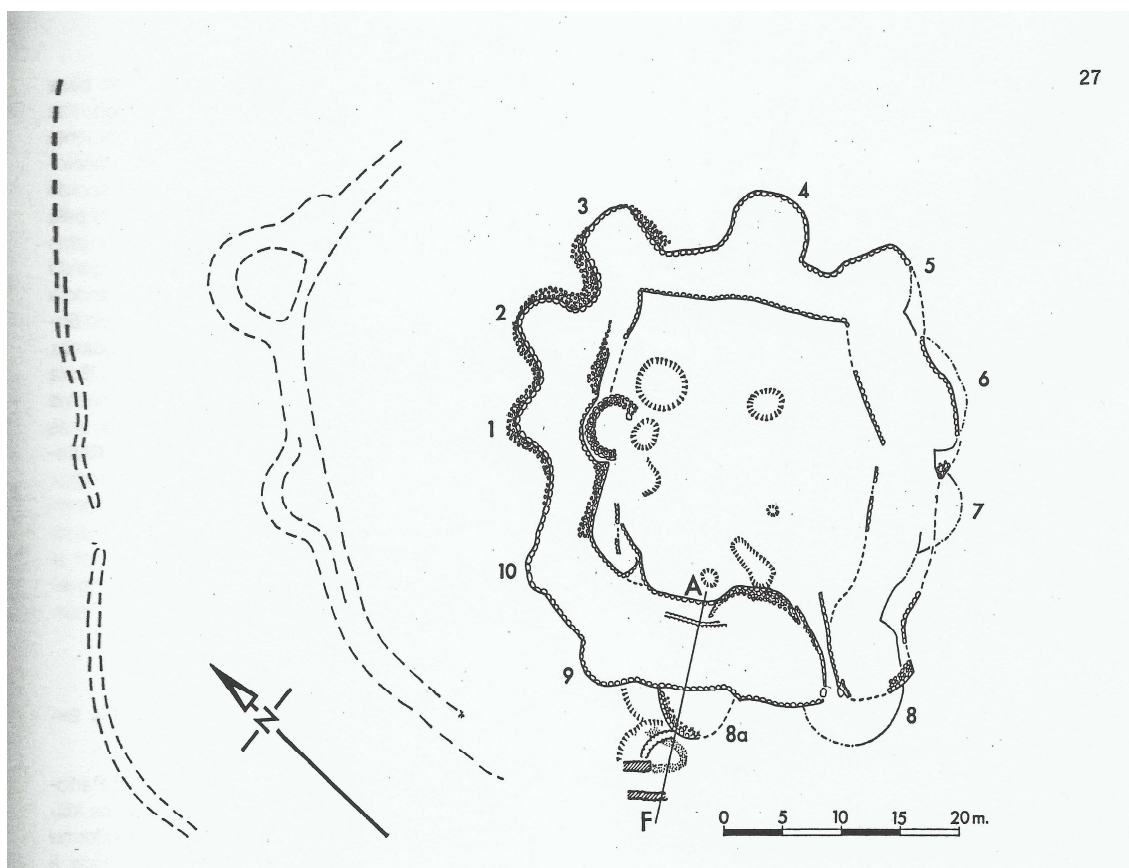


Figura 10 - Plano da fortificação central de VNSP com a realização dos cortes das figuras anteriores. Savory (1959)

Os dois anos seguintes, 1957 e 1958, os trabalhos concentram-se sobre a segunda e terceira linhas de muralhas, cujos resultados se revelaram pouco conclusivos.

Savory, em 1959, realizou o registo e corte estratigráfico, efectuado perpendicularmente à muralha interior que evidencia a complexa sequência da ocupação, reaproveitamentos e reestruturações do espaço e das estruturas. O próprio esclarece que o objectivo é *«estabelecer com maior clareza a história das estruturas e a sua relação com os níveis de ocupação depositados antes, durante e após a sua construção e uso»*. (Savory, 1983-84: p. 19).

Cruzando as escassas observações de carácter estratigráfico feitas por E. Jalhay e A. do Paço, o corte feito por Savory e uma análise tipológica dos materiais encontrados é possível estabelecer as seguintes fases de ocupação: (Arnaud, 2005: p. 159-160)

- a) 1ª Fase – Neolítico Final (3500 a 3250 a.C) – antes da construção das muralhas;
- b) 2ª Fase – Calcolítico Inicial (3250 a 3000 a.C) – ainda antes da construção da muralha interior;
- c) 3ª Fase – Calcolítico Médio (3000 a 2500 a.C) – construção da muralha interior e dos seus bastiões;
- d) 4ª Fase – Calcolítico Final (2500 a 2000 a.C) – quando a muralha interior já tinha entrado em ruína;
- e) 5ª Fase – Idade do Bronze (a partir de 1500 a.C) – o local terá sido ocupado apenas de forma esporádica.

A partir daqui, como já fiz referência, as campanhas prosseguiram anualmente até 1967. O povoado de VNSP ficou conhecido, pela sua arquitectura mas sobretudo pela riqueza dos artefactos que foram recolhidos ao longo das inúmeras campanhas que ali decorreram. São diversos os objectos encontrados associados a diferentes funcionalidades, denunciadores da diversidade técnica e de fabrico.

Os utensílios de pedra lascada são talvez os que apresentam uma maior percentagem constituídos sobretudo por pontas de flecha, raspadores e núcleos, furadores, lâminas e lamelas, entre outros.

Também presentes estão os instrumentos de pedra como os percutores, os machados, os escopros, goivas e enxós.

Dos utensílios fabricados em osso destacam-se os furadores, espátulas, agulhas e alfinetes, botões e placas.

Achados de figurinhas antropomórficas, “ídolos de osso”, “ídolos-cilindro”, “ídolos-placa”, “ídolo-pinha”; ídolos de “cornos”, lunúlas, chifres apontam para a existência de um cariz sagrado no seio dos habitantes deste povoado.



Figura 11 – Ídolos cilindro em calcário e mármore. Foto de J. M. Arnauld. Coleções do Museu Arqueológico do Carmo.

A presença de moldes de cerâmica ou de pedra, cadinhos, escórias, bem como numerosos cinzéis, escopros, punhais, pontas de lança e de flecha de cobre, são o testemunho de uma intensa actividade metalúrgica ali desenvolvida.

As cerâmicas são muito representativas: caracterizadas por uma grande variedade de formas e decorações, são a prova dos sucessivos períodos da diferente ocupação deste povoado. Taças, vasos grandes, pratos e copos, alguns com decorações gravadas.

A cerâmica “campaniforme”, assim designada pela sua forma em campânula ou sino invertido, são abundantes e alguns dos quais de dimensões consideráveis.

Estes recipientes surgem em grande parte dos povoados calcolíticos da Estremadura, como são exemplo, Leceia (Oeiras) e Zambujal (Torres Vedras).

Para Portugal, o campaniforme tem sido considerado como o “fóssil director” da última fase do Calcolítico. Abrange três grupos principais designados por: internacional (ou marítimo); o grupo de Palmela e o grupo inciso. O internacional seria o mais antigo, seguido pelo Palmela e por fim o inciso, o mais recente e cuja existência se prolongaria pela Idade do Bronze. A predominância de um determinado grupo seria um indicador cronológico para o contexto arqueológico em causa. (Cardoso, 1997a: p. 206)

Normalmente faz-se corresponder a eclosão do campaniforme com o final do Calcolítico, que por sua vez coincide com o declínio e abandono, de um modo geral, das grandes fortificações, encontrando-se assim associada a profundas transformações na organização social e económica dessas sociedades. A interpretação da vertente cultural ligada ao “fenómeno campaniforme”, não é consensual: desde a existência das teorias difusionistas (que atribui a sua origem à Península Ibérica sendo difundida posteriormente por toda a Europa), com invasões e movimentos de “refluxo”, passando por um evolução local sem a existência de estímulos externos, a verdade é que a interpretação deste tema continua a se objecto de discussão. (Cardoso, 1997a: p.224)

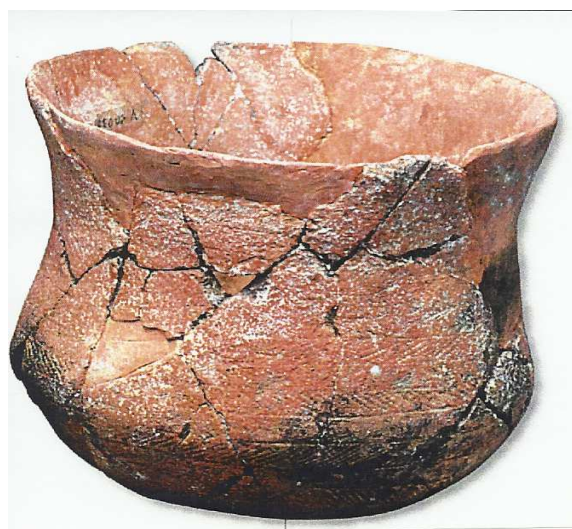


Fig. 12 – Vaso Campaniforme (Calcolítico Final).
Foto de José Pessoa. Coleções do Museu Arqueológico do Carmo

Simultaneamente às cerâmicas de uso doméstico, aparecem as de carácter, digamos industrial como as queijeiras, cadinhos, cossoiros, pesos de tear, suportes de lareira.

É sabido que a “revolução dos produtos secundários”, deu origem à necessidade de uma maior sedentarização das sociedades, fruto de uma actividade agrícola intensa, e no crescimento dos povoados, cujo espaço habitacional, foi protegido por estruturas defensivas, consequência das tensões entre grupos. Este processo trouxe consigo a necessidade de acumulação de excedentes e acentuam as diferenças sócio-culturais. O aperfeiçoamento de técnicas de trabalho e dos utensílios conduziram a uma maior organização e complexificação das sociedades, hierarquizadas, traduzindo também o alargamento das actividades que não só as agrícolas. Os povoados tornam-se em centros de trocas comerciais.

Neste sentido os povoados fortificados como o de VNSP e os contemporâneos Leceia e Zambujal, constituem locais de referência do período calcólico Peninsular.

Desde a primeira campanha de escavações, (e posteriormente nas campanhas de 1940, 1941 e 1942), Afonso do Paço faz referência nos seus relatórios, à existência de estruturas habitacionais, a que designa “fundos de cabanas”, mas estas nunca foram devidamente localizadas nem desenhadas a pormenor. Ainda assim, segundo os dados disponíveis, parece indicar que a área habitacional principal se situaria entre a muralha interior e a muralha intermédia. (Arnauld, 2005: p. 154-155)

Para o estudo aprofundado dos materiais resultantes das escavações, Afonso do Paço contou com a colaboração científica de diversas entidades nacionais e internacionais, as quais faz referência numa carta enviada à DGEMN, em 1956⁹⁴, onde identifica os seguintes:

- Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa – estudo da metalurgia
- Estação Agronómica Nacional – estudo das sementes
- Laboratório da Direcção-Geral dos Serviços Florestais – estudo dos carvões vegetais
- Serviços Geológicos – estudo das rochas

⁹⁴ Carta de Afonso do Paço à DGEMN, de 29 de Junho de 1956, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00935610/11/12/13/14/15/16/17/18

- Laboratório de Mineralogia da Universidade de Coimbra – análises petrográficas
 - Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra – estudo das espécies animais
- Segundo o mesmo documento, faltavam, à data, análises de diversos materiais ou o resultado dos mesmos:
- Pedido do IAC para análise dos pólenes pré-históricos para determinação da fauna e flora; análises cerâmicas.
 - Análises espectralógicas - neste caso o próprio A. Paço refere que: *«Não tendo quem as fizesse no país por falta de espectrógrafo capaz, aceitamos o oferecimento do Instituto Alemão de Madrid e do Dr. E. Sangmeister, que já nos mandou um lote de 68 análises de peças metálicas, sem que tivéssemos de pagar alguma coisa».*
 - Análises de Carbono 14 – enviadas à Universidade de Harvard em 1953 (sem resposta à data)

Foi possível identificar que a análise das cerâmicas ficara à responsabilidade da Universidade de Caen (França), sem contudo se saber a que tipos de cerâmicas se referem.⁹⁵

Além da colaboração científica de todos os organismos referidos, Afonso do Paço recorria frequentemente à consulta de bibliografia já produzida por outros cientistas para a elaboração dos seus relatórios, nomeadamente no que diz respeito aos objectos encontrados. Para essa pesquisa recorria sempre que necessário à aquisição de livros.

E ressalvo este ponto pelo facto de verificar que até neste aspecto, o “controlo” exercido pelo Estado chegava a este pormenor. Para todo e cada passo era preciso pedir autorização superior e esperar da deliberação: para fotografar espólio, elaboração de desenhos, para participação em congressos, etc.

⁹⁵ Cf. Relatório da 29ª campanha de escavações (1965), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00375101

Ainda no que diz respeito à aquisição de livros de estudo, gostaria de assinalar um documento enviado pela Direcção-geral da Contabilidade Pública à DGEMN: «*Tenho a honra de devolver a V. Exa. a folha n.º 121, rogando se digne promover seja indicado o despacho ministerial que reconheceu a necessidade da aquisição dos livros referidos nas facturas (...) na importância total de 1.472\$00*». ⁹⁶

Ao longo das campanhas são vários os pedidos para obtenção de autorização para os mais diversos fins, tratasse-se de fotografias, desenhos entre outras. Deixo aqui algumas transcrições que são exemplo disso: «*Peço (...) autorização para fotografar parte do espólio existente no Museu do Carmo para organizar uma publicação mais completa do castro.* ⁹⁷ *Para os trabalhos em andamento necessitamos de uma boa documentação fotográfica, de abundantes desenhos e possibilidades de publicação, coisas de que não dispomos*». ⁹⁸

É facto incontornável que os trabalhos arqueológicos não se restringem apenas às escavações e recolha de achados. Existe um trabalho muito mais profundo de estudo e de pesquisa. É natural que sejam necessárias ferramentas complementares, outros contributos para se produzir um resultado credível e mais completo. O espólio por si é desprovido de significado, sem o respectivo enquadramento cronológico e histórico, e o seu estudo.

A este propósito Afonso do Paço refere: «*Para que o produto das nossas escavações não permaneça inutilizado para a ciência e oculto dentro das paredes de um museu, é nosso intento expor o material achado em vitrinas e publicar os relatos das campanhas realizadas*». ⁹⁹

⁹⁶ Doc. N.º 4894 de 02 de Outubro de 1952, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00935552

⁹⁷ Cf. Carta enviada por Afonso do Paço à DGEMN, de 11 de Agosto de 1951, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00935737/38/39/40/41

⁹⁸ Cf. Carta enviada por Afonso do Paço à DGEMN, de 29 de Junho de 1956, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00935610/11/12/13/14/15/16/17/18

⁹⁹ Cf. Carta enviada por Afonso do Paço à DGEMN, de 28 de Março de 1941, Processo do IHRU, disponível no site www.monumentos.pt, com a identificação SIPA – TXT: 00375000/01/02/03

Recentemente, e dada a diversidade e a abundância do espólio recolhido durante os trinta anos de escavações efectuadas em VNSP, foram publicados alguns estudos complementares que visam uma abordagem mais actualizada de alguns dos objectos: objectos rituais (da autoria de Mário Varela Gomes); sobre a metalurgia (de António Monge Soares); sobre as cerâmicas (de Sónia Duarte Ferreira) e sobre os artefactos líticos (de Carla Lemos Estrela).

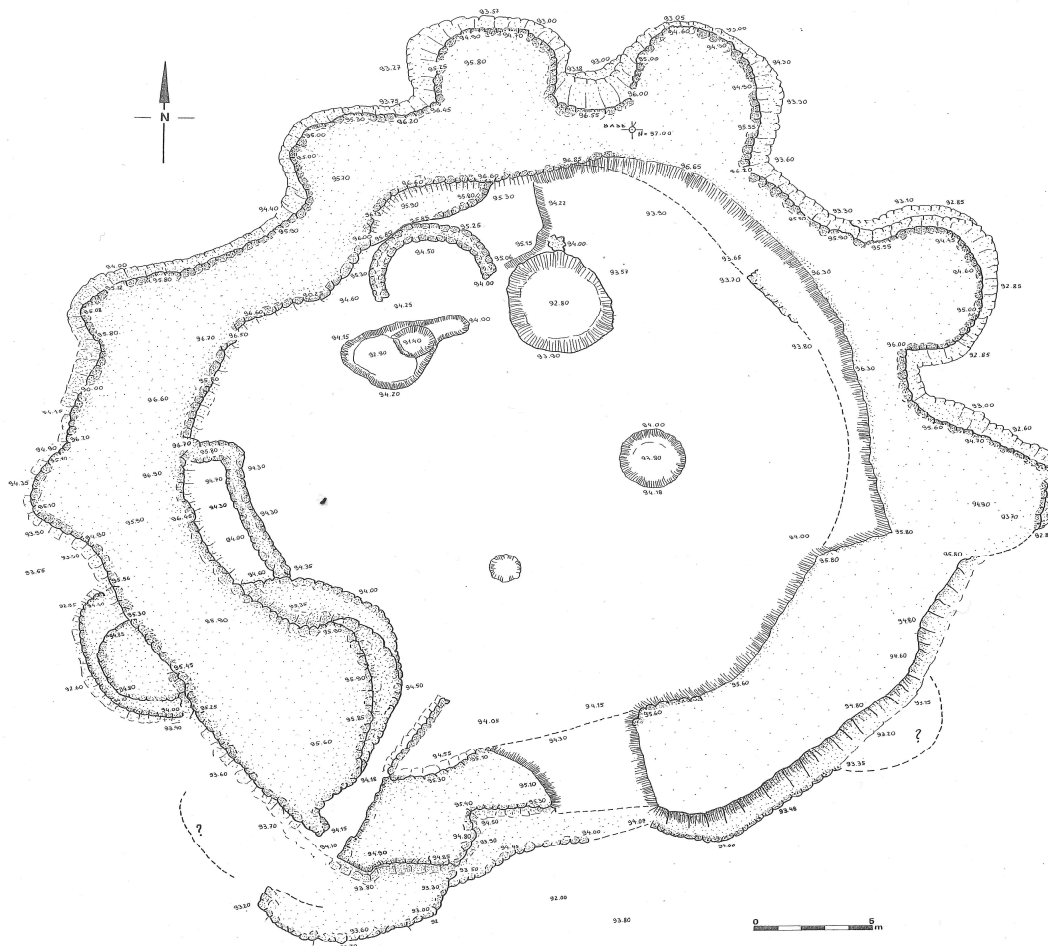


Fig. 13 – Levantamento topográfico realizado pela Assembleia Distrital de Lisboa em 1984 (com correcção de Arnaud e Gonçalves em 1988)

Para terminar, e no que ao castro de VNSP diz respeito, existe ainda muito trabalho a ser desenvolvido, muitas questões ficam em aberto, uma delas prende-se com a caracterização social e física das populações que habitaram o povoado, que surge bastante insuficiente, em parte pelo facto de não sido encontrada a necrópole associada.

1.4 - Projecção nacional e internacional da estação arqueológica

É inevitável admitir que o povoado de VNSP teve uma projecção enorme junto da comunidade científica, e que se estendeu além fronteiras.

Já aqui referi anteriormente sobre a participação de cientistas e estudantes estrangeiros nos trabalhos arqueológicos, cujas solicitações de autorização para tal, chegavam sucessivamente. De uma forma ou de outra, esse interesse ficou registado.

Estas apreciações recebidas representariam provavelmente uma das melhores recompensas aos esforços realizados pelo Rev.º Eugénio Jalhay e por Afonso do Paço e serviriam de estímulo à continuidade dos trabalhos. Por outro lado, um incentivo também a uma maior cooperação das entidades oficiais.

Comprova-o um documento apresentado à DGEMN ¹⁰⁰, com transcrições da manifestação de várias personalidades que expressam essa projecção, algumas da qual gostaria de deixar aqui registados:

Dr. Mendes Corrêa – (Professor da Universidade do Porto)

«Vivas felicitações e muitos agradecimentos pelo estudo magnífico sobre Vila Nova de S. Pedro (...).»

Major Mário Cardozo – (Presidente da Sociedade Martins Sarmiento – Guimarães)

«Recebi o seu magnífico trabalho sobre a estação de Vila Nova de São Pedro, feito em colaboração com o nosso comum amigo Sr. P. Jalhay. É um estudo magnífico e importantíssimo, resultante de escavações felizes que honram quem tão proficientemente as soube executar, de um modo rigorosamente científico. O vosso trabalho agora publicado ficará sendo uma obra modelar na bibliografia arqueológica portuguesa (...).»

¹⁰⁰ Cf. Exposição de Afonso do Paço [s.n] apresentado à DGEMN de 26 de Agosto de 1940, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935362/63/64

Dr. H. N. Savory – (National Museum of Wales – Cardiff)

«C'est avec le plus vif plaisir que j'ai reçu le tirage à part de la publication de Vila Nova de S. Pedro ; j'en suis sûr qu'elle a saisi tout de suite la position de la meilleure publication d'habitations chalcolithiques parue jusqu'à présent dans le Portugal, et je rends hommage aux services ainsi rendus par M. l'Abbé Jalhay et vous-même aux recherches préhistorique. C'est très important d'avoir des renseignements précis sur les fonds du cabanes plus au moins ronds, habités même pendant l'époque chalcolithique (...)».

Dr. Júlio Martínez de Santa Olalla – (Professor da Universidade – Comissário Geral de Escavações Arqueológicas - Madrid)

«El trabajo de ustedes en “Broteria” me ha interesado extraordinariamente pues arroja insuspechada luz sobre multitud de problemas étnicos y cronológicos de nuestra prehistoria (...)».

Dr. L. Pericot – (Professor da Universidade de Barcelona)

«Recebi su trabajo sobre Vila Nova de S. Pedro. Les felicito, pues es un poblado interesantísimo, muy avanzado. Hay algunos objetos que pueden compararse a otros de nuestro eneolítico (...)».

Paralelamente as publicações de carácter científico com os resultados obtidos em VNSP, encontraram em território nacional, na Revista “Brotéria”, o seu meio de divulgação. No estrangeiro, existem referências aos artigos publicados na Revista “*Germania*” (traduzido em alemão) e no “*Illustrated London News*”.

Também por cá, os jornais davam conhecimento ao público em geral, deste povoado pré-histórico, como foi o exemplo do jornal “Diário de Notícias”, “Correio da Manhã” e o jornal “O Século”.

O mesmo aconteceu em periódicos locais ¹⁰¹, em particular da zona da Azambuja, concelho em que o castro se insere, e outros dos concelhos limítrofes.

Neste ponto, ressalvo a importância que estes meios de comunicação tiveram na divulgação a nível local deste povoado, dando umas vezes a conhecer alguns dos resultados obtidos nas campanhas de escavações, acompanhando o início ou término dos trabalhos, entre outros, como se pode verificar nos exemplos dos artigos que a seguir apresento:

¹⁰¹ Jornais periódicos onde é possível encontrarem artigos publicados sobre VNSP: “Correio do Ribatejo” (1947), “Notícias de Azambuja” (1956/1957/1963/1966/1969), “O Povo do Cartaxo”, entre outros.

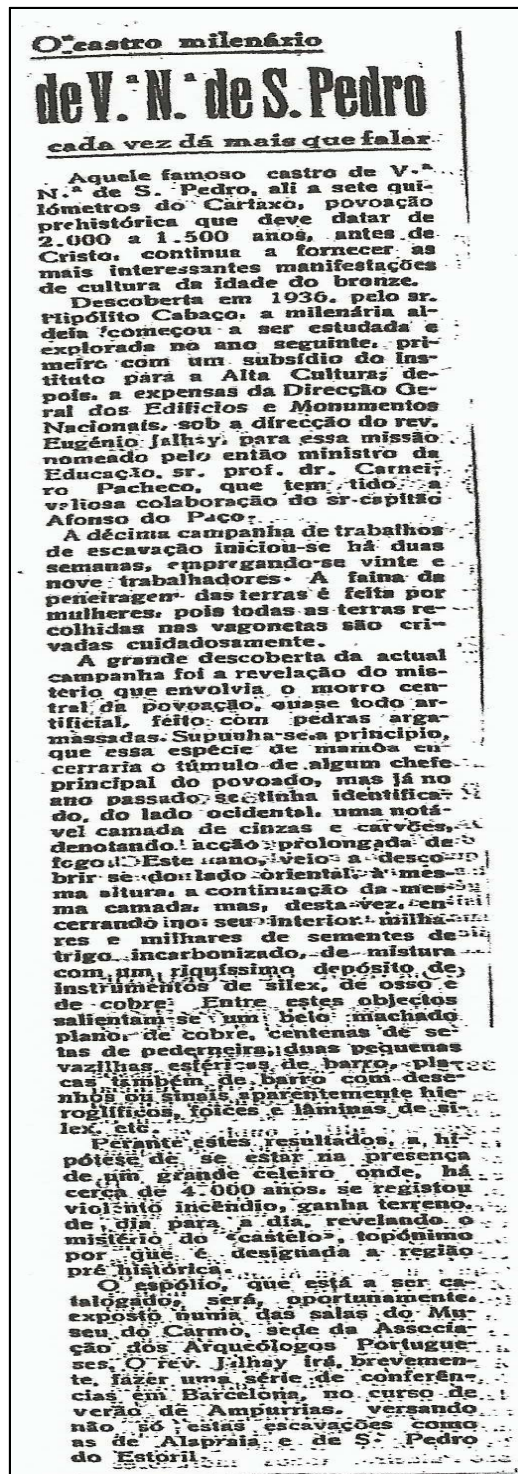


Fig.14 – Artigo do jornal “Noticias de Azambuja”
Ano I – n.º 16 de 15 de Setembro de 1956

Campanha de escavações arqueológicas em Vila Nova de S. Pedro

Desde os primeiros dias do corrente mês iniciou-se em Vila Nova de S. Pedro a 20.ª Campanha de escavações arqueológicas do castro eneolítico superiormente dirigida pelo eminente arqueólogo sr. Coronel Afonso do Paço e Rev.º Padre Aníbal do Paço Rosado.

Na actual campanha serão especialmente procurados os restos de muralhas que circundavam aquele povoado, bem como se tentarão reconhecer as características das populações campaniformes e pré-campaniformes que ali habitaram.

O interesse que o referido castro, que foi notável povoado há cerca de quatro mil anos, tem despertado no mundo científico

internacional está bem patente nas numerosas conferências realizadas nas Universidades de Espanha durante o ano findo, e no facto duma distinta arqueóloga britânica vir brevemente ao nosso país preparar a sua tese de doutoramento na Universidade de Edimburgo, baseado neste velho povoado azambujense.

Sobre o resultado da escavação de 1955, em que tomou parte o arqueólogo alemão prof. Edward Sangmeister, da Universidade de Friburg, está em publicação um estudo nas páginas da revista de arqueologia «Germania».

As escavações terminam no dia 15, tendo sido visitadas pelo sr. Presidente da Câmara amavelmente convidado pelo sr. Coronel Afonso do Paço, que se dignou oferecer os primeiros objectos destinados a um futuro museu municipal.

«Notícias de Azambuja», amavelmente convidado, fez-se representar pelo seu redactor, devendo oportunamente publicar nas suas colunas algumas notas sobre as escavações gentilmente cedidas pelo sr. Coronel Afonso do Paço.

As escavações têm sido muito visitadas por numerosas pessoas do concelho e de vários pontos do país.

Fig. 15 – Artigo do jornal “Correio do Ribatejo”
19 de Julho de 1947

A projecção do castro de VNSP não se ficou apenas pelos artigos publicados na imprensa. A solicitação para a participação em congressos e conferências ainda durante o decorrer dos trabalhos de escavações, são manifestamente justificativas da sua importância.

Alguns destes eventos protagonizados por Jalhay e Afonso do Paço (ou apenas pelo último após a morte do primeiro) estão referenciados ¹⁰²:

- Congresso da Associação para o Progresso das Ciências (Málaga) – 1951
- Congresso de Arqueologia de Madrid – 1954
- IV Congresso Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-históricas (Madrid) - 1954
- XIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências (Coimbra) – 1956
- Congresso de Sevilha – 1960

O mesmo diz respeito à participação em diversas Conferências ¹⁰³:

- Universidade de Salamanca e num Convento de Capuchinhos (para estudantes portugueses)
- Universidade de Madrid
- Universidade de Barcelona
- Universidade de Saragoça
- Porto – Seminário Diocesano e Grupo de amigos do Porto
- Santarém

¹⁰² Cf. Carta enviada por Afonso do Paço à DGEMN, de 29 de Junho de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935610/11/12/13/14/15/16/17/18

¹⁰³ *Idem*

Quero referir ainda que, na sequência da importância que este castro assumiu em termos científicos e académicos, há uma nota de Afonso do Paço que nos informa que teriam sido inclusive solicitados vários duplicados de materiais por diversas instituições para o estudo dos alunos ¹⁰⁴:

Universidade de Coimbra; Seminário do Porto; Seminário de Braga; Instituto Espanhol; Universidade de Salamanca; Universidade de Madrid; Universidade de Barcelona; Universidade de Edimburg; Universidade de Oxford; Universidade de Dublin e Universidade de Lund.

É inegável que o povoado de VNSP assumiu uma importância tal, que os conhecimentos adquiridos através da sua exploração, permitiram o aprofundamento e uma maior compreensão dos aspectos arquitectónicos, económicos, sociais e culturais dos povos que viveram na época, podendo-se estabelecer comparações com outros povoados de características semelhantes, não só em Portugal mas no estrangeiro. O seu contributo enriqueceu desta forma, o conhecimento sob vários aspectos, das vivências e quotidianos dos povos da Pré-História.

¹⁰⁴ Cf. Carta enviada por Afonso do Paço à DGEMN, de 29 de Junho de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935610/11/12/13/14/15/16/17/18

CAPITULO II

SALVAGUARDA DESTE TIPO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E SUA COMPLEXIDADE

2.1 - A questão das medidas de protecção deste tipo de estações em Portugal

Como já foi dito no início deste trabalho, uma parte substancial do século XX em Portugal decorreu sob a orientação política do Estado Novo (1933-1974), precedido por um período de Ditadura Militar (1926-1933).

As alterações políticas e de regime foram marcantes sob todos os aspectos, o mesmo aconteceu no que diz respeito à esfera da Cultura, da História e do Património, sobretudo na sequência de uma nova legislação e de um novo conceito de defesa do Património. No período da 1ª Republica, os princípios evocados podem-se resumir aos seguintes pontos: a promoção da salvaguarda do património, evitar a exportação de bens culturais e suportar a modernização dos museus nacionais e implementar a criação de museus regionais. Após a queda da 1ª Republica (Maio de 1926), a Ditadura Militar alterou, ainda que de uma forma ligeira o que havia sido feito, ajustando à ideologia nacionalista a que corresponderam novas iniciativas legislativas.¹⁰⁵

Numa fase final, e já com a influência decisiva de António Salazar, o regime ditatorial modificou essa legislação, lançando assim as bases do que seria a estrutura normativa respeitante ao património e que perdurou até aos anos 50, embora com algumas pequenas alterações. Com o fim do regime do Estado Novo (1974), a política do património em Portugal conheceu novas orientações. Questões como a protecção e conservação das áreas arqueológicas, a sua interpretação e apresentação dos sítios de uma forma atractiva são uma preocupação recente.

Por volta dos anos 50 tornaram-se cada vez mais evidentes as preocupações no âmbito da conservação dos bens arqueológicos com a finalidade de os proteger.

¹⁰⁵ A legislação mais importante neste domínio é a lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924. Posteriormente, o exemplo da viragem dá-se através do decreto n.º 20985, datado de 7 de Março de 1932

Em 1951 a Embaixada de Portugal em Madrid, envia um ofício ao Instituto para a Alta Cultura, onde solicita que *«a fim de satisfazer um pedido do Comissário Geral de Escavações Arqueológicas (...) se digne indicar a esta Embaixada a organização arqueológica de Portugal, legislação sobre esta matéria e funcionamento da mesma»*.¹⁰⁶

No seguimento desta solicitação, é informado que em Portugal, os serviços de arqueologia estão confiados aos seguintes organismos oficiais¹⁰⁷, de acordo com a tabela seguinte:

¹⁰⁶ Cf. Doc. Ref.ª 3-4793, 51/926 de 19 de Maio de 1951, Arquivo do Ministério de Educação, cota 222

¹⁰⁷ Cf. Boletim Informativo da JNE, datado de 31 de Maio de 1951, 2ª Subsecção da 6ª Secção, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 222

Ministério	Organismo	Competências	Legislação
Ministério da Educação Nacional	Junta Nacional de Educação (2ª Subsecção da 6ª Secção)	Emitir parecer sobre a classificação dos imóveis; indicar as providências necessárias à protecção desses mesmos imóveis; inventariação dos objectos de valor arqueológico; promover a realização de escavações por entidades oficiais; emitir autorizações para proceder a explorações arqueológicas; emitir parecer sobre projectos de criação e organização de museus arqueológicos.	Decreto n.º 2611 de 19 de Maio de 1936 (art.º 21)
	Direcção-geral do Ensino Superior e das Belas Artes	Proceder à classificação e defesa dos imóveis e objectos considerados de valor arqueológico; superintende no funcionamento dos museus arqueológicos.	Decreto n.º 16836 de 4 de Maio de 1929 (art.º 10 e 11) Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932 (Cap. IV) Decreto n.º 21117 de 18 de Abril de 1932 (Cap. I e II)
Ministério das Obras Públicas	Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	Procede às obras de conservação dos imóveis de valor arqueológico classificado como monumento nacional ou imóvel de interesse público.	Decreto n.º 16791 de 29 de Abril de 1929 (art.º 1)
Ministério das Finanças	Direcção-geral da Fazenda Pública	Organiza o cadastro dos monumentos nacionais e imóveis de interesse público	Decreto n.º 23565 de 12 de Fevereiro de 1934 (art.º 1)
Ministério do Interior	Câmaras Municipais	Promovem a criação de museus municipais e, por intermédio das Juntas de Turismo, o inventário das riquezas arqueológicas locais.	Decreto n.º 31095 de 31 de Dezembro de 1940 - Código Administrativo (art.º 48 e 127) Lei n.º 2032 de 11 de Junho de 1949

Tabela 6 – Organismos oficiais responsáveis pelo património arqueológico, competências e legislação vigente (1951)

Nos anos 80, estes projectos de protecção andam a par dos de musealização dos sítios arqueológicos, conceito que se multiplicou um pouco por toda a Europa.

Da década de 90 e até aos nossos dias, vêm-se afirmando não só as políticas de intervenção e de musealização dos sítios mas também a consolidação de projectos, resultado de múltiplos congressos, reuniões e encontros, onde se debatem e trocam ideias, que foram ecoando em Portugal, ainda que muito subtilmente, devido aos contactos internacionais dos arqueólogos portugueses e das publicações cada vez em maior número, sobre projectos de musealização de sítios.

È facto que nem sempre se tomam atempadamente as devidas providências no sentido de acautelar os sítios arqueológicos e muitas vezes quando se decide intervir, este já pode estar completamente perdido. É impossível e completamente irrealista pensar-se em conservar todos os locais com vestígios do passado, mas todos eles merecem um estudo, uma investigação prévia, cujos resultados serviriam para cimentar, tanto quanto possível o entendimento do passado.

Em Portugal, a Constituição insere os valores culturais de interesse histórico ou artístico (art.º 66º) referindo ainda que o património arqueológico encontra-se integrado no conceito mais abrangente de património cultural, cuja obrigação e valorização cabe ao Estado (art.º 9º), sem prejuízo de existirem competências delegadas ao nível regional ou local.

«O património é algo valorizado como tal, (...) que em determinado momento e espaço histórico é investido de um conjunto de valores que o elegem à categoria de elemento patrimonial (...) estando ao serviço de estratégias identitárias, concepções ideológicas e disputas políticas». (Valera, 2008)

A Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro define-o como todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização (art.º 2º).

Passaram a ser incluídos na sua definição objectos e edifícios diversos, nomeadamente centros históricos, sítios, entre outros, fruto de uma nova forma de encarar o património e da internacionalização dos valores e das orientações políticas no que diz respeito à sua conservação, cujas convenções e carta são disso testemunho.

A Arqueologia é sem dúvida uma área importante do Património e «*particularmente exigente no que toca à responsabilidade dos cidadãos, as autarquias locais e do Estado, na medida em que os valores arqueológicos, móveis e imóveis, se encontram espalhados pelo território (...) em processo de aparecimento e degradação constantes*». (Jorge, V., 2007, p. 176)

A sua defesa e salvaguarda são obrigações do Estado e estão consagradas na lei, incumbindo-o de garantir a sua valorização através da estimulação de forma de cooperação entre as diversas partes interessadas: autarquias, agentes privados e os cidadãos (Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio).

A produção de obras científicas e artigos sobre este tema, bem como a criação de legislação e órgãos responsáveis pela protecção e valorização do património, acentuam e justificam as preocupações relativas à crescente degradação do património.

Por outro lado é importante procurar o equilíbrio entre a utilização pública e a sua salvaguarda, sendo fundamental que para tal exista consciência e racionalidade no seu aproveitamento.

O uso excessivo e desproporcionado contribuiria para o aceleramento da destruição dos bens em causa e isso seria contraproducente. Neste sentido deve ser controlado o afluxo de pessoas de modo a salvaguardar os vestígios existentes e evitar a degradação do património.

Devem ser ponderados os custos, por um lado, e os benefícios por outro, levando a cabo políticas capazes de estabelecer a ponte entre os objectivos de preservação e da fruição do património. O empreendimento de acções educativas junto do público e a promoção do acesso a estes testemunhos importantes do nosso passado são muito importantes.

A sua preservação assume portanto relevo já que a «*promoção do aumento do bem-estar social e económico (...) e o desenvolvimento regional*»¹⁰⁸ são finalidades do património. O alargamento da função social dos vestígios histórico - arqueológicos exige por sua vez que a gestão deste património assente nos valores de preservação, salvaguarda e valorização.

¹⁰⁸ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, art.º 12º

Desta forma a valorização do património já não se encontra apenas associada à sua protecção jurídica e legal mas também na sua fruição. É natural que quanto menos interesse despertar um determinado sítio (bem patrimonial) menor será a possibilidade de investimento e a sua protecção. Por maior valor histórico que possa ter, tendencialmente será negligenciado e abandonado, o que acelera a sua deterioração, isto porque se torna menos “atraente”. Um bem patrimonial em boas condições desperta maior interesse, aumentando assim a probabilidade de angariar recursos para a sua conservação. Nesse sentido, a sua valorização está intimamente ligada à sua preservação.

O património arqueológico encontra-se integrado no IGESPAR, entidade responsável pela prossecução das atribuições do Ministério da Cultura, nesse âmbito. Este instituto tem como atribuição genérica, o estudo, protecção e promoção do património arqueológico, função que decorre da respectiva legislação nacional e das convenções internacionais subscritas por Portugal.

As competências específicas no âmbito da arqueologia, contempla também a inventariação dos sítios arqueológicos (Carta Arqueológica de Portugal) e a monitorização do respectivo estado de conservação, a normalização e regulação de procedimentos na investigação e conservação e ainda, a autorização de realização de trabalhos arqueológicos e consequente fiscalização.

As responsabilidades do Estado assumem várias vertentes, sobretudo no que diz respeito à salvaguarda e valorização dos bens arqueológicos, à catalogação e inventariação, à investigação e ensino.

«Os sítios que são propriedade do Estado e estão afectos ao IGESPAR são (...) os mais bem estudados (...). Quanto ao património que não pertence ao Estado deve estar dotado de uma servidão administrativa que o protege, contudo, na realidade, a protecção do património não é fácil. É neste âmbito que se insere as políticas de aquisição e resgate do IGESPAR (...).» (Morais, L. F, 2010, p. 10-11)

Estas políticas de aquisição, contemplam a compra directa, o contrato de comodato ou aluguer, a expropriação ou a doação por parte do proprietário.

É facto que o Estado português possui poucos monumentos arqueológicos e mesmo estes são, na sua maioria, só em parte propriedade pública. E se os sítios elegidos são aqueles que se apresentam como os mais representativos dos vários aspectos e épocas de ocupação humana, esta noção de “prioridade” levanta algumas questões e a necessidade de uma maior discussão e aprofundamento sobre o assunto.

«Em Portugal, os trabalhos arqueológicos de salvaguarda e revitalização/valorização (...) estão sobretudo associados à consolidação de núcleos urbanos históricos e aos monumentos classificados, numa perspectiva de rentabilização do património na esfera do turismo cultural (...).» (Almeida, 2009)

Em termos da actividade legislativa no que diz respeito à questão do património, foi sendo cada vez maior, não deixa de afirmar o papel do Estado na defesa e valorização do património, como pertença da colectividade, da Nação quanto ao valor cultural. Reconhecida a sua incumbência fundamental, esta é apoiada na sua ampla conjuntura política, económica, social e cultural, sobretudo desde a campanha do Ano Europeu do Património Arquitectónico, em 1975, a que Portugal aderiu.¹⁰⁹

Não faltam normas e directivas internacionais, elaboradas por organismos vocacionados para a salvaguarda do património histórico-cultural, nomeadamente pela UNESCO, pelo ICOMOS e pelo Conselho da Europa, que apelam em unanimidade para a preservação desta herança.

Na Carta de Lausanne (1990), é unanimemente reconhecido que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas assume uma importância fundamental para toda a humanidade, permitindo-lhe reconhecer as suas raízes culturais e sociais. O património arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado. A sua protecção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras.

A protecção do património arqueológico deve assentar numa colaboração efectiva entre especialistas de diversas disciplinas.

¹⁰⁹ A 26 de Setembro de 1975, o Conselho da Europa adoptou a Carta Europeia do Património Arquitectónico

Exige ainda a cooperação dos serviços públicos, dos investigadores, das empresas privadas e do grande público esta carta enuncia os princípios aplicáveis em diversos sectores da gestão do património arqueológico. Inclui as obrigações dos poderes públicos e legislativos, as regras profissionais aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, ao processo de documentação, investigação, manutenção, conservação, reconstituição, informação, apresentação, colocação à disposição do público e afectação do património arqueológico, assim como a definição das qualificações do pessoal encarregue da sua protecção.

Na Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico ¹¹⁰, assinada em La Valleta (Malta) em 1992, reconhece que o património arqueológico se encontra gravemente ameaçado de destruição em consequência tanto da multiplicação de grandes planos de ordenamento como dos riscos naturais, de escavações clandestinas ou desprovidas de carácter científico e da deficiente informação do público. Afirma que se torna necessário desenvolver, onde ainda sejam inexistentes, procedimentos adequados de supervisão administrativa e científica e a necessidade de proteger o património arqueológico que se deve reflectir nas políticas de ordenamento urbano e rural e de desenvolvimento cultural. Sublinha que a responsabilidade pela protecção do património arqueológico é da competência não só do Estado directamente interessado mas também de todos os países europeus, de modo a reduzirem os riscos de degradação e a promoverem a conservação, favorecendo as trocas de peritos e de experiências.

Na Carta de Cracóvia (2000) são claramente definidas as diversas classes de património edificado cuja preservação merece métodos de abordagem distintos. Deste conjunto faz parte o património arqueológico devido sobretudo à sua vulnerabilidade. Define ainda os princípios para uma correcta planificação e gestão do património cultural, salientando a importância da adopção de medidas legais de protecção.

¹¹⁰ Portugal aderiu em 1997. Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 09 de Outubro (ratificada)

Se é certo que na teoria a legislação define critérios e estabelece competências e atribuição de responsabilidade sobre as questões ligadas à salvaguarda e preservação do património, na prática a sua aplicação fica muito aquém do que seria desejável.

Reportando especificamente ao objecto de estudo deste trabalho, muitas questões se colocam. Para além do espólio já retirado e em grande parte inutilizado por permanecer na sua maioria guardado nas instalações que o Museu do Carmo possui para esse fim, é preocupante o estado de conservação lastimoso do sítio.

Acerca desta situação os organismos competentes informaram que o castro, embora seja um monumento nacional, se encontra na posse de um particular que se recusa a vendê-lo. Pergunto então: para quando a aquisição dos terrenos, tendo em vista a revitalização do espaço? É que parece que o castro não está disposto a esperar muito mais tempo, e a degradação avança à medida que o tempo passa, conforme se pode confirmar nas imagens recolhidas no início do ano corrente e que se apresentam de seguida.

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda



Fig. 16 – Perspectiva panorâmica do povoado de VNSP (Noroeste)



Fig.17 – Bastiões da fortificação central do povoado



Fig.18 – Torreões (Sudoeste)



Fig.19 – Vista do interior da muralha central



Fig. 20 – Silo situado junto ao “forno”



Fig. 21 - Cisterna situada junto ao “forno”

2.2 - A classificação da estação arqueológica no âmbito da sua valorização

A questão da classificação de imóveis suscitou muitas dúvidas acerca da sua aplicação prática e dos critérios pouco claros que definiam os que eram considerados “Monumentos Nacionais” dos de “Imóvel de Interesse Público. Em 1941, a 1ª Subsecção da 6ª Secção da JNE pretendeu estudar este problema de forma a tentar acabar com tais dúvidas.¹¹¹

Na época os diplomas que regulavam a classificação dos monumentos eram a Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924 e o Decreto n.º 20985 de 07 de Março de 1932. Na primeira, estabelece a *«concessão do título de “Monumento Nacional” aos imóveis cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico será feita por decreto do Ministério da Instrução Pública, sob proposta da Direcção – geral de Belas Artes, ouvido o respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, o qual terá também para este efeito a iniciativa das propostas»*. (art.º 48º) O art.º 54º diz ainda que *«os imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia algum interesse sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico serão descritos em cadastro especial»*.

Sob este ponto de vista, os imóveis ou eram considerados “Monumentos Nacionais” ou não lhes era atribuído nenhum título (por não merecerem a classificação de “monumento nacional”). No Decreto n.º 20985, a estrutura não difere muito da anterior, salvo o art.º 30º faz referência a imóveis que ofereçam considerável interesse público em detrimento dos que oferecem algum interesse. Em ambos os casos mantêm-se, por assim dizer duas classes ou duas categorias de monumentos, que de acordo com 1ª Sub-Secção da 6ª Secção da JNE, destaca o estabelecimento de uma espécie de hierarquia entre os monumentos classificados. Este assunto suscita alguns problemas, nomeadamente a razão de nem sempre ficarem satisfeitos com o título atribuído por vezes ao monumento, quer os relatores que propõem a classificação quer a Secção, que em conjunto a discute e vota.

¹¹¹ Cf. Relatório acerca da classificação dos monumentos nacionais, JNE, 1ª Subsecção da 6ª Secção, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, cota 327

Dada a variedade do panorama geral dos monumentos, não se afigurava fácil uma definição que fizesse suprir claramente as dúvidas e descontentamentos.

A solução aparente, passaria pela criação de três categorias a considerar para os imóveis tendo em conta o seu valor artístico, histórico e arqueológico ou turístico que careçam de protecção a bem da salvaguarda do património nacional. Passaria assim a existir para além do “Monumentos Nacionais” e “Imóveis de Interesse Público”, os “Imóveis ou Monumentos de Interesse Local”.

Esta solução aparentemente simples, poderia segundo os mesmos, revelar-se ainda mais complicada no processo de atribuição do título, sobretudo se porventura o respectivo encargo financeiro das obras de restauro e conservação ficassem por conta de outras entidades que não o Estado, não sendo de estranhar que os que pediam a classificação dos monumentos deixassem de zelar pela defesa do património, a partir do momento em que teriam de aplicar parte das suas receitas para esse efeito.

No sentido de evitar os possíveis perigos que daqui adviriam, seria conveniente deixar apenas ao cuidado dos organismos próprios do Estado, não só a classificação como a conservação e restauro de todos os monumentos, por este se apresentar como o processo mais seguro e eficaz de salvaguardar o património nacional.

É proposto pela própria JNE, uma estreita colaboração com a DGEMN, para que a lei seja cumprida e seja estabelecido o grau de assistência a dar a cada monumento, concluindo que se impõe a necessidade de classificar todos os monumentos, dando a todos eles o título conveniente. Segundo este relatório, a classificação deverá ser feita de acordo com as seguintes bases apresentadas:

- a) A classificação deve abranger todos os imóveis, ou partes de imóveis que pelo seu valor artístico, histórico, arqueológico ou turístico mereçam a protecção legal;
- b) O título a adoptar para qualquer imóvel ou parte de imóvel classificado deve ser apenas um;
- c) Aos serviços técnicos do Estado compete estabelecer, sob parecer da JNE, a ordem segundo a qual seja prestada aos diversos imóveis classificados a assistência que assegura a sua conservação.

Em 1950, novamente a 1ª Subsecção da 6ª Secção da JNE, questiona a implementação de zonas de protecção dos monumentos, enviando um parecer ao então Ministério das Obras Públicas. Desta vez para esclarecer as competências atribuídas aos diferentes organismos envolvidos neste processo, por conta de legislação entretanto aprovada.¹¹²

Sucintamente:

- o Decreto n.º 20985 de 1932 atribuía ao Conselho Superior de Belas Artes a competência para fixação das zonas de protecção de imóveis classificados como monumento nacional ou de interesse público;
- o Decreto 21 875 de 1932, no art.º 1º, previu o estabelecimento de zonas de protecção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico, preceituando que estas zonas seriam fixadas pelo MOPC, mediante parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e sob proposta devidamente fundamentada da DGEMN, de juntas e comissões administrativas autónomas ou de quaisquer organismos do Estado encarregados da construção ou conservação de edifícios públicos. Caso se tratassem de monumentos nacionais seria acompanhado por parecer do Conselho Superior de Belas Artes. O MOPC só passava a ser competente para estabelecer a fixação de zonas de protecção de edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico.
- o Decreto-lei n.º 26661 de 1936, do Regimento da JNE diz que compete à 1ª Subsecção da 6ª Secção definir o perímetro de protecção estética dos imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público, restituindo através dela ao Ministério da Educação Nacional a competência para estabelecer as zonas de protecção de todos os imóveis classificados, edifícios ou não, públicos ou particulares, com ou sem reconhecido valor arquitectónico. O MOPC passou a ter apenas a ver com as zonas de protecção de edifícios não classificados.
- A entrada em vigor do Decreto-lei n.º 34993 de 1945, que diz respeito exclusivamente às zonas de protecção de edifícios não classificados, veio levantar as dúvidas supra referidas.

¹¹² Cf. Parecer da JNE enviado ao MOP a 3 de Julho de 1950, Arquivo do Ministério da Educação, cota 250

De acordo com o parecer emitido pela JNE, diz: *«deve dizer-se que quem redigiu o relatório do decreto-lei n.º 34993 ignorava o direito vigente. Supunha ainda em vigor, quanto a edifícios classificados, o decreto-lei n.º 21875 que estava revogado desde 1936. (...) e porque se refere como órgão existente o Conselho Superior de Belas Artes e este Conselho estava extinto há mais de nove anos (base II da Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936)»*.¹¹³

Apurado então a legislação vigente, passa a JNE, pelo seu órgão central, o Conselho Permanente de Acção Educativa, e depois de ouvida a 1ª Subsecção da 6ª Secção. A emitir, em cumprimento do que fora determinado, um parecer sobre as sugestões provenientes do MOP, estreitando a colaboração de esforços que visam a conservação e valorização do património nacional.

Ultrapassadas estas questões, entende a JNE que *«não só é conveniente mas necessário que ao elaborarem-se os planos de urbanização, sejam definidas pela entidade competente as zonas de protecção dos imóveis classificados (...). E então teremos de facto, fixadas pelos serviços do Ministério das Obras Públicas que poderão coincidir ou não com as zonas legais a definir por este Ministério (...). As entidades incumbidas da elaboração dos planos de urbanização (...) deverão solicitar ao Ministério da Educação Nacional que fixe as zonas»*.¹¹⁴

A presente lei de bases do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro), estabelece as políticas e o regime de protecção e valorização do património cultural. *«A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição»*. (art.º 2º)

¹¹³ Cf. Parecer da JNE enviado ao MOP a 3 de Julho de 1950, Arquivo do Ministério da Educação, cota 250

¹¹⁴ *Idem*

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de: inventariação - assegurando-se o levantamento sistemático e actualizado dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação; de coordenação - articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo; de inspecção e prevenção - impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, a degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural; a informação – promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados.

«Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional (...)».
(art.º 15º, 1º)

Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional (monumento nacional), de interesse público ou de interesse municipal.

Considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação; de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado, de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município. (art.º 15º, 4º, 5º e 6º)

A classificação do imóvel é entendida como *«o acto final de procedimento administrativo mediante o qual determina que certo bem possui um inestimável valor cultural»*. (art.º 18º)

A classificação de um imóvel é a primeira garantia jurídica de protecção do local, da mesma forma que assume o reconhecimento do seu valor cultural e cria as condições administrativas que legitimam a sua protecção.

O processo de classificação de imóveis assenta em pressupostos rigorosos e determinados critérios. Baseiam-se numa fundamentação técnica de classificação que englobam uma investigação, pesquisa, caracterização do bem, valor, entre outros. Assenta também em critérios de autenticidade, qualidade e originalidade, incidindo assim sobre os bens que, pelo seu valor cultural, merecem especial protecção.

Ainda que não seja suficiente para garantir a conservação dos imóveis, tem como principal objectivo a sua protecção e fruição pela comunidade, conferindo-lhes uma protecção legal e um estatuto privilegiado. No âmbito destas categorizações foram definidas zonas especiais de protecção. Enquanto estas não são fixadas, todos os imóveis classificados como monumento nacional ou de interesse público beneficiam automaticamente de uma zona de protecção de 50 metros, a contar dos seus limites exteriores. Estes não podem ser demolidos, alienados, restaurados ou sofrer qualquer tipo de transformações sem o consentimento prévio das entidades competentes.

Por outro lado, os proprietários de imóveis classificados são perante a lei, os principais responsáveis pela sua conservação e reparação. No caso de não possuírem os meios financeiros necessários para assegurar, cabe às entidades competentes fazê-lo parcial ou totalmente. É de salientar que sempre que se verifique que os proprietários de bens classificados, de alguma forma contribuam para a sua degradação, pratiquem qualquer acção danosa ou desconsiderem o seu estado de conservação podem ser expropriados.

Este processo pode ser iniciado por qualquer pessoa colectiva ou singular, pelas autarquias ou pelo Estado.

Fruto de reuniões científicas e administrativas, de diversos organismos nacionais e internacionais como a UNESCO, ICOMOS, o Conselho da Europa e dos Ministérios da Cultura, têm-se debruçado sobre a temática do património e sobre outros aspectos relacionados com este, as quais deixaram um rol de recomendações e orientações importantes mas quase sempre de índole legislativa. Paralelamente não faltam artigos de revistas ou livros que nos falam destas resoluções, da legislação vigente em diferentes países, ou de normas estabelecidas.

A classificação de património hoje em dia, não se refere apenas a monumentos mas todo o seu conjunto e envolvência.

No passado, o monumento queria-se isolado, sem construções à sua volta e procurando dar-se-lhe um novo enquadramento. Com o pretexto de notabilizar o monumento, este era descontextualizado, pois reduzia a sua capacidade de significação. Não se deve olhar o património como se de uma reserva se tratasse, ou apenas como uma recordação do passado mas sim como algo que está e faz parte do nosso presente.

A primeira questão que se pode colocar é, a de classificar para quê?

A classificação é importante. É a tomada de consciência sobre o valor patrimonial de um determinado imóvel. A classificação permite a sua salvaguarda e através desta passa a existir uma espécie de “contrato” entre os diversos intervenientes sejam elas entidades locais, associações, particulares, que se interligam ao imóvel, além de que, fica legal e culturalmente ligado à sociedade. Apesar das diferentes designações, as consequências legais são equiparáveis. O património classificado ou a classificar deve ser encarado cada vez mais como um contributo social e cultural das comunidades.

No que diz respeito ao povoado calcólico fortificado de VNSP, já foi referido anteriormente que este foi classificado de monumento nacional em 1971, culminando assim um processo que se desenvolveu desde 1951 e que durou cerca de vinte anos.

Durante o período de investigação, foi solicitado junto das mais diversas Instituições, o processo/ cadastro de classificação deste sítio arqueológico, sem no entanto ter sido possível localizá-lo, uma vez que não constava em nenhum dos arquivos consultados.

Sobre a zona de protecção do sítio arqueológico, não é possível aceder à demarcação cartográfica da área classificada, informação essa que não vem referenciada no decreto que formalizou a sua classificação. Consultando o site do IGESPAR ¹¹⁵ e do IHRU ¹¹⁶, também não existe qualquer informação disponível nesse sentido, pelo que à partida e de acordo com a legislação vigente, estão salvaguardados os 50 metros a contar do limite exterior da estação arqueológica.

¹¹⁵ Ficha disponível no site do IGESPAR:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70496/> (consultado a 12 de Julho de 2013)

¹¹⁶ Ficha disponível no site da IHRU:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6278 (consultado a 10 de Julho de 2013)

Povoado calcítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda



Fig. 22 – Vistas aéreas do povoado fortificado de VNSP. (Arnaud e Gonçalves, 1990)

CAPITULO III

PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E DE MUSEALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

3.1 - Proposta de valorização e de musealização da estação

Grande parte do património existente nas colecções dos mais diversos museus em Portugal, é composto por artefactos arqueológicos, independentemente do seu tamanho e diversidade. Contribuiu para tal, a criação de pequenos museus municipais, bem como a multiplicação de trabalhos de escavações arqueológicas e estudos nesta área de investigação.

O registo, inventário e gestão deste tipo de espólio é uma tarefa complexa e morosa. No entanto é um trabalho que se torna essencial para uma posterior investigação.

O conceito de musealização foi introduzido na década de 80, do século passado, e corresponde a um período em que se verifica, um pouco por toda a Europa, uma grande proliferação de projectos de protecção e restauro e de musealização de sítios arqueológicos.

Em 1984, na Assembleia do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), reunida em Itália (Nápoles) é discutida a temática da protecção das áreas arqueológicas. Em Portugal, as experiências advêm sobretudo dos contactos internacionais estabelecidos pelos arqueólogos portugueses e de publicações, cada vez em maior número, que dão conta de projectos desta natureza.

Desde a década de 90 até aos nossos dias, multiplicaram-se os congressos, reuniões, encontros, palestras, etc., para a troca de ideias, discussões e apresentação de novas intervenções, no seguimento, precisamente, das filosofias de intervenção e musealização dos sítios arqueológicos.

A aprovação da Lei -Quadro dos Museus Portugueses ¹¹⁷ define um conjunto de disposições legais e de princípios que contemplam vários domínios da actividade museológica, nomeadamente da inventariação e documentação (Cap. II, Secção IV), Conservação (Cap. II, Secção V), Interpretação e exposição (Cap. II, Secção VII) entre outros.

É atribuído ao Museu a função de *«garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos»*. (art.º 3º)

Os bens móveis recolhidos em contexto arqueológico são parte integrante do património arqueológico e como tal, devem ser aplicadas as mesmas preocupações no que diz respeito à sua valorização e salvaguarda, tal como são dispensadas aos sítios. Existem muitos textos legais em vigor que abrangem vários aspectos, nomeadamente da responsabilidade dos arqueólogos sobre o espólio recolhido na sequência dos trabalhos de escavações, medidas para o seu inventário e protecção, políticas de depósito e incorporação, questões ligadas à propriedade e expropriação, para além de algumas já aqui referidas, mas cujo aprofundamento não são objecto deste trabalho.

A defesa e conservação dos bens culturais, são hoje reconhecidamente como incumbência fundamental do Estado, apoiando-se na sua conjuntura política, económica, social e cultural.

No que diz respeito ao espólio arqueológico recolhido em VNSP, este encontra-se maioritariamente depositado no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa. Dada a enorme quantidade de artefactos seria muito difícil a exposição integral de todo este espólio. No entanto, o Museu têm patente uma exposição permanente, dedicada a esta estação arqueológica, contendo as peças mais emblemáticas. Existem também pequenas exposições permanentes no Museu Municipal Sebastião Arenque (Azambuja) e no Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer).

¹¹⁷ Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004

Mas e quanto ao sítio arqueológico em si? O que poderá ser feito para o proteger e salvaguardar?

Em primeiro lugar, torna-se imperioso proceder a uma profunda limpeza de toda a pequena vegetação e arbustos que tomaram conta do local, tornando-o quase imperceptível a quem passa ou para quem sabe da sua existência o deseja visitar, tornando-o num local mais aliciante e menos perigoso. Por outro lado, a melhoria das acessibilidades e a devida sinalização do local são outro assunto importante, para quem se dirige à região. Não é agradável percorrer quilómetros na tentativa de chegar, neste caso, ao sítio arqueológico e não encontrar indicações que ajudem nesse sentido, da mesma forma que não o é ter que percorrer um pequeno troço de estrada de terra batida e em péssimas condições sem vislumbrar o que se procura visitar.

Depois há que cuidar e consolidar as estruturas. Enquanto estiveram soterradas estavam por assim dizer protegidas, uma vez expostas ficaram à mercê dos processos de erosão provocados pelas condições climáticas e consequente degradação.

Tratar do local para o valorizar e o tornar atractivo, aprazível e potenciador de cativar o público.

Contornadas e resolvidas as questões legais que dizem respeito aos terrenos onde a estação arqueológica se insere e definidos os limites da zona de protecção, seria útil dotá-lo de um sistema de vedação, demarcando fisicamente o espaço como meio, senão impeditivo pelo menos dissuasor de possíveis actos de vandalismo.

Este sítio arqueológico é um testemunho materializado do passado desta localidade e a consciencialização da população assume também uma grande importância no que diz respeito à sua protecção, uma vez que o sentimento de pertença e de identidade estimula entre eles uma atitude de defesa e salvaguarda.

Esta consciencialização e sensibilização da população devem ser acompanhadas pela divulgação de informação, onde os órgãos locais, nomeadamente, escolas, associações e sobretudo a própria autarquia, têm um papel fundamental.

A criação de um projecto para esta estação arqueológica seria muito importante a vários níveis. Afinal trata-se dum sítio arqueológico de grande importância, por todas as razões que já foram expostas anteriormente neste trabalho. É evidente que um projecto desta natureza implica soluções financeiras, mas, mais do que isso, carece de vontade política

e do empenho das entidades competentes em encontrar uma solução viável e sustentável.

À semelhança do que acontece noutros sítios arqueológicos, ainda que em poucos, a criação de um centro de interpretação seria uma solução possível.

Evidentemente que isso implicaria a criação de outras infra-estruturas básicas de apoio: centro de acolhimento e de apoio ao visitante, estacionamento para automóveis e autocarros, sanitários, loja com publicações e material de divulgação, loja de restauração, entre outros aspectos complementares possíveis, conforme as necessidades manifestadas e a afluência de visitantes.

Para tal, seria necessário haver um estudo prévio e a articulação entre especialistas de várias áreas, nomeadamente arquitectos, engenheiros, técnicos de património, antropólogos e arqueólogos, no sentido de, em conjunto encontrarem o projecto mais adequado ao local, independentemente da sua maior ou menor complexidade. Sob um outro ponto de vista, estes projectos criam impacto no desenvolvimento local e regional. O desenvolvimento local passa pela adopção de estratégias não apenas tradicionais e de carácter meramente economicista, mas pela promoção da diversificação de actividades, nomeadamente as de natureza cultural e patrimonial. (Fernandes, 2008: p. 13)

Estas actividades poderão ajudar a impulsionar a economia local tendo como resultado a criação de emprego directa e/ou indirectamente o que constitui uma mais valia é certo, e por outro lado melhora os serviços prestados à população através da valorização dos seus recursos endógenos.

O objectivo é tirar proveito das potencialidades e da especificidade característica da localidade, respeitando sempre a diversidade e aceitando-a, de forma a explorar da melhor maneira essa variedade. (Conselho Económico e Social, 1996)

Em termos práticos será igualmente interessante articular essas actividades culturais com a investigação científica. A componente didáctica e lúdica associada a estas actividades, fornecem uma ferramenta importante na promoção e divulgação turística. (Fernandes, 2008: p.15) O ideal seria conjugar a vertente económica e a social: por um lado criando novos mercados e oportunidades de emprego aproveitando a diferenciação da oferta e por outro promover a reconstrução das raízes culturais e sociais, sem entrar na sua sobrevalorização.

É certo que a economia local se encontra integrada num sistema mais amplo: nacional e internacional, devendo por isso existir uma articulação entre todos os organismos envolvidos. Também é certo que estes projectos de desenvolvimento local, por mais que sejam provadas as suas potencialidades, encontrem constrangimentos, devido a interesses de cariz económico ou político pelo que grande parte deles acaba por ser negligenciadas. (Fernandes, 2008: p. 18)

A cooperação entre o sector público e privado, e a colaboração entre os diversos actores e serviços existentes e a própria população seriam essenciais para incrementar estes processos de desenvolvimento, numa acção conjunta e participativa.

Presentemente, o turismo está intrinsecamente ligado ao sector cultural, nomeadamente no que diz respeito aos recursos patrimoniais. Esta actividade assume uma grande importância, não apenas nas economias mundiais mas também nas nacionais e locais.

Os locais com pontos de interesse tornam-se em destinos de visita e conseqüentemente, estes apresentam-se economicamente rentáveis.

Para tal é essencial a existência de projectos que envolvam todos os órgãos de decisão, com o objectivo de delinear estratégias de acordo com as potencialidades existentes.

As possibilidades são inúmeras: para além de promover e divulgar conhecimentos, permite o desenvolvimento de outras áreas associadas, por exemplo aos produtos locais ou à gastronomia. As próprias profissões tradicionais do local poderão ser um atractivo. Contextualizando: a articulação entre os vestígios arqueológicos, a paisagem natural, artesanato, entre outros, seria uma mais-valia. Como referido anteriormente, esta dinâmica é passível de gerar postos de trabalho, e criar novas soluções para a “sobrevivência” deste património, revalorizando-o.

Paralelamente, o desenvolvimento destas actividades, sejam elas turísticas, pedagógicas ou até mesmo de investigação exigem outro tipo de equipamentos de apoio, nomeadamente estruturas de alojamento, auditórios, salas de conferências, bibliotecas, etc., fomentando assim o desenvolvimento, o investimento e atrair pessoas ao local.

O interesse turístico supõe públicos diversificados e para essa diversidade é necessária a criação de estruturas de apoio.

Para tal é necessário estudar o perfil dos possíveis visitantes. Não faz sentido apostar na divulgação ou na comunicação a fazer ao visitante se depois não houver condições para o receber condignamente.

Com as descobertas no campo da Pré-História, os vestígios tornam-se abundantes sejam ao nível das estruturas como dos artefactos.

E claro que certas questões despoletam a curiosidade em saber como eram fisicamente os nossos antepassados, em que condições viviam e como viviam.

A ilustração de reconstituição de contextos e ambientes em arqueologia, assume uma grande importância na comunicação com os públicos em espaços museológicos. Tratando-se duma ilustração científica e pedagógica, resultam em imagens de um passado que se tinha perdido.

Sem dúvida que a ilustração constitui um apoio à museologia porquanto permite a visualização de espaços que foram modificados ao longo do tempo e a possibilidade de integrar os artefactos no seu contexto de utilização.

Esta ilustração, acompanhada de fotografias, objectos, vídeos documentais, textos, gráficos entre outros, serve de estímulo aos públicos, facilitando a compreensão e assimilação do conhecimento de um determinado período da História da Humanidade, facilitando a narrativa, e simultaneamente, a reconstituição de espaços e cenas quotidianas.

É improfícuo tentar despertar o interesse de um visitante logo à entrada, pela apresentação de artefactos de sílex, pontas de seta, fragmentos de cerâmica, etc., independentemente das suas formas, do material de que é feito e outros aspectos particulares, sem que haja um esclarecimento por meio de algumas noções gerais, básicas, mas simples e claras, susceptíveis de atrair a sua atenção.

O público que visita estas estruturas museológicas é extremamente diversificado, seja em termos de idade ou de formação ou de interesses, pelo que o Museu deve ajustar-se no sentido de adequar e diversificar a oferta, promovendo actividades paralelas como visitas guiadas, exposições, conferências, entre outras possibilidades.

É necessário adequar as estratégias de comunicação de acordo com o público-alvo.

A terminologia utilizada por exemplo para especialistas, não pode ser a mesma para um público leigo. Neste caso é desejável adoptar-se uma linguagem simples, clara e intuitiva.

Os arquivos do património bem como a documentação histórica, constituem parte integrante do valor patrimonial, apresentando-se como testemunhos da sua autenticidade e do processo criativo desenvolvido num determinado lugar, num determinado tempo. (Alçada, 2007)

Os inventários tradicionais deixaram de ser eficientes, tendo sido desenvolvidos sistemas de registo cada vez mais complexos e sofisticados que surgem como uma alternativa imprescindível para o conhecimento, caracterização e gestão dos bens patrimoniais. As novas tecnologias permitiram o desenvolvimento deste novo instrumento, dando um contributo bastante significativo, possibilitando a qualquer momento a integração da informação. Por outro lado esta conversão dos arquivos tradicionais em fontes de informação pressupõe a sua transferência para um suporte digital e a constituição de arquivos online. Este processo assegura assim a salvaguarda dos documentos originais, para além do fácil acesso e da sua difusão, tornando-o útil para a sociedade em geral.

A divulgação é um factor muito importante a ter em conta. Não se visita um local que não se conhece e o interesse em se conhecer depende da motivação e da atractividade com que este se apresenta. As campanhas de divulgação deverão partir dos órgãos ou entidades gestoras do sítio, sejam elas autarquias, associações de índole cultural ou regiões de turismo. Podem assumir a forma de desdobráveis, postais, cartazes, desde que a informação seja clara e de agradável leitura e que se faça acompanhar de imagens apelativas.

Hoje em dia, a tecnologia informática oferece amplas possibilidades em termos de divulgação. Dar a conhecer um sítio arqueológico através da internet e das redes sociais são imensas. Da mesma forma pode-se utilizar este veículo informativo para fazer um calendário de actividades e de acontecimentos culturais a realizar.

Esta divulgação pode ser feita em conjunto com outros sítios arqueológicos ou constituir parte de um itinerário.

Foi possível constatar que quem visita Azambuja, o concelho em que o povoado de VNSP está inserido, e se dirige ao Posto de Turismo, no intuito de conhecer a região são apresentados vários roteiros nomeadamente ligados à produção vinícola, à gastronomia entre outros, mas não existe nenhum folheto informativo sobre a estação arqueológica de VNSP. O mesmo sucedeu no concelho mais próximo: no Cartaxo.

No Museu Municipal Sebastião Arenque, na Azambuja, de cariz maioritariamente etnográfico, existe, como já foi referido, uma pequena exposição de artefactos provenientes do povoado de VNSP sendo que a maioria se encontra no MAC e que o sítio arqueológico está sobre a alçada da AAP.

Não se pode comparar de modo algum a afluência, em termos de público, a um e a outro museu. Mas a articulação entre ambos seria proveitosa. Por exemplo: porque razão não existe no MAC um folheto informativo que encaminhe o público que o visita, para o sítio arqueológico de onde é proveniente o espólio? Na mesma linha, porque é que no Museu Municipal da Azambuja não existe um mecanismo semelhante para quem visita o sítio arqueológico, indicando a visita ao MAC, onde se encontra a maioria do espólio? Uma outra sugestão passa pela possibilidade da criação de um itinerário, entre os três sítios arqueológicos contemporâneos, que contemplasse os povoados de VNSP, Leceia e Zambujal. Para a dinamização destas actividades, pressupõe-se também a participação dos vários operadores turísticos, contribuindo para a divulgação, visando diferentes públicos e oferecendo uma multiplicidade de opções.

A este propósito, e no seguimento do que têm vindo a ser exposto neste capítulo, das três estações arqueológicas referidas anteriormente, Leceia é um exemplo bem sucedido de aposta num projecto de valorização, divulgação, dinamização e animação do espaço arqueológico.

Após a escavação integral do espaço, seguiu-se a sua recuperação através de acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas, com vista ao seu usufruto cultural.

Para além das condições gerais de arranjo e limpeza, e para tornar as ruínas mais atractivas e compreendidas, o espaço é desmatado duas vezes por ano por brigadas da Câmara Municipal de Oeiras. (Cardoso, 2003: p. 210)

O terreno encontra-se devidamente vedado e a entrada convenientemente arranjada, dispondo de placards informativos, servindo de ponto de partida para a visita. Foi organizado no terreno, um circuito, constituído por uma passadeira de madeira, evitando assim o atravessamento pedonal com os danos consequentes das estruturas, possibilitando a observação directa do sítio. (Cardoso, 2003: p.211)

Em 1988, foi criado o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, que actualmente se localiza na Fábrica da Pólvora em Barcarena. Este Centro actua no domínio da investigação e salvaguarda do património, da divulgação dos resultados, na gestão e animação dos espaços arqueológicos e exposições permanentes.

Funcionando como um sector específico da Câmara, está vocacionado para o campo da Arqueologia, engloba acções de estudo, inventariação, restauro, escavações, visitas e intercâmbios com outras instituições e museus. Está dotado de um laboratório e de um espaço de leitura onde podem ser consultadas publicações especializadas nesta área.

Promovem visitas guiadas à estação, dedicada às populações escolares do concelho, não só de Oeiras como dos concelhos limítrofes, bem como visitas de grupos socioeconómicos, profissionais de diversas instituições, alunos universitários, e estrangeiros. Estas visitas são complementadas com a exposição permanente do povoado na Fábrica da Pólvora, cuja responsabilidade e gestão está a cargo do Centro.

A divulgação científica está assegurada pela revista periódica “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, editadas pela Câmara, através do Centro, desde 1991.

Realizam-se eventos científicos em parceria com instituições locais, regionais ou de âmbito nacional entre muitas outras actividades de carácter técnico-científico e didáctico. (Cardoso, 2012)

Deste caso de sucesso, independentemente da amplitude do projecto, há que reter a ideia que a cooperação e o envolvimento de todos os intervenientes, são fundamentais para a sua prossecução.

Infelizmente a situação em que se encontra o povoado fortificado de VNSP não é um caso isolado no nosso País, mas é para casos de sucesso, como este, que devemos olhar. Urge decidir definitivamente sobre a melhor solução para este sítio arqueológico tão importante antes que seja irremediavelmente tarde.

Se é verdade que sem suporte económico a preservação do património material dificilmente é possível, por outro lado, uma vez esse património recuperado, acabam por ser uma fonte adicional de riqueza.

Ponderando por um lado os custos inerentes e por outro os benefícios adjacentes, importa procurar levar a cabo políticas capazes de unir objectivos de preservação e fruição do património, empreendendo acções educativas junto do público e simultaneamente o acesso a testemunhos importantes de valor patrimonial (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97)

Com certeza que haveriam outros aspectos e outras propostas que poderiam ser desenvolvidos, aprofundados e debatidos, contudo a ideia é deixar aqui um contributo e um convite à reflexão.

CAPITULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise de toda a informação disponível (fontes documentais e bibliográficas) sobre o povoado calcolítico fortificado de VNSP, resultou na exposição de uma vertente inexplorada daquilo que foram os trabalhos de escavação arqueológica ali ocorridos.

A organização e tratamento desta informação revelaram-se em alguns momentos difíceis, dada a dispersão da documentação (algumas das quais não foram localizadas).

Uma parte deve-se à complexa rede burocrática e processual existente à época, outra resulta das sucessivas alterações, divisões e extinções de alguns Ministérios e organismos afectos, que se estenderam até ao presente, ficando assim em aberto a possibilidade de novas abordagens ao tema.

Independentemente destes constrangimentos, não sai lesada nem a visão nem a compreensão dos mecanismos funcionais subjacentes à actividade arqueológica.

Se por um lado se verificou um grande atraso no domínio do conhecimento, da metodologia e de técnicas, no âmbito das escavações arqueológicas em Portugal, (comparativamente a outros países da Europa) não se pode retirar o mérito a Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, os responsáveis pelos trabalhos efectuados que deram a conhecer este povoado e que se revelou tão importante para uma maior compreensão do período da Pré-história, mesmo não tendo sequer qualquer tipo de formação académica ao nível da Arqueologia.

Confrontados com muitas adversidades ao longo dos trinta anos em que duraram os trabalhos de escavações, a colaboração de outros arqueólogos nacionais e estrangeiros e de cientistas de outras áreas de conhecimento foram muito importantes.

Por outro lado, a preocupação que já na época foi dada à divulgação dos resultados obtidos, complementados com a presença em Congressos e Conferências culminam na enorme projecção nacional e internacional deste povoado fortificado.

Naturalmente que se o povoado tivesse sido descoberto mais recentemente, os resultados obtidos seriam mais completos e mais rigorosos, fruto do aperfeiçoamento da metodologia e da tecnologia actualmente disponível.

Terminadas as campanhas de escavações aquando da morte de Afonso do Paço, continuam inéditos os resultados dos dois anos precedentes.

Houve um interregno de vinte anos até voltarem a ser realizadas duas novas escavações. Desde então, este povoado ficou votado ao abandono e encontra-se em condições deploráveis.

O atraso em encontrar uma solução credível e efectiva, gorou as expectativas iniciais da população local tendo contribuído de modo significativo para o crescimento de desconfiança e descrédito, intensificada pelo facto do investimento público prometido para a melhoria deste monumento, nunca ter chegado.

A noção de património tem-se alargado como conceito, verificando-se que é cada vez maior o interesse social e político que a sua conservação e utilização desperta nas sociedades contemporâneas.

Na sociedade portuguesa, o interesse pelas questões relacionadas com o património cultural tem vindo a aumentar, sendo essa preocupação cada vez mais visível através da incrementação e adopção de normas legislativas. A nível internacional, todo este processo tem sido liderado pela UNESCO, organização de referência nestas matérias.

Os diplomas legais por si só não promovem, obviamente, a sua automática efectivação. Da necessidade de respostas efectivas a estes desafios, e no contexto referido, procurou-se, nesta dissertação, colocar em evidência o modo como a preservação, a salvaguarda, a valorização deste sítio arqueológico, poderão constituir instrumentos (oportunidades) de integração dos valores patrimoniais como génese de desenvolvimento local.

Basicamente, o desenvolvimento endógeno parte da mobilização e da coordenação dos vários organismos locais (com poder de decisão), dos recursos disponíveis, de modo a diversificar e enriquecer as actividades económicas e sociais do território em causa.

Implica, por outro lado, o esforço de participação da população, enquadrada num projecto de desenvolvimento formulado com base nos culturais locais.

Neste sentido e partindo da abordagem conceptual destas temáticas, procurou-se apontar sobre como a preservação e valorização do património pode ser um factor de desenvolvimento, sejam ao nível económico, cultural, estético e científico.

Um dos objectivos específicos assumidos no início deste trabalho foi o de contribuir com sugestões para a implementação de um projecto de musealização do sítio.

A sua fragilidade implica desde logo ponderação, e interacção entre as expectativas da população local, as entidades envolvidas e partes interessadas, a participação de uma equipa multidisciplinar, mas sobretudo a necessidade urgente na sua salvaguarda.

Não sendo com certeza a solução para todos os problemas (e longe de ser essa a pretensão), são apontadas sugestões que visam colmatar as lacunas mais visíveis, observadas no trabalho de campo realizado pela autora no decorrer da investigação.

Comparativamente, e a título de exemplo, faz-se referência a um projecto bem sucedido, levado a cabo num sítio arqueológico contemporâneo (Leceia – Oeiras).

Caberá a quem de direito encontrar os mecanismos necessários, e os mais adequados, atendendo às particularidades e especificidades do local.

CAPITULO V

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

5.1 – Fontes Documentais

1 - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) – Forte de Sacavém, processo com o N° IPA – PT03110380005, disponível para consulta online no site: www.monumentos.pt

2 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Inventário em suporte de papel com a referência: Junta Nacional de Educação – L695, com as seguintes designações:

- Secretaria-geral – 1944/1977, cotas actuais: JNE 1 a 40; JNE 68 e 69; JNE 70 a 74
- 6ª Secção (SC) – 1937/1974, cotas actuais: JNE 95
- 2ª Subsecção (SSC) – 1949/1965, cotas actuais: JNE 107 a 109
- 7ª Secção (SC) – 1967/1969, cotas actuais: JNE 110

3 - Arquivo Histórico do Ministério da Educação - Inventário em suporte de papel com as seguintes designações:

- a) Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
 - . Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª e 3ª Circunscrições, cotas actuais: AH327
 - . Livros de Actas - 1932/1962 – 2 Livros
 - . Processos Diversos – 1929/1966, cotas actuais, 3101
- b) Junta Nacional de Educação
 - . 2ª Subsecção – Arqueologia – 1938/1956, cotas actuais: 222, 245, 246, 249, 250, 251 e 277
 - . 5ª Subsecção – Protecção e conservação de monumentos e obras de arte – Processos de 1940/1956, cotas actuais: 202, 203, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 241 3 327
- c) Comissão dos Monumentos Nacionais
 - . Cota actual - 443

5.2 – Fontes Impressas

Alçada, Margarida (2007) - *Documentar para preservar*, Praxis Archaeologica, 2, Lisboa, p.23-30

Almeida, Maria José [et al] (2009) - *Diálogos transatlânticos: contribuições da arqueologia consultiva à pesquisa e protecção do património arqueológico no Brasil e em Portugal*, Praxis Archeologica, 4, Lisboa, p. 27-43

Arnaud, J. M. e Gonçalves, J. L (1995) - *A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)*, Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, nº. 2, Lisboa, p. 11-40.

Arnaud, J. M; Gonçalves, J. L. M. (1990) - *A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja): balanço de meio século de investigações: 1.a parte*. Revista de Arqueologia. Lisboa. 1, p. 25-48.

Arnaud, J. M (2005) – *Vila Nova de São Pedro revisitada*, in “Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo” (2005) - *Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do litoral Estremenho*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 141-164

Cardoso, J. L. (1991) - *A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos. O exemplo de Leceia (Oeiras)*. Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1990). Lisboa, p. 139-146

Cardoso, J. L. (1997a) - *Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal*. O Arqueólogo Português, Lisboa, Série IV, 8/10 (1990/1992): 203-228. de col. com A. M. Monge Soares

Cardoso, J. L. (1997b) - *Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura*. Zephyrus, Salamanca, p. 249-261

Cardoso, J. L. (2000) - *O fenómeno campaniforme na Estremadura Portuguesa*, Actas III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real 1999), Porto (2000), Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, 4: p. 353-380

Cardoso, J. L. (2003) - *O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), no quadro da investigação, valorização e divulgação do património arqueológico nacional*, In Recintos Murados da Pré-história Recente, Jorge, S. O. [coord], Mesa Redonda Internacional, Faculdade de Letras do Porto. Porto. p. 199-224

Cardoso, J. L. (2007) - *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.

Cardoso, J. L. (2012) – *O Povoado Pré-Histórico de Leceia: síntese de vinte anos de escavações arqueológicas*, *Al-Madan*. IIª Série. 17: 56-71.

Fernandes, S. - *O papel do património histórico-arqueológico na promoção do desenvolvimento local* [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. [Consult. 01 de Julho de 2013] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1007>](http://hdl.handle.net/10071/1007).

Ferreira, V.O; Oliveira, H. N. (1990) - Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro, *Revista Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 49-58

Ferreira, S. D. (2003) – *Os copos no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro*, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, n.º 2, p. 181-228

Gomes, M.V. (2005) – *O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas*, in “Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo” (2005) - *Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do litoral Estremenho*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 165-178

Gonçalves, L. J.; Castro, R. (2008) - *Ilustração em Arqueologia: um apoio à museologia*, *Praxis Archaeologica*, 3, Lisboa, p. 117-129

Gonçalves, V. S. (1987) - *Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86*, in *Informação Arqueológica*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, n.º 8, p. 41-43

Gonçalves, V. (1994) – *O “Castelo” de Vila Nova de São Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3º milénio*, In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa, p.49-51

Jorge, V. O. (2007) - *Arqueologia, Património e Cultura*, Instituto Piaget, Lisboa, 2ª edição

Matos, O. (2008) - *Valorização dos sítios arqueológicos*, *Praxis Archaeologica*, 3, Lisboa, p. 31-46

Morais, L. F. (2010) - *Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local*, in *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia* (Outubro 2010), Porto, Faculdade de Letras (Universidade do Porto), ISBN 978-972-8932-92-3

Jalhay, E. ; Paço, A. (1945) - *El castro de Vila Nova de S. Pedro* in *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid, 20

Paço, A., Jalhay, E. (1939) - *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 1ª e 2ª campanhas – 1937 e 1938*, Sep. Brotéria, Vol. XXVIII, fasc. 6; vol. XXIX, fasc. 1, 4 e 5, Lisboa.

Paço, A. ; Jalhay, E. (1942) - *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 3, 4ª e 5ª campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941*, Sep. Brotéria, Vol. XXXIV, fasc. 6; Lisboa.

Paço, A. ; Jalhay, E. (1943a) - *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 6ª campanha – 1942*, Sep. Brotéria, Vol. XXXVII, fasc. 1, Lisboa.

Paço, A. (1943b) – Uma vasilha de barro de grandes dimensões do “castro” de Vila Nova de São Pedro, Comunicação apresentada à 7ª Secção do Congresso Luso-Espanhol de 1942 – Porto

Paço, A. ; Arthur, M. C (1952) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro: I – 15ª Campanha de escavações*, Sep. Brotéria, volume LIV, fasc. 3, Lisboa

Paço, A.; Arthur, M. C (1953) – *Castro de Vila Nova de São Pedro: III – Perfis de bordos de vasos não ornamentados*. Sep. O Instituto. Coimbra. 115

Paço, A. (1954) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro: VII – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950 (n.º 7 a n.º 14)*, Sep. Arqueologia e História, volume 3, Lisboa

Paço, A. (1955) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro: VII considerações sobre o problema da metalurgia*, "Zephyrus", vol. VI, Salamanca. p. 27-40

Paço, A.; Sangmeister, E. (1956) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19ª)*, Sep. Arqueologia e História, 8ª série, volume VII, Lisboa, p.93-114

Paço, A. (1957) – *Castro de Vila Nova de São Pedro: IX – Forno de coser cerâmica*, Comunicação apresentada ao XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências em 1956, Coimbra

Paço, A. (1958) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro: X – Campanha de escavações 1956 (Aditamento: campanhas de 1952, 1953 e 1954)*, Academia Portuguesa de História, Sep. “Anais”, 2ª série, volume 8, Lisboa

Paço, A. (1960) – *Castro de Vila Nova de São Pedro: XII – Alguns objectos de osso e marfim*, Zephyrus, XI, Salamanca

Paço, A. (1964) - *Castro de Vila Nova de S. Pedro. Vida económica. O problema campaniforme. Metalurgia e análises espectrográficas*. Academia Portuguesa de História, Sep. “Anais”, volume 14, Lisboa, p. 133-165

Paço, A. (1895-1968) - *Trabalhos de arqueologia de Afonso do Paço, 1929-1968 / Manuel Afonso do Paço.* - Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970- . - 2 vols (330, [12] - 326 p)

Savory, H. N. (1983-84) - *Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova de S. Pedro.* Clio Arqueologia, 1-2, Lisboa, p. 19-29.

Valera, A. C. (2008) - *A divulgação do conhecimento em Arqueologia: Reflexões em torno de fundamentos e experiências,* Praxis Archaeologica, 3, p.14-23

5.3 – CARTAS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Carta de Veneza 1964. Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios. Versão castelhana em www.icomos.org

Carta de Lausanne 1990. Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico. Versão castelhana em www.icomos.org

Carta de Cracóvia 2000. Principípios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construído. Versão castelhana em www.icomos.org

Convenção de La Valetta, Malta, 1992. Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. Versão portuguesa em www.aparqueologos.org.icomos.org

5.4 – LEGISLAÇÃO

1924 - Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924 (Série I – n.º 281)

1929 – Decerto n.º 16791 de 29 de Abril de 1929 (Série I – n.º

1930 – Decreto n.º 18381 de 09 de Maio de 1930 (Série I – n.º 119)

– Decreto n.º 18082 de 12 de Março de 1930 (Série I – n.º 58)

1932 - Decreto n.º 20985 de 07 de Março de 1932 (Série I – n.º 56) – Revoga a Lei n.º 1700/24

- Decerto n.º 21699 de 30 de Setembro de 1932 (Série I – n.º 230)

1936 – Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936 (Série I – n.º 84)

1945 - Decreto-lei n.º 35200 de 24 de Novembro de 1945 (Série I – n.º 262)

1952 – Decreto-lei n.º 38680 de 17 de Março de 1952 (Série I – n.º 61)

1957 – Decreto-lei n.º 41375 de 19 de Novembro de 1957 (Série I – n.º 262)

- 1964** – Decreto-lei n.º 46038 de 16 de Novembro de 1964 (Série I – n.º 269)
- 1965** – Decreto-lei n.º 46348 de 22 de Maio de 1965 (Série I – n.º 114)
- Decreto-lei n.º 46349 de 22 de Maio de 1965 (Série I – n.º 114)
- 1971** – Decreto-lei n.º 516/71 de 22 de Novembro (Série I – n.º 274)
- 1974** – Decreto-lei n.º 759/74 de 30 de Dezembro (Série I – n.º 302)
- 1976** - Decreto n.º 538/76 de 09 de Julho (Série I – n.º 19)
- Decreto-lei n.º 541/76 de 09 de Julho (Série I – n.º 159)
- 1977** – Decreto-lei n.º 70/77 de 25 de Fevereiro (Série I – n.º 47)
- 1982** – Decreto-lei n.º 125/82 de 22 de Abril (Série I – n.º 93)
- 1986** - Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (Série I – n.º 237)
- 1997** – Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 16 de Dezembro de 1997 -
Aprova para ratificação a Convenção Europeia para a Protecção do Património
Arqueológico – (Série I – n.º 289)
- 2001** – Lei N.º 107/2001 de 08 de Setembro de 2001 (Série I – n.º 209)
- 2004** – Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004 (Série I – n.º 195)
- 2007** – Decreto n.º 223/2007 de 30 de Maio (Série I – n.º 104)

Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda

ANEXO

Anexo I – Entrevista realizada a 31 de Janeiro de 2013, à Sra. Graciete Moreira. Nasceu em 1943. Participou nas escavações do Castro – Campanhas de 1961 e 1962.

M – D. Graciete, a senhora participou nas escavações aqui do Castro de VN-SP. Em que época/anos? Durante quanto tempo?

G – Particpei sim. Se a minha memória não falha foi em 1961/1962. Nas últimas escavações em que o Tenente Afonso do Paço participou. Mas antes de ter estado nas escavações eu trabalhava em casa onde o Tenente ficava. A fazer a lida da casa, está a ver? Devia ter para aí os meus 15/16 anos. A minha falecida mãe também fez parte das escavações, mas muito antes. No tempo do Padre Jalhay. Eu era ainda criança mas lembro-me disso. As pessoas daqui gostavam muito do Sr. Padre.

Nos anos 70...acho que por altura do 25 de Abril...em 1974 ou 75 não sei exactamente, estive cá uma equipa que eu acho que era de Aveiras de Cima ou organizada por um Sr. de Aveiras de Cima mas nessa escavação parece que as coisas não correram muito bem. Se bem me lembro o nome do Sr. que mandava na equipa chamava-se Nuno. Os miúdos que vinham com ele dormiam na escola. Aquilo era no tempo das férias de escola e vieram para cá todos. Acho que eles fizeram para ali umas coisas mal feitas mas nessas eu já não estive presente.

M – Qual era a função que desempenhava nas escavações?

G – O meu trabalho era ajudar a crivar a terra. Aquilo era assim: normalmente era duas mulheres, uma de cada lado do crivo, colocavam terra lá dentro, nós sacudíamos o crivo para a frente e para trás até que ficava apenas coisas maiores, está a ver? Depois nós escolhíamos o que era importante. Procurávamos pontinhas de setas, um “cacozinho” que tivesse feito parte de algum utensílio de barro alguma coisa que justificasse a antiguidade, percebe?

Um dia o Tenente disse-me assim: “Oh Graciete, hoje está a fazer muito calor... (sabe as escavações eram sempre no Verão!) ...vá ali para dentro daquele buraco cavar com um sachinho, com jeitinho para ver se encontra alguma coisa bonita!” Naquele dia também escavei a terra.

M – Pelo que entendi havia diferença no trabalho que era feito por homens e mulheres, correcto?

G – Sim. Os homens cavam a terra. Como aquilo era sempre no Verão a terra estava sempre muito dura. Era o trabalho mais pesado. Depois havia umas mulheres que pegavam nas gamelas de madeira (imagine tipo uns alguidares grandes) que traziam a terra para os crivos e depois eu e outras crivávamos.

Olhe, por acaso ainda guardo dois crivos das escavações ali para a arrecadação. Mas o bicho já me furou a madeira...aquilo está cheio de buraquinhos. A rede está em ótimas condições...Eu não faço uso daquilo mas está para lá! É uma recordação. Eu até já as mostrei ao Dr. Nuno...Leal...o do Museu da Azambuja! E também tenho um caixote com divisões. Aquilo era para colocar os “cacoizinhos” e as pontas e tudo aquilo que fôssemos encontrando...era dividido! Cada coisa numa das divisões do caixote!

M – As pessoas daqui que participavam nas escavações recebiam algum tipo de formação?

G – Na altura em que eu andei lá vinha o Sr. Tenente-coronel. O Padre Jalhay ficava por cá, normalmente uns três meses. Como lhe disse eu era criança nessa altura portanto não sei. Apenas sei que o Sr. Padre morreu novo...muito cedo. Não sei se ele tinha aí uns 50 anos. Sei que era jovem ainda. Não sei do que foi.

No meu tempo, o Tenente-coronel é que era o responsável pelas escavações. Depois apareciam outras pessoas. Homens e mulheres. De fora! Teve cá um sobrinho do Tenente-coronel que também era padre. Mas isto foi antes de eu ir para as escavações. Chamava-se Aníbal do Paço. Esteve por cá dois anos. Depois foi para a Alemanha. Esteve também cá uma Sra. de Inglaterra, que não lhe sei dizer o nome porque era esquisito. Sei que era muito simpática e que tentava aprender a nossa língua para poder falar com as pessoas daqui. E também teve cá uma espanhola. Também simpática. Mas eram pessoas convidadas lá pelo Tenente. Também vinham para cá para escavar e participar e estudar. Ver as coisas. O que se tinha encontrado.

M – D. Graciete, só para poder ter uma ideia de Vila Nova de São Pedro naquela época. O que é que as pessoas faziam? Como viviam?

G – As pessoas viviam do campo e do que o campo dava. Havia pessoas que era mais remediadas porque tinham mais campos para cultivar e outras que tinham menos posses. Muitas vezes os que tinham mais contratavam pessoas daqui para as ajudar. E era assim. Não havia grandes empregos. Isto era uma localidade pequena. Ainda hoje é. Mas já há mais coisas.

Depois quando vieram para cá escavar, foi muito bom. Mesmo sendo apenas no verão. As pessoas ganhavam aquele dinheirinho extra que dava imenso jeito. E as escavações ainda duraram muito tempo. Pois a minha mãe como lhe disse andou lá. Depois já eu era moça feita e também lá andei. E como eu outras moças aqui da terra. Na altura já estávamos em idade para pensar em casar e portanto todo o dinheirito era juntar para o enxoval [risos] e assim....

M – De repente a pacatez desta localidade deu lugar a uma movimentação de pessoas “estranhas” à terra. Como é que viu isso?

G – Olhe...o que eu sei é que foi uma grande ajuda para muita gente. Lembro-me de a minha mãe estar a conversar e falar que ao início, antes de começar aquele “lufa-lufa” das escavações, que tinha andado aqui um homem de Alenquer, um tal Cabaço e que ele andou para ali a coscuvilhar no castelo. No castro...

Na altura, já os antigos contavam algumas histórias, lendas... mas ninguém lhe passou pela cabeça que havia ali alguma coisa, está-me a entender? E estranharam claro. Depois quando se soube afinal o que era, pronto. As escavações começaram pouco tempo depois e habituaram-se à ideia.

E as pessoas ajudaram como puderam. Acho que ninguém foi mal tratado! Eram pessoas educadas, letradas... não era nenhuns ladrões! Não vinham para aqui fazer desacatos!

M – Hoje, tendo a D. Graciete participado nas escavações, o que sente quando olha para o Castro?

G – Tristeza. Aquilo está uma miséria. Você já lá foi? Uma pessoa tem que ter cuidado. Aqui há uns tempos atrás pediram-me para levar lá umas crianças, em visita. Para falar e mostrar aquilo. Esfolei as pernas todas. Não levava calças... Aquilo está cheio de arbustos e mato. Não percebo. Ao menos, já que não fazem mais nada podiam limpar aquilo. Falam sempre que não há dinheiro mas para limpar aquele mato todo não é preciso nenhuma fortuna. Eu também pago para me limparem os terrenos que tenho. Porque já não tenho idade, nem eu nem o meu marido, nem saúde para o fazer. Mas eu não me meto nessas coisas. Não posso fazer nada. Há dinheiro tão mal gasto noutras coisas que não trazem proveito nenhum à terra e para ali não há...enfim! Eu de vez enquanto falo com o Lúcio e digo-lhe. O Presidente da Junta...conheço-o bem! Mas eu já percebi que aquilo é “politiquice” e eu de política não percebo nada. Mas será que não há ninguém que ponha cobro ali? Com poder de decisão? Para mim é falta de zelo, falta de vaidade nas coisas. Temos que estimar o que é nosso. Não acha?

M – Têm esperança que venham a fazer alguma coisa no futuro?

G – Eu espero bem que sim. E já devia era ter sido feito à muito. Mas pelo que eu também já ouvi falar aquilo com os terrenos está embrulhado. Os donos dos terrenos não ajudam. Querem uma fortuna por aquilo...depois nem vendem nem podem fazer nada. Pois, eles não podem mexer naquilo. Não podem lavrar a terra para cultivar, por exemplo, ou fazer outra coisa qualquer. Mas isto já vem de trás. Dos pais deles...logo quando começaram a ir para lá escavar.

Olhe é uma confusão que ninguém se entende! Tenho pena...mas quem sabe se eles mudam de ideias e as coisas vão adiante!? Há que ter fé!

Aquilo assim como está é que não pode ser. Têm que dar algum fim. Vêm pessoas de fora visitar o castro e aquilo está uma vergonha. É só o que lhe digo.

Legenda:

M – Maria Ribeiro

G – Graciete Moreira